M2 - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.

CNPJ/ME 17.147.843/0001-18 - NIRE 35.227.132.733

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

M2 - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 17.147.843/0001-18 ("Sociedade") neste ato representada por seu administrador, Sr. Edgard Gomes Corona, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.886.057-5-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.846.408-12 e Thiago Lima Borges, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 0782992331 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 805.112.605-04 ("Sociedade"), vem, por meio desta, CONVOCAR os senhores sócios para reunião de sócios da SOCIEDADE a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 14:00 horas, por meio exclusivamente digital, através da plataforma Zoom (o link de acesso será disponibilizado pela Sociedade), para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; e (ii) aprovar a destinação do resultado relativamente ao exercício social findo em 31.12.2022. Os documentos necessários para a deliberação acerca das matérias constantes da ordem do dia acima, notadamente o balanço patrimonial, a demonstração do resultado - DRE e a demonstração das mutações do patrimônio líquido da Sociedade, foram entregues tempestivamente aos sócios, nos termos da legislação vigente, e confirmada a entrega. Sendo o que nos cumpria para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente. **M2 - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. -** Edgard Gomes Corona e Thiago Lima Borges, **Edgard Gomes Corona -** Diretor.

Escola de Ginástica e Dança Bio Plaza Ltda.

CNPJ/ME nº 05.636.746/0001-00 - NIRE nº 35.217.952.657

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob n° 05.636.746/0001-00, neste ato representada por seu administrador, Sr. Edgard Gomes Corona, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n° 5.886.057-5-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 000.846.408-12 ("Sociedade"), vem, por meio desta, CONVOCAR os senhores sócios para Assembleia de sócios da SOCIEDADE a se realizar no dia 27 de abril de 2023, às 17:00 horas, por meio exclusivamente digital, através da plataforma Zoom (o link de acesso será disponibilizado pela Sociedade), para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; e (ii) aprovar a destinação do resultado relativamente ao exercício social findo em 31.12.2022. Os documentos necessários para a deliberação acerca das matérias constantes da ordem do dia acima, notadamente o balanço patrimonial, a demonstração do resultado - DRE e a demonstração das mutações do patrimônio líquido da Sociedade, foram entregues tempestivamente aos sócios, nos termos da legislação vigente, e confirmado recebimento. Sendo o que nos cumpria para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Atenciosamente. **ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA BIO PLAZA LTDA. -** Edgard Gomes Corona.

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária

Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28/04/2023, às 10:00 horas, no Hotel Cordialle, Rua Sotero de Souza, 500 - São Roque/SP - CEP 18130-200, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **Assembleia Geral Ordinária: A)** Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31/12/2022; **B)** Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis. **C)** Pedido de Demissão coletiva dos Diretores; **D)** Eleição da Nova Diretoria. **Assembleia Geral Extraordinária: A)** Alteração do Objeto Social da empresa artigo 4º do estatuto social; **B)** Alteração da composição e atribuições dos Diretores da empresa alterando os artigos 6º, 8º e 10º; **C)** Consolidação do Estatuto Social.

Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10h30 em primeira convocação e às 11h00 em segunda convocação, exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação e a votação a distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 14.030/2020 e nos termos da Instrução Normativa nº 81/2020 do DREI, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, proposta pela Diretoria e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2023; e (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria para o exercício de 2023. Nos termos do artigo 133, § 3º da Lei 6.404/76, os documentos a que se refere esse artigo foram publicados no "Jornal O Dia SP", em 31/03/2023, nas páginas 26 a 29. A íntegra desses documentos foi encaminhada aos Acionistas por e-mail em 30/03/2023, com o aviso, ainda, de que referidos documentos se encontravam à disposição dos Acionistas. **Instruções Gerais:** a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos Acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano com reconhecimento da firma do outorgante, mediante envio de e-mail ao endereço secretaria@construcap.com.br; b) A Companhia informa que, nos termos da IN DREI nº 81/2020, e a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos Acionistas o *link* de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico no dia 27 de abril de 2023. A participação da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da Assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 17 de abril de 2023. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

NOROMIX CONCRETO S/A

CNPJ 10.558.895/0001-38

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco os Srs. acionistas a se reunirem em AGOE, a realizar-se em sua sede, à Rua Joaquim Floriano, nº 888, Conjunto 605, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo - Capital, CEP 04.534-003, no dia 29/04/2023, em 1ª convocação às 9 horas e em 2ª convocação às 10 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **AGO: 1)** Aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2022. **AGE: 1)** Alteração e Consolidação do Estatuto Social; **2)** Outros Assuntos de interesse da companhia. **Aviso: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da companhia, os documentos que se referem ao art. 133 da lei 6.404-76.** São Paulo/SP, 29/03/2023. Sergio Luis Chiquetto - Diretor. (18,19,20)

OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A

CNPJ 42.133.195/0001-98

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco os Srs. acionistas a se reunirem em AGOE, a realizar-se em sua sede, à Av. das Nações Unidas, nº 14171, Conj. 1501 Torre B Marble, Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo/SP - CEP: 04.794-000, no dia 30/04/2023, em 1ª convocação às 9 horas e em 2ª convocação às 10 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **AGO: 1)** Aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2022. **AGE: 1)** Alteração e Consolidação do Estatuto Social; **2)** Outros Assuntos de interesse da companhia. **Aviso: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da companhia, os documentos que se referem ao art. 133 da lei 6.404-76**. São Paulo/SP, 29/03/2023. Luiz Henrique Perez - Diretor. (18,19,20)

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 - NIRE: 35300315189

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em sua sede social na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 29/04/2023 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2023. Sr. Lourival Odécio Golin - Diretor. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (*on-line*), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 23 de Março de 2023 do jornal O Dia SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

JUNTOS SOMOS MAIS FIDELIZAÇÃO S.A.

CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

Aviso aos Acionistas

A **Juntos Somos Mais Fidelização S.A.** ("Companhia") comunica que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, já se encontram à disposição dos Acionistas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 20 de abril de 2023. **Juliana Carsoni Fernandes da Silva -** Diretora Presidente; **Eros Roberto Jussiani Canedo -** Diretor.

JUNTOS SOMOS MAIS FIDELIZAÇÃO S.A.

CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a serem realizadas cumulativamente em 27 de abril de 2023, às 16:00 horas, horário de Brasília, **de forma semipresencial**, excepcionalmente, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** deliberar a respeito da destinação do resultado do exercício; e **(iii)** reeleger e eleger os membros do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre **(i)** a remuneração anual global dos administradores da Companhia; **(ii)** transferência do endereço da sede da Companhia; **(iii)** aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em razão dos exercícios das opções de compra outorgadas no âmbito Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de agosto de 2020, e do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020; **(iv)** alteração da espécie de ações a serem emitidas no âmbito do exercício das opções de compra outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020; **(v)** alteração do Estatuto Social da Companhia, especialmente para **(a)** prever a possibilidade de existência de ações preferenciais de emissão da Companhia, determinando suas características e preferências e **(b)** reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações propostas nos itens anteriores; e **(vi)** autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia de forma presencial ou digital, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 12:00 horas, horário de Brasília, do dia 25 de abril de 2023, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: eros.canedo@juntossomosmais.com.br. A Companhia ressalta que as demonstrações financeiras completas, bem como os documentos pertinentes para discussão da ordem do dia estão à disposição de V. Sas. Na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 18 de abril de 2023. Conselho de Administração - p. Hugo Sogayar Armelin.

Santo Antônio Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 09.391.823/0001-60 - NIRE 35.300.352.891

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.

Santo Antônio Energia S.A. ("Emissora"), na qualidade de Emissora da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A. ("Emissão"), convoca os titulares das debêntures emitidas no âmbito da Emissão em circulação ("Debenturistas"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em **primeira convocação,** no dia **10 de maio de 2023, às 15:00 horas,** de modo **exclusivamente digital e remoto**, por meio da plataforma *Microsoft Teams,* nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Autorização para realização de quaisquer pré-pagamentos pela Emissora no valor de até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), a serem pagos até, no máximo, 31.12.2023, de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), Banco do Brasil S.A. ("BB"), Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), Caixa Econômica Federal ("CEF"), Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Haitong") e do Banco da Amazônia S.A. ("BASA" e, em conjunto com o Santander, o BB, o Bradesco, o Itaú BBA, o BNB, a CEF e o Haitong, os "Bancos Repassadores") representadas pelo: (a) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1307.1, celebrado em 4 de março de 2009 entre a Emissora, o BNDES, dentro outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Direto"); (b) o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES nº 01/2009, celebrado em 11 de março de 2009 entre a Emissora, os Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Repasse"); (c) o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº12.2.1307.1, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, o BNDES, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Direto Suplementar"); e (d) o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES nº 01/2013, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, os Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Repasse Suplementar" e, em conjunto com o Contrato de Financiamento Direto, o Contrato de Financiamento Repasse e o Contrato de Financiamento Direto Suplementar, os "Instrumentos Financeiros BNDES e Repasse"), e renúncia à faculdade prevista na Cláusula 2.04 do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, celebrado em 12 de março de 2009 entre o BNDES e os Bancos Repassadores, conforme aditado ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"); **(ii)** Tendo em vista que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Eletrobras") pretende assumir a totalidade da dívida da Emissora junto ao BNDES e aos Bancos Repassadores representada pelos Instrumentos Financeiros BNDES e Repasse, descontados eventuais pré-pagamentos ("Endividamento BNDES e Repasse"), por meio de assunção do Endividamento BNDES e Repasse ("Assunção da Dívida do BNDES e dos Bancos Repassadores"), autorização para que as garantias objeto (a) do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, BNDES, Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Penhor") e (b) do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, BNDES, Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Cessão Fiduciária"), relativas às garantias previstas na Cláusula 4.5.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública da Santo Antônio Energia S.A. ("Escritura de Emissão"), continuem constituídas em favor do BNDES e dos Bancos Repassadores no âmbito dos instrumentos que vierem a regular a Assunção da Dívida do BNDES e dos Bancos Repassadores e compartilhadas com os Debenturistas na proporção do saldo devedor das respectivas dívidas ("Instrumentos de Assunção de Dívida"), conforme melhor detalhado na Proposta da Administração; **(iii)** Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para realização de todos os atos e celebração de todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens (i) a (ii) acima, dentre eles a celebração dos aditivos aos seguintes documentos (a) Escritura de Emissão; (b) Contrato de Compartilhamento de Garantias; (c) Contrato de Penhor; e (d) Contrato de Cessão Fiduciária, até, no máximo, 31/12/2023; **(iv)** Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para celebração de aditivos aos seguintes documentos, de forma a ajustar os percentuais das garantias às participações societárias dos acionistas, em razão da aquisição, por Furnas - Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), das participações societárias dos acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("MESA"): (a) Contrato de Suporte de Acionistas Suplementar e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 e posteriormente aditado ("ESA Suplementar"); (b) Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências, celebrado em 28 de agosto de 2013 e posteriormente aditado; (c) aos Instrumentos Particulares de Contrato de Fiança, celebrados com CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Eletrobras, respectivamente, em 31 de março de 2014 e 16 de abril de 2014 e posteriormente aditados, até, no máximo, 31/12/2023; e **(v)** Autorização para exoneração de todas as obrigações solidariamente assumidas pelos acionistas diretos e indiretos de MESA, as quais serão assumidas por Furnas, no âmbito do ESA Suplementar, tendo em vista a eventual aquisição das participações societárias, diretas e indiretas, dos acionistas de MESA por Furnas, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Emissora em 20 de março de 2023. Representantes da Emissora estarão presentes na Assembleia para prestar todos os esclarecimentos necessários relativos às deliberações constantes da ordem do dia para que os Debenturistas possam avaliar as referidas deliberações. Os itens da Ordem do Dia acima descritos serão detalhados na Proposta de Administração a ser divulgada pela Emissora em seu site ri.santoantonioenergia.com.br/. A Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital e remota, por meio da disponibilização do sistema eletrônico *Microsoft Teams* que possibilitará que os Debenturistas acompanhem, se comuniquem e votem na Assembleia, conforme disposto no Art. 71 da Resolução CVM 81. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital e remota. Fica facultado aos Debenturistas o preferimento do voto durante a realização da Assembleia ou através do envio da Instrução de Voto sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento por cada debenturista pode ser encontrado na Proposta da Administração referente à Assembleia disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), e da Emissora (ri.santoantonioenergia.com.br/) acompanhado das instruções de preenchimento e as formalidades necessárias para sua validade. Os Debenturistas que fizerem o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida não precisarão acessar o link para participação digital na Assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da Instrução de Voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no Art. 75, §1º, da Resolução CVM 81. Observados os procedimentos previstos neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, os Debenturistas deverão enviar, aos endereços eletrônicos da Emissora (risae@santoantonioenergia.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (assembleias@pentagonotrustee.com.br), preferencialmente, com 02 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização da Assembleia, ou, ainda, até o horário previsto para realização da mesma, os seguintes documentos: **(i)** quando pessoa física, documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** quando pessoa jurídica ou fundos de investimento (representação pela administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo): cópia de atos societários (contrato ou estatuto social) e documentos que comprovem a representação do debenturista ou cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente; e **(iii)** quando representado por procurador, procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou abono bancário, ou ainda, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil como alternativa ao reconhecimento de firma, em caso de participação por meio de representante. Em caso de impossibilidade das alternativas acima, deverá ser apresentado, juntamente à procuração, cópia do documento de identidade do outorgante. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora, o Debenturista receberá, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail risae@santoantonioenergia.com.br, preferencialmente, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os Debenturistas que não encaminharem a relação de documentos acima mencionada. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 15 (quinze) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do debenturista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 (quinze) minutos de tolerância do início da Assembleia, não será possível o ingresso do debenturista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na Assembleia deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de teleconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da Assembleia, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a Assembleia. A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital *Microsoft Teams* e com o acesso à teleconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora.

São Paulo/SP, 19 de abril de 2023. **Santo Antônio Energia S.A.**

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 3530002825-2

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA- EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023**, as **9h00,** em sua sede localizada Avenida Baldan, nº 1500 - Nova Matão/SP, na modalidade presencial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2022; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Sede de Extraordinária**: **a.)** Aprovar o aumento do capital social mediante a utilização do saldo da reserva de subvenção para investimentos existente em 31/12/2022 no montante de R$ 121.898.561,29; **b.)** Alteração do artigo 5º do Estatuto Social, elevando o capital social para R$ 145.933.180,12 conforme nova redação: "*Artigo 5º: O capital social totalmente integralizado é de R$ 145.933.180,12, representado por 1.310.121.591 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.*" **c.)** Alterar a redação do artigo 10º do Estatuto Social passando para 01 ano o prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme nova redação: "*Artigo 10º: Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria serão eleitos para exercer mandato de 1 ano, em ambos os casos sendo permitida a reeleição*"; **d)** Alterar o artigo 18º do Estatuto Social para adequar o prazo do mandato da Diretoria ao artigo 10º, conforme nova redação: *Artigo 18º: A Diretoria Executiva será formada por um mínimo de 2 e um máximo de 7 membros, sendo: 01 Diretor Superintendente e 06 Diretores Adjuntos, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 1 ano, permitindo-se a reeleição.* **e)** Alterar o capítulo VI - Do Conselho Consultivo do Estatuto Social, para transformar o Conselho Consultivo em órgão de instalação facultativa e prazo de mandato de 01 ano, conforme nova redação do Artigo 36º e seus parágrafos: ***"Artigo 36º:*** *A Companhia, por solicitação de qualquer membro do* ***Conselho de Administração****, poderá instalar um* ***Conselho Consultivo****, de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 02 e até 05 membros, residentes no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo* ***Conselho de Administração****, e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição.* ***§1º*** *A solicitação de instalação do* ***Conselho Consultivo*** *deverá ser formulada na primeira reunião do* ***Conselho de Administração*** *que ocorrer após a assembleia geral ordinária, e dependerá de aprovação por maioria simples, e, quando em funcionamento, os membros efetivos do* ***Conselho Consultivo*** *perceberão honorários mensais, fixados pelo Conselho de Administração.* ***§2º*** *O* ***Conselho Consultivo,*** *quando em funcionamento, reunir-se-á trimestralmente ou sempre que convocado por um de seus membros ou convocado por no* ***mínimo 3*** *dos membros do* ***Conselho de Administração*** *e lavrarão suas atas no livro de registro de atas próprio.* ***§3º*** *Os membros do* ***Conselho Consultivo*** *serão considerados empossados nos seus cargos na data de sua eleição, quando assinarão o termo de posse no livro de registro de atas próprio.* ***§4º*** *As sugestões elaboradas pelo* ***Conselho Consultivo*** *serão tomadas por votação da maioria simples, sendo computado um voto para cada Conselheiro, sendo o exercício do cargo pessoal e intransferível, não podendo ser outorgada procuração para terceiros.* ***§5º*** *O* ***Conselho Consultivo*** *terá a função de assessorar a administração da Companhia, dando sugestões sempre que solicitadas, particularmente quanto às diretrizes da política geral a ser adotada pela Companhia, cabendo ao* ***Conselho de Administração*** *acatar ou rejeitar as sugestões feitas pelo* ***Conselho Consultivo****.* ***§6º*** *O* ***Conselho Consultivo*** *elegerá por maioria simples, dentre os seus membros, 01 Presidente e 01 Vice-Presidente, sendo os demais designados simplesmente Conselheiros.* **f)** Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022; **g)** Referendar o pagamento de bônus de performance ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022 conforme apurado em demonstrativo de metas e desempenho; **h)** Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; **i)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; **j)** Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; Matão/SP, 19/04/2023. **Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração**. (19,20,21)

Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

COMPANHIA FECHADA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 9 de maio de 2023, às 10h00min, em 1ª Convocação ou, às 10h30min, em 2ª Convocação, na Avenida Paulista nº 2064, Bairro Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-200, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(b)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2022, em especial a distribuição de dividendos; **(c)** Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(d)** Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(e)** Pagamento de gratificação aos membros da Diretoria; **(f)** Reversão automática, em benefício da Companhia, dos dividendos não reclamados por acionista em prazo superior a 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas; e **(g)** Outros assuntos de interesse da Companhia. Para participarem da Assembleia, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar documento de identificação e, se for o caso, procuração com poderes para participar da Assembleia. São Paulo, 19, 20 e 21 de abril de 2023.

Fernando José Garcia (Diretor-Secretário) e **Dani Glikmanas** (Diretor-Superintendente)

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

CNPJ/MF nº 26.664.057/0001-89 - NIRE 35.3.0049866-6

**EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DE38-5319-5722-8135 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DE38-5319-5722-8135

Hash do Documento

6CD7C07C89EBBB984CAB1272A8262A4D928BB1A3424C1182BD4355A8C160D877

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 14.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 18 de junho de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada em segunda convocação, aos 28 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia.

São Paulo, 20 de abril de 2023

Companhia Província de Securitização

Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 01 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada em segunda convocação, aos 28 de abril de 2023, às 14h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia.

São Paulo, 20 de abril de 2023

Companhia Província de Securitização

Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 21 de Março de 2023

Data, Horário e Local: No dia 21 de março de 2023, às 10h00min, realizada por meio de videoconferência, conforme prerrogativa prevista no *caput* do Artigo 19 do Estatuto Social da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: (a) Fabricio Mitre, (b) Pedro Barros Mercadante Oliva, (c) Burkhard Otto Cordes, (d) Guilherme Affonso Ferreira, (e) Rodrigo Coelho Cagali e (f) Gabriela Canfora ("Conselheiros"), os quais participaram via videoconferência, conforme facultado pelo *caput* do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** Os Conselheiros elegeram o Sr. Pedro Barros Mercadante Oliva como Presidente da Mesa e o Sr. Rodrigo Coelho Cagali como secretário. **Ordem do Dia: (i)** Tomar conhecimento da avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, a saber a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Relatório da E&Y" e "E&Y", respectivamente); **(ii)** apreciar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório da E&Y; e **(iii)** deliberar, nos termos da legislação aplicável, sobre a distribuição de dividendos intercalares com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, observado o disposto no Artigo 21, alínea (p) do Estatuto Social da Companhia, bem como o disposto no Artigo 33, Parágrafo 5º do Estatuto Social da Companhia. **Registros e Deliberações:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros, por unanimidade dos presentes, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(i)** Tomaram conhecimento da avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório da E&Y, conforme reunião realizada no dia 15 de março de 2023, às 10h00min, na qual o Comitê de Auditoria Estatutário opinou, por unanimidade e sem ressalvas, que os documentos aqui referidos refletem, de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia referentes exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, sem qualquer oposição; **(ii)** Em atendimento ao disposto no Artigo 21, alínea (n), do Estatuto Social da Companhia, apreciaram, em linha com a avaliação do Comitê de Auditoria mencionada no item (i) acima, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório da E&Y, não tendo os Conselheiros qualquer oposição a tais documentos, os quais ficam arquivados na sede da Companhia e poderão ser divulgados ao mercado nos termos da regulamentação aplicável; e **(iii)** Aprovaram, em conformidade com o disposto no Artigo 33, parágrafos 3º e 5º do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 9.117.165,87 (nove milhões, cento e dezessete mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), equivalente a R$ 0,08619410432 por ação ordinária, com base e à conta do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos da legislação aplicável e conforme posição de lucro constante nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Os dividendos intercalares indicados acima, declarados e aprovados na presente data, serão pagos em uma única parcela em 04 de abril de 2023, mediante crédito disponível de acordo com o domicílio bancário fornecido ao custodiante. A Diretoria poderá antecipar o pagamento em uma ou mais tranches, mediante divulgação de aviso aos acionistas. Os dividendos intercalares ora aprovados serão considerados para fins da destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que será objeto de deliberação pela assembleia geral ordinária da Companhia, sendo, portanto, imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2022. Fica consignado que farão jus aos dividendos ora declarados os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia em 24 de março de 2023, após o fechamento do pregão; sendo que certo que, a partir de 27 de março de 2023, inclusive, as ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos" na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os conselheiros presentes assinada. São Paulo/SP, 21 de março de 2023. Mesa: Pedro Barros Mercadante Oliva - Presidente; Rodrigo Coelho Cagali - Secretário. Conselheiros Presentes: Fabrício Mitre, Burkhard Otto Cordes, Guilherme Affonso Ferreira, Pedro Barros Mercadante Oliva, Gabriela Canfora e Rodrigo Coelho Cagali. A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 21 de março de 2023. **Mesa: Pedro Barros Mercadante Oliva -** Presidente; **Rodrigo Coelho Cagali -** Secretário. **JUCESP** nº 148.144/23-8 em 17/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Salipart Participações S/A

CNPJ: 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 04/05/2023 às 15:30 horas na sala da diretoria do imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu, 123, São Paulo/SP, tendo em vista que sua sede social encontra-se em reforma, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2022; b) transferência do saldo do Resultado Líquido do Exercício para a conta de Lucros Acumulados; c) determinação do montante de dividendos a serem distribuídos até 31.12.2023. Os demonstrativos contábeis do exercício de 2022, estão à disposição dos acionistas na sala da diretoria, no mesmo endereço em que vai ser realizada a assembleia.

São Paulo, 19 de abril de 2023

Mario Roberto Rizkallah - Diretor

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 (Matriz) - NIRE 35.300.006.658

CNPJ/MF nº 60.665.981/0004-60 (Filial) - NIRE 35.901.939.195

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 13 de Março de 2023

Data, Hora e Local: Realizada em 13 de março de 2023, às 10:00 horas, no escritório administrativo da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, Conjuntos 161/162, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, CEP. 05676-120, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da diretoria da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros da diretoria da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidida pela Sra. Dayane de Souza Duarte e Secretariada pela Dra. Juliana Olivia F. L. S. Martins. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ 60.665.981/0004-60 e NIRE nº 35.901.939.195. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos da presente Reunião de Diretoria, a Presidente da Mesa esclareceu e fez ampla exposição da situação da sociedade e da necessidade de alterar o endereço da filial inscrita no CNPJ sob o nº 60.665.981/0004-60, Inscrição Estadual nº 675.070.386.115 e NIRE nº 35.901.939.195, ***De:*** "Av. Ibirama, 518, prédio 471 (parte), prédio 441 (parte) e prédio 472 (parte), Parque Industrial Daci, na cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, CEP *06785-300.*" ***Para:*** "Av. Ibirama, 518, Edifícios 471 (Parte) e 441 (Parte), Parque Industrial Daci, na cidade de Taboão da Serra, estado de São Paulo, CEP 06785-300". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida, aprovada por unanimidade, tendo sido assinada de forma eletrônica pelos presentes. A presente Ata é cópia fiel daquela transcrita em livro próprio. São Paulo, 13 de março de 2023. **Mesa:** Dayane de Souza Duarte - Presidente da Mesa; Dra. Juliana Oliveira F. L. S. Martins - Secretária. **Membros da Diretoria:** Fernando de Castro Marques - Diretor-Presidente; José Luiz Junqueira Simões - Diretor Vice-Presidente; Paula Melo Suzana Gomes - Diretora Vice-Presidente; Dayane de Souza Duarte - Diretora; Itacir Alvez Nascimento - Diretor; Sergio Ricardo da Silva - Diretor. **JUCESP** nº 120.665/23-2 em 23/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023, às 10h30**, na modalidade exclusivamente presencial, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária (AGO): a.)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2022; **b.)** Eleição de Diretor(a) para preenchimento cargo vago e cumprimento de saldo do mandato biênio 2022/2023; **c.)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 19/04/2023. **Walter Baldan Filho - Diretor.** (19,20,21)

TMK ENGENHARIA S.A.

CNPJ nº 28.131.759/0001-22

Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Atendemos as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022. **A Administração.**

Balanço Patrimonial

	12/2021	12/2022
A T I V O	**66.696.856,69d**	**100.229.105,19d**
Ativo	**66.696.856,69d**	**100.229.105,19d**
Ativo Circulante	**54.805.465,16d**	**69.571.867,44d**
Disponibilidades	**17.196.433,33d**	**15.241.554,30d**
Bens Numerarios	128.695,09d	160.923,11d
Bancos - C/Movimento	1.808.275,23d	1.054.223,75d
Aplicacoes Financeiras	15.259.463,01d	14.026.407,44d
Clientes Nacionais	**27.828.028,44d**	**37.390.254,86d**
Clientes Nacionais	10.139.047,24d	11.596.823,96d
Prov.devedores Duvidosos	954.737,38c	954.737,38c
Contas a Receber	18.643.718,58d	26.748.168,28d
Adiantamento a Terceiros	**5.715.725,82d**	**8.661.620,97d**
Adiantamento a Funcionarios	**0,00**	**23.559,88d**
Adiantamento a Fornecedores	**5.715.725,82d**	**8.638.061,09d**
Tributos a Compensar	**4.016.735,41d**	**8.212.688,11d**
Tributos Federal a Compensar	**3.551.055,11d**	**7.920.114,78d**
Tributos Municipal a Compensar	**465.680,30d**	**292.573,33d**
Outros Creditos	**48.542,16d**	**65.749,20d**
Despesas a Diferir	**48.542,16d**	**65.749,20d**
Ativo Não Circulante	**11.891.391,53d**	**30.657.237,75d**
Ativo Permanente	**11.891.391,53d**	**30.657.237,75d**
Ativo Permanente Imobilizado	**11.890.275,53d**	**30.656.121,75d**
At.permanente - Investimentos	**1.116,00d**	**1.116,00d**

	12/2021	12/2022
Passivo e Patrimonio Liquido	**66.696.856,69c**	**100.229.105,19c**
Passivo	**32.671.721,17c**	**38.867.247,59c**
Passivo Circulante	**31.702.896,80c**	**38.408.858,07c**
Fornecedores	**12.827.719,13c**	**24.532.365,29c**
Fornecedores Nacionais	12.827.719,13c	24.532.365,29c
Emprestimos e Financiamentos	**0,00**	**145.090,92c**
Outros Emprestimos e Financiamento	0,00	145.090,**92c**
Obrigacoes Tributarias a Pagar	**7.155.768,44c**	**9.513.448,**11c
Tributos Federal a Recolher	6.831.640,61c	9.285.234,00c
Tributos Estaduais a Recolher	1.637,09c	1.917,49c
Tributos Municipais a Recolher	322.490,74c	226.296,**62c**
Obrig. Trabalhistas a Recolher	**968.199,63c**	**3.704.069,**28c
Remunerações S/ Fopag a Pagar	111.946,90c	348.860,39c
Enc. Trabalhistas a Recolher	110.315,67c	1.998.309,53c
Provisoes Trabalhistas	745.937,06c	1.356.899,**36c**
Adiantamentos de Clientes	**15.000,00c**	**513.884,**47c
Adiantamentos de Clientes	15.000,00c	513.884,**47c**
Outras Obrigacoes C/ Terceiros	**10.736.209,60c**	0,00
Outras Contas a Pagar	10.736.209,60c	**0,00**
Outras Contas a Pagar	**968.824,37c**	**458.389,52c**
Outras Contas a Pagar	**968.824,37c**	**458.389,**52c
Outras Contas a Pagar	968.824,37c	458.389,**52c**
Passivo Não Circulante	**411.777,40c**	**1.364.597,98c**
Empréstimos e Financiamentos	**0,00**	**521.756,31c**
Emprest/Financ. Bancarios	**0,00**	**521.756,**31c
Financiamento de Veiculos	0,00	521.756,**31c**
Parcelamentos	**411.777,40c**	**842.841,67c**
Parcelamento Tributos	**411.777,40c**	**842.841,**67c
Parcelamento Tributos Federal	411.777,40c	842.841,**67c**
Patrimonio Liquido	**33.613.358,12c**	**59.997.259,62c**
Patrimonio Liquido	**33.613.358,12c**	**59.997.259,62c**
Capital Social	**35.421.109,41c**	**35.421.109,**41c
Capital Social Integralizado	21.300.000,00c	21.300.000,00c
Reservas de Capital	14.121.109,41c	14.121.109,**41c**
Resultados Acumulados	**1.807.751,29d**	**24.576.150,**21c
Lucros ou Prejuizos Acumulados	1.807.751,29d	24.576.150,21c

Demonstração do Resultado

	2021	2022
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**1.902.333,92d**	**1.775.780,21d**
Receita Bruta	**93.180.841,56c**	**115.957.721,34c**
Receita Vendas/Prest. Serv.	**93.180.841,56c**	**115.957.721,34c**
Rec. Servicos Locaçao	0,00	1.893.844,73c
Receita Prest.serv. construção Civil	0,00	82.055.181,06c
Receita de Locação E Manut. de Equiptos	586.151,68c	407.340,00c
Receita de Serviços Obras Privadas	0,00	287.532,66c
Receita de Serviços Obras Publicas	92.594.689,88c	31.313.822,89c
Deducoes da Receita	**6.177.928,63d**	**7.218.115,09d**
Impostos Incidentes S/ Receita	**6.178.153,83d**	**7.263.153,17d**
ISS - Imposto S/ Servicos	2.778.173,98d	2.812.331,04d
Cofins S/ Faturamento	2.794.503,99d	3.658.158,15d
PIS S/ Faturamento	605.475,86d	792.663,98d
Outras Deducoes Da Receita	**225,20c**	**45.038,08c**
Vendas Canceladas/Devolucoes	225,20c	45.038,08c
Custos Operacionais	**85.711.937,81d**	**105.365.198,46d**
Custos dos Serviços	**85.711.937,81d**	**105.365.198,46d**
CSP - Custo dos Serviços Prestados.	85.711.937,81d	105.365.198,46d
Despesas Operacionais	**335.108,97d**	**86.051,07d**
Despesas Administrativas	**3.233.531,48d**	**4.953.823,12d**
Desp. Fornec. Serv. Publicos	**3.907,38d**	**94.993,03d**
Desp. Manutencoes e Reformas	**0,00**	**139.894,04d**
Desp.c/Veiculos/Moto/Caminhoes	**0,00**	**6.714,20d**
Serviços Prestados P. Juridica	**506.554,02d**	**80.000,00d**
Serv. Prestados Por Terceiros	**2.580.760,24d**	**4.070.641,10d**
Outras Despesas Administrativas	**102.678,81d**	**532.270,71d**
Desp. Nao Dedutiveis Irpj/Csl	**26.307,91d**	**28.140,34d**
Outras Taxas	**13.323,12d**	**1.169,70d**
Despesas Com Vendas	**190,00d**	**8.112**,60d
Fretes/Carretos Pagos A Pj	0,00	1.550,00d
Viagens E Representacoes	190,00d	5.442,60d
Despesas Retirada de Lixo	0,00	1.120,**00d**
Desp.depreciacao e Amortizacao	**6.746,53d**	**6.436**,73d
Depreciacao do Periodo	6.746,53d	6.436,**73d**
Desp. Com Folha de Pagamento	**205.240,28d**	**1.211.730,76d**
Salarios e Remuneracoes	**157.320,25d**	**1.120.964,64d**
Encargos Trabalhitas	**47.920,03d**	**90.766,12d**
Outras Despesas Tributarias	**328.172,44d**	**71.501**,74d
Iptu - Imp.territorial Urbano	0,00	9.718,38d
Contrib. Sind./Assist./Confed.	0,00	5.003,24d
Tx. Licenca Funcionamento	893,76d	0,00
Icms - Outros Debitos/Creditos	2.727,30c	560,79c
Outras Taxas/Impostos/Contribu	329.995,10d	57.340,91d
Iss S/Serviço	**10,88d**	**0,00**
(+/-) Resultado Financeiro	**586.031,55c**	**1.101.416,95c**
Despesas Financeiras	**196.355,01d**	**207.195,43d**
Receitas Financeiras	**782.386,56c**	**1.308.612,38c**
(+/-) Resultado Não Operacional	**5.459,86d**	**0,00**
Despesas Não Operacionais	**5.459,86d**	**0,00**
Outras Despesas Não Operacionais	5.459,86d	0,00

Notas Explicativas Gerais:

01 - Contexto Operacional: A empresa se insere no segmento de terraplenagem, construção civil em geral. **02 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** A demonstração financeira foi elaborada em obediência aos preceitos das leis das sociedades anônimas e, aos princípios de contabilidade geralmente aceitos. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras, são as seguintes: **A) Determinação do Resultado:** O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. **B) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo:** Ativo circulante e realizável a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados quando aplicáveis, pelos valores de juros e variações monetárias ou, caso de despesas pagas antecipadamente, demonstradas pelos valor de custos. **C) Ativo Permanente:** O ativo imobilizado e demonstrado ao custo ou valor de avalição, com a aplicação das depreciações que são calculadas pelo método linear, as taxas mencionadas na nota 3. **D)** passivo circulante e exigível a longo prazo demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do fechamento do balanço. **03- Imobilizado:** Avaliados pelo custo original mais eventuais reavaliações efetuadas e, depreciações pelas taxas estabelecias na legislação.

	% Depreciação
Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de Informática	20%

04 - Capital: O capital social está representado por 21.300.000 (vinte e hum milhões e trezentos mil reais) ações no valor nominal de R$ 1,00. **05-** O capital social permanece inalterado com relação ao exercício de 2.021. **06 - Reserva de Capital:** O saldo da reserva de capital mantem-se em R$ 14.121.109,41 (quatorze milhões cento vinte e um mil e cento e nove reais e quarenta e um centavos).

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2022, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 100.229.105,19 (cem milhões, duzentos e vinte e nove mil, cento e cinco reais e dezenove centavos).

Luciano Prata Rodrigues Borges
Diretor - CPF 145.919.956-15

Conasscon S/C Ltda
Marcio Gaspar Gonzalez - Contabilista - CRC: 1SP/197354/O-9 - CPF: 197.502.278-59

Matera Systems Informática S.A.

CNPJ nº 57.040.040/0001-84

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DEZEMBRO DE 2021 ***(Em milhares de Reais)***

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras anuais da Matera Systems S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Matera") e de suas controladas (denominadas em conjunto "Consolidado" ou "Grupo Matera"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório de auditoria dos nossos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras consolidadas contemplaram os saldos das contas da Matera (Controladora) e das controladas. O resultado das controladas foi reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Matera foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas no exterior, originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada periodo, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões estão classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido. ***Mensagem da Administração:*** Ao longo da nossa história, sempre utilizamos nossos valores como base essencial dos negócios e é por isso que a inovação sempre fez parte das soluções que entregamos para os nossos clientes e parceiros. Criar o futuro está em nossa essência: Acompanhamos tendências e oportunidades para garantir a máxima eficiência de nossos produtos, seja pelo entendimento de mercado, pela aderência às normas e regulamentações ou até mesmo pela criação de soluções que estão um passo à frente do que se espera para o "hoje". Quando paramos para olhar a nossa trajetória até aqui, surge um sentimento de muito orgulho. O nosso propósito é transformar o mercado financeiro nacional e todo o ecossistema envolvido. Para isso, é importante estar preparado para assumir riscos e participar de momentos decisivos do mercado. Aos poucos, estamos ajudando a desenhar um sistema financeiro brasileiro mais inclusivo, democrático e aberto para diferentes oportunidades. Estávamos lá em 2013, quando o Banco Central democratizou a abertura de contas. Em 2018, com a criação das Fintechs de Crédito, também. Em 2020, com a chegada do PIX. Em 2021 foi o ano da consolidação das nossas operações de BAAS - banking as a service - ampliando, com esta oferta, o nosso leque de produtos e serviços e por fim em 2022, trouxemos ao nosso portfólio uma solução de crédito completa para instituições financeiras com aquisição da Onidata. Ainda há um longo caminho pela frente, é verdade! Mas junto com nossos clientes, parceiros e colaboradores, demos mais um passo rumo a essa transformação. ***Destaques de 2022:*** Em 2022, iniciamos a expansão internacional, obtivemos a autorização do Banco Central na Flagship (Instituição de pagamento) e M&A Onidata, agregando ao nosso portfólio uma solução de crédito completa para instituições financeiras; Crescimento da receita bruta dos serviços vendidos consolidado de R$ 77,6 milhões em relação ao exercício de 2021 (R$ 313,2 milhões em 2022 e R$ 235,6 milhões em 2021); A receita líquida consolidada totalizou R$ 284,1 milhões, aumento de 32% ou R$ 68,6 milhões em relação ao exercício de 2021; O Lucro líquido do exercício consolidado totalizou R$ 42,6 milhões, aumento de 28% ou R$ 9,2 milhões em relação ao exercicio de 2021. ***Sustentabilidade:*** Com uma trajetória em mais de dez anos em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, a Matera tem ampliado sua atuação não apenas nestas temáticas, como também em ESG (Environmental, Social and Governance), que tornou-se um dos pilares estratégicos da empresa. Além disso, o protagonismo dos profissionais em atuar nas ações e projetos com a comunidade, tem gerado um impacto muito positivo, como mostram os números abaixo, referente ao ano de 2022: 863 horas de voluntariado corporativo; 8h30min de voluntariado corporativo per capita; + 600 horas de projetos com parceiros; + 1800 pessoas impactadas; + R$600 mil investidos em projetos, ações, aporte IRPJ e horas de voluntariado. Estes resultados mostram que estamos comprometidos em deixar o nosso legado na sociedade, em transformar vidas por meio das nossas ações, projetos e práticas de ESG. ***Relacionamento com Auditores:*** Durante o exercicio de 2022, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. A Política da Empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	124.822	157.186	199.467	364.487
Títulos e valores mobiliários	–	–	91.679	–
Contas a receber de clientes	19.340	11.936	24.056	18.278
Impostos a recuperar	2.442	1.530	3.457	2.384
IR e CS	1.857	3.102	1.768	1.980
Outros créditos	3.201	2.163	3.580	2.442
Total do Ativo Circulante	**151.663**	**175.916**	**324.007**	**389.570**
Não Circulante				
Depósitos judiciais	–	–	25	25
IR e CS diferidos	5.073	2.378	4.413	2.883
Outros Créditos	50	–	–	403
Total do Realizável a Longo Prazo	**5.123**	**2.378**	**4.438**	**3.311**
Imobilizado	3.569	4.057	3.847	4.378
Investimentos	111.736	34.897	–	–
Intangível	663	763	26.391	8.529
	115.968	**39.716**	**30.238**	**12.906**
Total do Ativo Não Circulante	**121.091**	**42.094**	**34.676**	**16.218**
Total do Ativo	**272.754**	**218.010**	**358.683**	**405.788**

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Passivo / Circulante	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Fornecedores	1.073	1.248	4.869	4.427
Obrigações com portadores	–	–	70.089	180.349
Passivo de arrendamento	514	508	689	671
Obrigações e provisões trabalhistas	22.672	17.584	24.914	19.670
Obrigações tributárias	3.693	3.068	4.317	3.430
Dividendos a pagar	9.996	7.392	9.996	7.392
Passivos de contrato	3.326	1.021	2.723	1.026
Obrigações para investimento	5.564	–	2.494	–
Outras obrigações	6.364	5.037	7.215	5.165
Total do Passivo Circulante	**53.202**	**35.858**	**127.305**	**222.130**
Não Circulante				
Passivo de arrendamento	1.301	1.470	1.301	1.470
Provisão para riscos	–	–	5.009	–
Obrigações para investimento	2.667	–	–	–
Total do passivo não circulante	**3.967**	**1.470**	**6.310**	**1.470**
Total do Passivo	**57.170**	**37.328**	**133.615**	**223.601**
Patrimônio Líquido				
Capital social	123.739	123.739	123.739	123.739
Reservas de lucros	89.226	56.394	89.226	56.394
Ajustes de avaliação patrimonial	2.619	549	2.619	549
**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C88E-75AD-0316-C6F9 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C88E-75AD-0316-C6F9

Hash do Documento

60F37E60A876BEBC70CA631A51CDFD0F558FBCE73DBEB1378C09C652BF8A18A9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

Relatório da Administração 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado não apenas pela retomada definitiva das nossas atividades no país, possibilitada pela melhora do cenário macroeconômico e da recuperação dos padrões de consumo a patamares próximos ao período pré-pandemia, como também pelos resultados recordes atingidos pela Companhia em um ambiente competitivo bastante dinâmico, caracterizado por novos hábitos dos consumidores.

Registramos crescimento de vendas comparáveis de aproximadamente 29% em relação a 2021. Resultado da excelente execução da "estratégia 3Ds" (pautada no fortalecimento das vendas nos canais: *Digital*, *Delivery* e *Drive-Thru*) e por um plano assertivo de marketing. Seguimos como líderes do setor de *QSR* no país, o que demonstra a forte preferência dos clientes pela marca McDonald's.

As Vendas Digitais atingiram o recorde histórico de R$ 5,8 bilhões em 2022, 43,6% superior às vendas de 2021 e representaram 51,7% do total do ano de 2022. Impulsionamos os canais digitais com a utilização dos totens de autoatendimento e pela funcionalidade "Peça e Retire" do *Mobile App*, demonstrando a assertividade da estratégia da Companhia em continuar investindo na ampliação da plataforma digital, de forma a proporcionar maior agilidade e conveniência aos clientes.

Encerramos o ano com recordes de vendas também via *Delivery*. Nos primeiros meses de 2022, implementamos o *Delivery* Próprio em todos os restaurantes operados pela Companhia e iniciamos a operação deste canal nos restaurantes franqueados, o que nos possibilita crescer ainda mais as vendas por meio deste segmento. Em relação ao *Drive-Thru*, seguimos focados na contínua melhoria operacional com foco na redução do tempo de atendimento e satisfação de nossos clientes.

Grandes ações e campanhas de Marketing contribuíram para este excelente resultado, como a campanha "Méquizices", que contou com a participação de influenciadores digitais, a campanha "Seleções do Méqui", que contribuiu para o atingimento de vendas recordes históricas no mês de outubro, com o lançamento de oito sanduíches em homenagem à Copa do Mundo FIFA Qatar 2022, e a campanha de "Méqui Friday", que fez com que a Empresa atingisse recorde histórico de vendas em um único dia.

Todo esse trabalho trouxe um crescimento sazonal das vendas no último trimestre de 2022, culminando em meses com mais de R$ 1 bilhão em vendas brutas que contribuíram para o atingimento de novo recorde histórico de vendas para o quarto trimestre.

Em complemento, continuamos com as ações do Programa McProtegidos, reforçando medidas de higiene e segurança em nossos restaurantes, inspirando a confiança de nossos clientes e colaboradores. Além disso, seguimos ampliando as iniciativas socioambientais da nossa Plataforma de *ESG*, "Receita do Futuro". O McDia Feliz atingiu recorde histórico no ano de 2022, com a arrecadação de R$ 25,8 milhões, um crescimento de 15% frente à edição do ano anterior. Os recursos arrecadados nesse dia são destinados às iniciativas conduzidas pelo Instituto Ronald McDonald (IRM), instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a qualidade de vida e saúde de crianças e adolescentes com câncer e suas famílias, e para o Instituto Ayrton Senna (IAS), que contribui com a capacitação e ampliação de oportunidades de emprego para jovens por meio da educação. Em conjunto, os fundos arrecadados pelas ações do McDia Feliz impactaram 42 mil educadores e 2,5 milhões de estudantes por meio do IAS, e mais de 30 mil crianças e jovens e 2.500 profissionais da Saúde, por meio do trabalho realizado pelo IRM.

Finalizamos o ano de 2022 com os melhores resultados de nossa história e com a certeza de que estamos preparados para enfrentar os desafios e capturar novas oportunidades de crescimento em 2023.

DESTAQUES

- **Receita Operacional Líquida** atingiu o recorde anual de **R$ 6,8 bilhões** em 2022, com **crescimento de 37%** frente à Receita de **R$ 5,0 bilhões em 2021;**
- **Vendas Comparáveis** apresentaram crescimento de **29%** frente ao ano anterior, impulsionadas pelo forte aumento no trafego de clientes e considerável incremento de market share;
- As **Vendas Digitais** (que contemplam as vendas via *Delivery*, totens de autoatendimento e *App* próprio) atingiram patamar recorde de **R$ 5,8 bilhões,** representando **51,7% das vendas totais** da Companhia;
- **Lucro Líquido de R$ 441,2 milhões** em 2022, com crescimento de **138,9%** frente ao Lucro Líquido de **R$ 184,7** milhões em 2021;
- Abertura bruta de **40 novas lojas em 2022,** incluindo 37 aberturas no formato Free-Standing, totalizando 1.084 lojas no país.

	2022	2021	Variação
Destaques Financeiros (em R$ mil)			
Receita Operacional Líquida	6.809.016	4.970.154	37,0%
Resultado Operacional	1.119.074	730.269	53,2%
Lucro Líquido	441.164	184.673	138,9%
Vendas Comparáveis	29,0%	22,4%	6,6p.p.
Endividamento	1.283.945	1.701.075	(24,5%)
Destaques Operacionais			
Total de Lojas Próprias	**656**	**631**	**25**
Free-Standing	322	298	24
Food Court + Mall Store	267	267	–
In-Store	67	66	1
Total de Lojas de Franqueados	**428**	**420**	**8**
Free-Standing	210	198	12
Food Court + Mall Store	192	196	(4)
In-Store	26	26	–

VENDAS E REDE DE RESTAURANTES

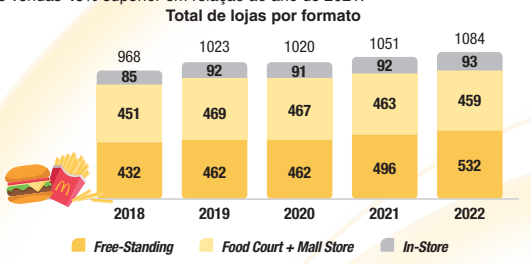
No ano de 2022 a receita operacional líquida apresentou crescimento de **37%** em relação ao ano de 2021. As vendas comparáveis cresceram **29,6%**, com a retomada da mobilidade e recuperação do consumo frente ao período da pandemia e pelo significativo aumento das vendas digitais, que se mostraram resilientes, mesmo após a forte recuperação do consumo nos restaurantes.

Ao longo do ano a Companhia continuou investindo em melhorias operacionais e tecnológicas nos segmentos de *Drive-Thru,* o que permitiu ampliar significativamente as vendas através dos canais digitais, principalmente em *Delivery*, que registrou crescimento de vendas de **43,6%** frente ao ano de 2021, impulsionadas principalmente pela implementação de novas ofertas e funcionalidades em nosso *App* próprio, além da ampliação da funcionalidade "**Peça e Retire**", que permite realizar a compra, o pagamento antecipado do pedido pelo usuário e a retirada diretamente no balcão ou *Drive-Thru* das lojas.

As vendas por estes segmentos representaram aproximadamente **51,7%** das vendas totais da Companhia ao longo do ano de 2022, crescimento de aproximadamente **3,7p.p.** em relação ao ano anterior.

No ano de 2022 houve a aceleração do plano de expansão, com **40 novas aberturas** no país, incluindo 37 lojas no formato *Free-Standing*, reforçando o potencial de expansão da operação da Companhia no país e finalizando o ano com 1.084 lojas, conforme demonstrado no quadro abaixo. O plano de expansão da Companhia segue focado na abertura de lojas no modelo *Free-Standing*, cujo retorno em vendas é superior aos demais formatos por contarem com o forte nível de vendas dos segmentos de *Drive-Thru* e *Delivery*. Também no ano de 2022 as lojas nos formatos *In-Store* e os localizados em *shoppings* (denominados *Food Court* e *Mall Store*), apresentaram performance de vendas **40%** superior em relação ao ano de 2021.

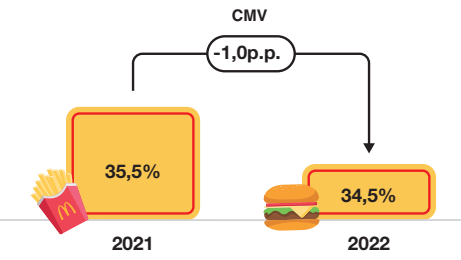
Total de lojas por formato



CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA ("CMV"), CUSTOS COM VENDAS E ADMINISTRATIVAS

No ano de 2022, o CMV atingiu o patamar de **34,5%** das vendas, apresentando melhora de **1,0p.p.** quando comparado ao ano de 2021. Ainda que fortemente impactado pelo aumento dos preços das *commodities*, em especial das proteínas, o aumento dos custos foi compensado pelo forte aumento das vendas, impulsionado pelo crescimento das vendas digitais, adequações nas plataformas de *affordability* e da mudança do *mix* vendas (impulsionando a venda de produtos com maior rentabilidade e, portanto, maior margem) além da adoção de estratégias "responsáveis" de incremento de preços (abaixo do incremento de preços dos nossos insumos).

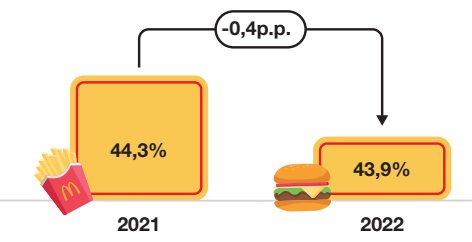
CMV



% Sobre a Receita Operacional Líquida

Neste mesmo período, as despesas com vendas alcançaram **43,9%** das vendas no ano de 2022, uma redução de **0,4p.p.** quando comparado aos valores de 2021. Apesar de um aumento no valor absoluto, o percentual em relação a venda cai, em razão de uma melhor performance nas despesas e custos variáveis.

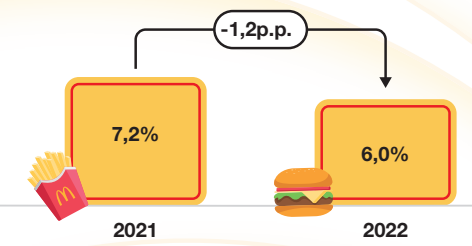
Despesas com Vendas



% Sobre a Receita Operacional Líquida

As despesas gerais e administrativas representaram **6%** das vendas, uma redução de **1,2p.p.** em relação a 2021, que assim como as despesas com vendas, tiveram um aumento no valor absoluto, mas devido a uma melhor performance de vendas, apresentaram um menor peso no resultado da Companhia em relação a venda.

Despesas Gerais e Administrativas



% Sobre a Receita Operacional Líquida

INVESTIMENTOS

Os investimentos totais da Companhia atingiram o total de **R$ 423,7 milhões** no ano de 2022, frente aos **R$ 264,5 milhões** do ano de 2021. O aumento é justificado pela retomada do Plano de Investimento em expansão e modernização da Companhia, com o objetivo de ampliar o número de lojas, além de investir em novas tecnologias de forma a oferecer maior conveniência aos clientes e consolidar sua posição no mercado local.

Em linha com o plano de expansão, ao longo do ano de 2022 a Companhia realizou **40 aberturas**, das quais **26** foram lojas próprias e **14** franqueadas, sendo que destas aberturas, 37 lojas foram no formato *Free-Standing*.

ENDIVIDAMENTO

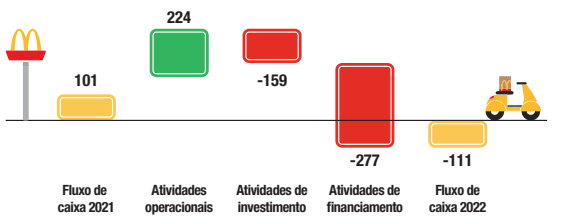
O endividamento da Companhia apresentou considerável melhoria no ano de 2022. A retomada das operações e os fortes resultados operacionais, influenciados por um cenário macroeconômico mais favorável, contribuíram para que não houvesse necessidade de captação de caixa adicional. Desta forma, considerando conjuntamente os endividamentos com instituições financeiras e empréstimos com partes relacionadas, a Companhia encerrou o ano de 2022 com uma redução de R$ 417 milhões, ou 24,5%, em seu endividamento total, encerrando o ano em R$ 1.284 milhões, frente aos R$ 1.701 milhões ao final de 2021.

FLUXO DE CAIXA

No ano de 2022, a Companhia teve um consumo líquido de caixa de R$ 111,2 milhões comparado à geração de caixa de R$ 100,6 milhões no ano de 2021. Apesar do aumento dos resultados operacionais e da redução de R$ 224,3 milhões no consumo de caixa, o resultado anual foi impactado, dentre outros, pelo consumo de R$ 159,2 milhões nas atividades de investimento e de R$ 276,9 milhões nas atividades de financiamento.

O gráfico abaixo demonstra as variações ocorridas no fluxo de caixa durante o ano de 2022:

Variação da geração de caixa entre 2021 e 2022 (R$ milhões)



Glossário

CMV: Custo da Mercadoria Vendida.

Affordability: Categoria de produtos com preços mais acessíveis.

Delivery: Segmento de vendas que possibilita ao cliente fazer o pedido através do aplicativo próprio ("*mobile App*") ou do aplicativo de parceiros e escolher o local de recebimento do pedido.

Drive-Thru: Segmento de vendas que permite ao cliente fazer e receber o pedido diretamente do veículo.

ESG: Sigla em inglês para *Environmental*, *Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança).

IFB: Sigla para Instituto *Foodservice* Brasil, união que representa empresas do mercado de alimentação fora do lar.

Tipos de Lojas: Caracterização das lojas, baseada em seus aspectos físicos, conforme lista abaixo:

Food Court: Loja localizada em *shoppings*, supermercados, aeroportos, entre outros, sem área própria para refeições.

Mall Store: Loja localizada em *shoppings*, supermercados, aeroportos, entre outros, caracterizada principalmente pela presença de área própria para refeições.

Free-Standing: Loja que conta com espaço interno para realização de refeições e com estrutura física externa, com a presença de *Drive-Thru*, estacionamento próprio, entre outras comodidades.

In-Store: Loja com acesso direto à via pública, que conta com espaço interno para realização de refeições, sem a presença de *Drive-Thru*, ou de estacionamento próprio.

Plataforma Digital: Plataforma que inclui as vendas efetuadas via *Delivery*, através do *App* (aplicativo próprio) e de parceiros, além de totens de autoatendimento.

QSR: sigla em inglês para "*Quick Service Restaurants*", ou **Restaurante de Serviço Rápido**, em português.

Vendas Comparáveis: Refere-se à mudança percentual, medida em moeda constante, em relação ao ano anterior, das vendas realizadas pelos restaurantes operados pela Companhia e restaurantes franqueados em operação por no mínimo 13 meses, incluindo aqueles que ficaram fechados de maneira temporária por período inferior a um ano. As razões pelas quais um restaurante pode ficar fechado incluem: reformas, reconstruções, obras na via de acesso e desastres naturais, dentre outras.

As vendas de determinado período podem ser afetadas pelo número de dias úteis, finais de semana e feriados, que podem, por sua vez, impactar as vendas comparáveis de maneira positiva ou negativa.

As vendas comparáveis são consideradas uma métrica importante para a compreensão do desempenho financeiro da Companhia uma vez que as vendas dos franqueados não são registradas como Receitas com Vendas, ao mesmo tempo que são um bom indicador da saúde financeira da base de franqueados, juntamente às vendas dos restaurantes operados pela Companhia e contribuem para os resultados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**248.551**	359.753
Contas a receber	4	**441.685**	286.026
Estoques	5	**52.298**	46.741
Tributos a recuperar	6	**137.216**	272.516
Instrumentos financeiros derivativos	23	**109.780**	–
Despesas antecipadas e outros		**20.212**	25.192
Total do ativo circulante		**1.009.742**	990.228
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	14	**2.710**	6.335
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**390.830**	273.758
Tributos a recuperar	6	**65.800**	62.261
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**180.001**	389.364
Contas a receber	4	**339**	1.044
Adiantamento à fornecedores	5	**35.341**	31.969
Outros ativos		**–**	480
Depósitos judiciais	17	**291.462**	245.158
Total realizável a longo prazo		**966.483**	1.010.369
Investimentos	10	**650**	716
Ativo fixo			
Imobilizado	7	**1.940.836**	1.844.324
Intangível	8	**153.853**	121.279
Ativo de arrendamento mercantil	9	**2.955.746**	2.819.356
Total de ativo fixo		**5.050.435**	4.784.959
Total do ativo não circulante		**6.017.568**	5.796.044
Total do ativo		**7.027.310**	6.786.272

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**–**	19.962
Fornecedores	12	**463.794**	422.940
Salários e encargos sociais	13	**290.910**	186.951
Partes relacionadas	14	**528.040**	–
Impostos e contribuições sociais a recolher	15	**240.656**	330.606
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**47.477**	31.645
Passivo de arrendamento mercantil	9	**147.669**	136.917
Outros passivos		**66.114**	37.204
Total do passivo circulante		**1.784.660**	1.166.225
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**–**	19.985
Partes relacionadas	14	**755.905**	1.661.128
Provisão para demandas judiciais	17	**246.815**	186.183
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**95.927**	82.969
Passivo de arrendamento mercantil	9	**3.128.676**	2.910.216
Outros passivos		**50.108**	69.732
Total do passivo não circulante		**4.277.431**	4.930.213
Patrimônio líquido			
Capital social	19	**442.789**	358.789
Reserva de lucro	19	**494.341**	272.858
Outros resultados abrangentes	19	**28.089**	58.187
Total do patrimônio líquido		**965.219**	689.834
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.027.310**	6.786.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	20	**7.373.038**	5.406.734
Custo dos produtos vendidos	21	**(2.351.169)**	(1.766.003)
Lucro bruto		**5.021.869**	3.640.731
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	21	**(2.991.505)**	(2.200.128)
Gerais e administrativas	21	**(407.735)**	(358.989)
Depreciação e amortização		**(475.992)**	(459.972)
Outros resultados operacionais		**(27.544)**	108.662
Resultado de equivalência patrimonial	10	**(19)**	(35)
		(3.902.795)	(2.910.462)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.119.074**	730.269
Resultado financeiro líquido	22	**(443.495)**	(462.112)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		**675.579**	268.157
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16	**(234.415)**	(83.484)
Lucro líquido do exercício		**441.164**	184.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**441.164**	184.673
Outros resultados abrangentes:		
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	**45.579**	(35.680)
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	**(15.481)**	12.113
Resultado abrangente do exercício	**471.262**	161.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		**441.164**	184.673
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7 e 8	**231.857**	247.494
Amortização direito de uso (arrendamento)	4	**244.135**	212.478
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	**17.851**	8.676
Registro de imposto de renda diferido	16.1	**(117.072)**	(46.510)
Provisão para demandas judiciais	17	**135.788**	114.529
Reversão de provisão para demandas judiciais	17	**(8.282)**	(11.558)
Juros, encargos, variações monetárias e AVP de arrendamentos		**382.928**	387.889
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	**122**	633
Provisão para obsolescência de brinquedos	5	**(470)**	463
Resultado de equivalência patrimonial	10	**19**	35
		1.328.040	1.098.802
(Aumento) redução dos ativos operacionais:			
Contas a receber		**(155.076)**	20.961
Estoques		**(5.087)**	(4.858)
Tributos a recuperar		**140.337**	(181.128)
Despesas antecipadas e outros		**2.088**	21.128
Partes relacionadas		**3.625**	–
Depósitos judiciais		**(27.443)**	(4.586)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**29.419**	11.523
Outras contas a pagar		**–**	(110.045)
Salários e encargos sociais		**103.959**	3.279
Obrigações tributárias		**218.740**	156.310
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(320.986)**	(882)
Pagamentos de demandas judiciais	17	**(66.874)**	(62.995)
Partes relacionadas		**(21.515)**	–
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**3.828**	105.100
Outros passivos		**9.286**	(33.486)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**1.242.341**	1.019.123
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	7 e 8	**(367.359)**	(264.461)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(367.359)**	(264.461)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Capital integralizado no exercício		**84.000**	–
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas		**–**	302.756
Pagamento de empréstimos junto a partes relacionadas		**(309.150)**	(466.724)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		**(219.635)**	(60.933)
Captação de empréstimos e financiamentos	11	**–**	2.503
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	**(39.611)**	(11.157)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	11	**(2.132)**	(3.542)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	9	**(499.656)**	(416.965)
Aumento (diminuição) caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**(986.184)**	(654.062)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa antes dos ajustes acumulados de conversão		**(111.202)**	100.600
Ajustes acumulados de conversão		**–**	–
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa após os ajustes acumulados de conversão		**(111.202)**	100.600
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		**359.753**	259.153
No final do exercício		**248.551**	359.753
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(111.202)**	100.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

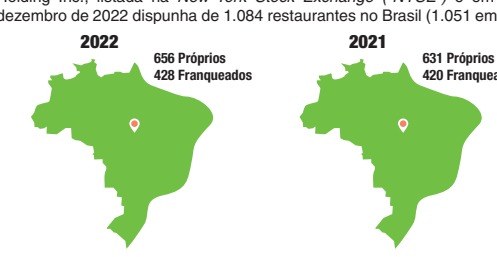
	Capital social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	358.789	96.688	34.620	–	490.097
Lucro líquido do exercício	–	–	–	184.673	184.673
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(8.713)	(8.713)
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	–	–	23.567	–	23.567
Ajustes acumulados de conversão	–	210	–	–	210
Transferência para reserva de lucros	–	175.960	–	(175.960)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	358.789	272.858	58.187	–	689.834
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**441.164**	**441.164**
Integralização de capital	**84.000**	–	–		**84.000**
Dividendos distribuídos	–	–	–	**(181.979)**	**(181.979)**
Reserva Legal	–	**22.060**	–	**(22.060)**	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	**(37.656)**	**(37.656)**
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	–	–	**(30.098)**	–	**(30.098)**
Ajustes acumulados de conversão	–	**(46)**	–	–	**(46)**
Transferência para reserva de lucros	–	**199.469**	–	**(199.469)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**442.789**	**494.341**	**28.089**	–	**965.219**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. ("Arcos" ou "Companhia"), localizada na Alameda Amazonas, 253, Barueri, SP, tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios nos restaurantes McDonald's. A Companhia é uma subsidiária da Arcos Dorados Holding Inc., listada na *New York Stock Exchange ("NYSE")* e em 31 de dezembro de 2022 dispunha de 1.084 restaurantes no Brasil (1.051 em 2021).



Aquisição das operações do McDonald's na América Latina: A Arcos Dourados Restaurantes Ltda. e Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. eram subsidiárias integrais da McDonald's Corporation. Em 3 de agosto de 2007, Arcos Dorados B.V. ("ADBV") assinou um Contrato de Compra de Ações com a McDonald's Corporation para aquisição das operações do McDonald's na América Latina, incluindo as entidades acima descritas. No mesmo momento da transação, foi assinado um Contrato de Franquias Master (*Master Franchise Agreement - MFA*) com a McDonald's Corporation que garante a ADBV o seguinte: • O direito de ter posse e operar, direta ou indiretamente, restaurantes franqueados no território sob contrato; • O direito de outorgar e licenciar franquias no território sob contrato; • O direito de adotar e usar, e licenciar o uso a subfranqueados, do sistema no território sob contrato; • O direito de anunciar ao público que é um franqueado do McDonald's; • O direito e licença para outorgar para subfranqueados os direitos constantes no Contrato Master. McDonald's Corporation tem o direito de (a) terminar o *MFA*, ou (b) exercer uma opção de compra sobre as ações da ADBV, se a ADBV (i) falhar na operação do sistema McDonald's, (ii) ter decretada falência, (iii) falhar com o pagamento de suas dívidas financeiras, (iv) falhar relevantemente no atingimento dos requerimentos de abertura e reinvestimento ou (v) incorrer em outro evento de falta conforme definido no *MFA*.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2021. Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de restaurantes, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 13 de abril de 2023. **2.2. Efeitos ocasionados pela pandemia Covid-19:** A Companhia não encontrou impactos relevantes ao COVID-19 permanecendo sem nenhuma restrição de funcionamento de seus restaurantes e com seu plano de abertura de novos restaurantes, também manteve a estratégia de alavancar as vendas através dos seus canais de venda como *Delivery* e Méqui Entrega, esses trouxeram resultados acima do esperado fortalecendo a operação no ano. Ainda assim para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras apresentam seus impactos com os efeitos ainda que parciais da pandemia em 2021. **2.3. Conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.5. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes:** Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes". Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes. Outros ativos e créditos são demonstrados pelo custo, incluindo, quando aplicável, atualizações contratuais, líquidas de provisões para refletir os valores de realização, quando necessário. **2.6. Benefícios à empregados:** As participações dos empregados são calculadas com base no acordo do Programa de Participação nos Resultados firmado com o Sindicato dos trabalhadores das empresas de refeições coletivas, refeições rápidas (*fast food*) e afins e é calculada com base em metas de resultado estipuladas em referido acordo. **2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada no resultado líquido do eventual reembolso. **2.8. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) Perda do valor recuperável do ágio: A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na Nota 8 e o CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados com base em projeções e cálculos do valor recuperável e indicadores de mercado. b) Impostos sobre a renda: Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar ajustes futuros nas receitas e despesas de imposto de renda já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as eventuais consequências de fiscalizações das autoridades tributárias. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela Companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia. São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano de negócios aprovados pelos sócios e diretores. A Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre Lucro. A Companhia avaliou cada tratamento tributário incerto separadamente, em conjunto com mais tratamentos tributários e não identificou impactos significativos em decorrência da interpretação uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **2.9. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R3)/NBC TG 03 (R3) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Durante o exercício de 2022, a Companhia teve transações com fornecedores de Ativo Fixo que não apresentaram desembolso de caixa no montante de R$ 11.435 e, portanto, não foram considerados para fins das referidas demonstrações. **2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados que entraram em vigor em 2022:** Das novas normas que entraram em vigor no ano de 2022, a Companhia declara que as mesmas, não tiveram impacto na elaboração das demonstrações financeiras aqui apresentadas: • Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; Ativo Imobilizado - vendas antes do uso pretendido; Referências à Estrutura Conceitual. • IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1): Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. • IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de 10% para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros). • IAS 41 *Agriculture* - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola).

3. CAIXA E E

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

continuação

Notas Explicativas

(i) Administradora de cartões de débito e crédito: o recurso proveniente das vendas realizadas com cartões de débito é depositado em contas bancárias no dia útil seguinte à realização da venda para vendas realizadas no balcão da loja e dois dias úteis (D+2) no caso das vendas a débito efetuadas através do *App* próprio, que incluem as vendas via *Delivery* próprio e da funcionalidade "Méqui Sem Fila". As vendas realizadas com cartões de crédito são recebidas pela Companhia no prazo médio de 30 dias. (ii) Administradora de convênios refeição: as vendas por convênios são recebíveis das empresas administradora de convênios. O prazo médio de recebimento pela Companhia é de 20 dias. (iii) Meios digitais: no caso das vendas realizadas através do Mercado Pago, os recursos provenientes da carteira digital *(on-line)* e de vendas a crédito são recebidos pela Companhia em 30 dias; *Gift Card,* o recebimento ocorre no dia útil posterior à compra; Sem Parar, o recebimento ocorre em 30 dias; recursos provenientes das vendas realizadas no balcão da loja com pagamento efetuado através de PIX são recebidos no mesmo dia, exceto finais de semana e feriados, cujo recebimento ocorre no próximo dia útil; e para vendas com PIX no segmento *Delivery* e pagas via PIX, o recebimento ocorre em dois dias úteis (D+2) após a venda. (iv) Operadores de *Delivery:* as vendas realizadas pelos aplicativos dos nossos operadores de *Delivery* são recebidas da seguinte forma: Vendas via iFood o recebimento é semanal, cujo prazo de repasse é D+30 para vendas a partir de setembro de 2022; *App* próprio obedece a escolha do cliente (débito/crédito/refeição ou PIX) e segue os prazos acima citados. (v) Franqueados: as receitas de *royalties*, propaganda e aluguel são recebíveis dos franqueados. O prazo médio de recebimento é de 20 dias no Brasil. (vi) Outras contas a receber: as outras contas a receber referem-se à sublocação de parte de terreno não utilizado pela Companhia, com prazo médio de recebimento de 10 dias e à devolução líquida de mercadorias. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* A provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base na média histórica de perdas, complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	2022	2021
No início do exercício	**(1.458)**	(825)
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(6.822)**	(3.443)
Reversão por recebimento	**6.700**	2.810
No final do exercício	**(1.580)**	(1.458)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

			Vencidos (i)			
	Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
2022	**442.024**	**436.333**	**2.709**	**844**	**579**	**1.559**
2021	287.070	278.256	2.748	885	495	4.686

(i) Inclui valores a receber de franqueados referentes a *royalties*, propagandas e aluguéis, sobre os quais é constituída provisão após 30 dias do título vencido. Demonstramos abaixo a composição por franqueado dos títulos que não compõe a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Franqueados com dívida negociada (i)	2022	2021
Gran Rio Comércio de Alimentos Ltda.	**250**	446
America MMD Comércio de Alimentos Ltda.	**276**	571
Mantiqueira SJB Comércio de Alimentos Ltda.	**271**	554
Allianca Comércio de Alimentos Ltda.	**247**	464
Mckin Food's Ltda.	**904**	–
Total dívida negociada	**1.948**	2.035
Circulante	**1.609**	991
Não circulante	**339**	1.044

(i) Títulos vencidos há mais de 90 dias negociados para pagamento parcelado.

5. ESTOQUES

Política contábil: Os estoques estão demonstrados ao custo ajustado do valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos restaurantes é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. ***Composição:***

	2022	2021
Alimentos	**38.805**	33.656
Embalagens	**9.854**	8.555
Brinquedos	**4.210**	5.571
Provisão para obsolescência de brinquedos	**(571)**	(1.041)
Adiantamento a fornecedores	**35.341**	31.969
	87.639	78.710
Curto prazo	**52.298**	46.741
Longo prazo	**35.341**	31.969

A movimentação da provisão para obsolescência de brinquedos está demonstrada conforme a seguir:

	2022	2021
No início do exercício	**(1.041)**	(578)
Constituição da provisão para obsolescência	**(1.628)**	(3.949)
Reversão	**2.098**	3.486
No final do exercício	**(571)**	(1.041)

Composição:

	Terrenos	Edifícios, benfeitorias e melhoramentos	Equipamentos	Imobilizado em andamento e adiantamentos (i)	Total do imobilizado
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	161.430	1.788.563	1.530.587	35.721	3.516.301
Adições	–	108.670	117.139	15.220	241.029
Baixas	–	(11.964)	(2.892)	(1)	(14.857)
Transferências	–	(1)	315	–	314
Saldos em 31 de dezembro de 2021	161.430	1.885.268	1.645.149	50.940	3.742.787
Adições	**–**	**93.322**	**140.825**	**90.229**	**324.376**
Baixas	**–**	**(8.765)**	**(42.253)**	**(1.532)**	**(52.550)**
Transferências	**–**	**73.228**	**12.605**	**(86.315)**	**(482)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**161.430**	**2.043.053**	**1.756.326**	**53.322**	**4.014.131**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	(829.630)	(846.430)	–	(1.676.060)
Depreciação no exercício	–	(89.056)	(139.778)	–	(228.834)
Baixas	–	4.703	1.743	–	6.446
Transferências	–	1	(16)	–	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	(913.982)	(984.481)	–	(1.898.463)
Depreciação no exercício	**–**	**(86.333)**	**(127.164)**	**–**	**(213.497)**
Baixas	**–**	**7.225**	**31.192**	**–**	**38.417**
Transferências	**–**	**39**	**209**	**–**	**248**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**–**	**(993.051)**	**(1.080.244)**	**–**	**(2.073.295)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	161.430	971.286	660.668	50.940	1.844.324
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**161.430**	**1.050.003**	**676.082**	**53.322**	**1.940.836**

(i) Refere-se a projetos de aberturas de novas lojas. A Administração possui a expectativa de ativação dos itens de acordo com cronograma de abertura de lojas.

8. INTANGÍVEL

Política contábil: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos no resultado quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de amortização média anual
Licença de uso	4%
Direitos readquiridos de franquias	12%
Software	20%

O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Anualmente, a Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submete-as ao teste de valor recuperável (*impairment*). As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado em linha de despesas consistentes com a função do ativo não recuperável. ***Composição:***

	Licença de uso (i)	Direitos readquiridos de franquias	Ágio	*Softwares*	Total do ativo intangível
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.675	22.210	45.275	160.562	248.722
Adições	2.013	–	–	35.434	37.447
Baixas	(138)	–	–	(316)	(454)
Transferências	–	–	–	(314)	(314)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.550	22.210	45.275	195.366	285.401
Adições	**1.776**	**2.042**	**4.537**	**46.063**	**54.418**
Baixas	**(152)**	**–**	**–**	**(4.991)**	**(5.143)**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**482**	**482**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**24.174**	**24.252**	**49.812**	**236.920**	**335.158**
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(9.012)	(21.341)	–	(115.313)	(145.666)
Amortização do exercício	(1.667)	(869)	–	(16.124)	(18.660)
Baixas	83	–	–	106	189
Transferências	–	–	–	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(10.596)**	**(22.210)**	**–**	**(131.316)**	**(164.122)**
Amortização do exercício	**(1.793)**	**(58)**	**–**	**(16.509)**	**(18.360)**
Baixas	**83**	**–**	**–**	**1.342**	**1.425**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**(248)**	**(248)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(12.306)**	**(22.268)**	**–**	**(146.731)**	**(181.305)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.954	–	45.275	64.050	121.279
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.868**	**1.984**	**49.812**	**90.189**	**153.853**

(i) A marca compreende os direitos de uso de marca pagos à McDonald's Corporation pela abertura de cada loja própria e sublicenciada. O prazo de amortização destes ativos é o período remanescente entre a data de inauguração do restaurante e o vencimento do *MFA* (a expirar em 2027). *Ágio:* O saldo remanescente do ágio no montante de R$ 49.812 (R$ 45.275 em 2021) refere-se aos ágios formados pelas incorporações de restaurantes, os quais foram amortizados até 2008, com base nas projeções de rentabilidade que os determinaram. A partir de 2009, essa amortização ficou vedada. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 8,2% em 31 de dezembro de 2022 (7,7% em 31 de dezembro de 2021). O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

9. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS - EFEITOS DO CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)

Política contábil: O CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. O arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). E devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia possui e reconhece como "ativo de direito de uso", os seus contratos referentes à locação de imóveis operacionais (lojas), escritórios e frota de veículos. E os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos. A taxa de empréstimo incremental (desconto) foi calculada utilizando-se das seguintes premissas: (i) endividamento do grupo Arcos Dorados; (ii) prazo do contrato; (iii) moeda do país; (iv) curva de juros; e (v) pagamentos mínimos. Essas premissas são calculadas mensalmente e a taxa média aplicada foi de 11,79% a 16,53% considerando os prazos dos contratos. A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referentes à locação de imóveis operacionais (lojas), escritórios e frota de veículos considerando o valor bruto de impostos. Com base nas premissas e informações comentadas, apresentamos abaixo a movimentação do direito de uso, obrigações e resultado de arrendamento da Companhia:

	2022	2021
Direito de uso		
Saldo inicial (i)	**2.819.356**	2.316.087
Adições de novos contratos e atualizações contratuais (ii) e (iii)	**380.525**	715.747
Amortização do direito de uso	**(244.135)**	(212.478)
Saldo final	**2.955.746**	2.819.356
Passivo de arrendamento		
Saldo inicial (i)	**3.047.133**	2.455.028
Adições de novos contratos e atualizações contratuais (iii)	**380.525**	715.747
Pagamento de principal e juros	**(499.656)**	(416.965)
Juros reconhecidos no exercício	**348.343**	293.323
Saldo final	**3.276.345**	3.047.133
Circulante	**(147.669)**	(136.917)
Não circulante	**(3.128.676)**	(2.910.216)

(i) Saldos apresentados líquidos de AVP. (ii) As atualizações dos índices financeiros das obrigações de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de Arrendamento (passivo) e Ativo de Direito de Uso (ativo). (iii) Os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (PIS e COFINS) enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (PIS e COFINS).

10. INVESTIMENTOS

Política contábil: A Companhia possui participação de 100% na Arcos Brapa S.A., porém não possui o controle de suas atividades conforme determinado em acordo com os acionistas e a Arcos Dorados Holdings Inc. A participação está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Com base nisso, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição e adicionado as variações após a aquisição da participação societária.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Composição:

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte	**8.354**	1.168
PIS e COFINS (i) e (v)	**99.991**	128.285
INSS a recuperar (ii)	**27.419**	25.992
Anistia a recuperar (iii)	**9.601**	8.957
Imposto de renda (iv)	**46.239**	118.921
Contribuição social (iv)	**3.824**	44.977
ICMS antecipado a recuperar	**3.082**	2.946
Outros impostos a recuperar	**4.506**	3.532
	203.016	334.778
Ativo circulante	**137.216**	272.517
Ativo não circulante (ii)	**65.800**	62.261

(i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Em 2017 foi declarada a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal em face da referida decisão (Tema nº 69). Com base neste julgamento, no qual ficou definido que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e COFINS deveria ser ICMS DESTACADO em nota fiscal. Desta forma, a Companhia reconheceu, com base na decisão transitada em julgado os valores relativos ao referido critério, sendo em dezembro de 2022 o seu valor atualizado de R$ 52.207 (em 2021 o valor de R$ 95.711). (ii) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - A Companhia possui liminar, desde março de 2011, que suporta o não recolhimento em folha de pagamento dos encargos (INSS) sobre as seguintes verbas trabalhistas: 1/3 de férias, 15 dias de licença médica e aviso prévio indenizado. Tal liminar está vinculada ao processo que iniciou em setembro de 2009. Em 2014, considerando a decisão favorável obtida e o fato de que a tese de não incidência da contribuição previdenciária sobre referidas verbas foi julgada favoravelmente aos contribuintes no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), de forma vinculante, conforme REsp nº 1.230.957-RS e pelo STF nos RE nº 593.068 e ARE nº 745.901, a Companhia reconheceu crédito dos valores pagos indevidamente entre o período de outubro de 2004 a setembro de 2009 (período de 5 anos anteriores a entrada da ação). De acordo com a legislação atual, a Companhia somente poderá iniciar a compensação desses créditos após o trânsito em julgado de sua própria ação. Por não haver previsão de quando ocorrerá esse trânsito em julgado por parte do Poder Judiciário, referidos créditos estão classificados como ativo não circulante. Em agosto de 2020, o STF declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas. Atualmente, o tema ainda pende de análise pelo STF por meio dos Embargos de Declaração em que se pede a modulação dos efeitos da decisão. Considerando a insegurança jurídica revelada em virtude da decisão do STF que, declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas, a Companhia decidiu pela realização da provisão contábil do montante referente a esta verba (terço constitucional de férias gozadas) registrado como ativo. (iii) Anistia a recuperar - Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS estabelecido pela Lei 11.941/2009. Para registrar os débitos tributários no Sistema da Receita Federal era exigida a inclusão dos débitos integrais, sendo desconsiderados os valores dos débitos depositados judicialmente e/ou reduzidos em virtude de decisões que julgaram parcialmente procedente os pedidos da Companhia. Tendo em vista esta questão operacional do sistema de adesão ao Programa de Parcelamento, a Companhia teve pedido de habilitação de uma parte do montante deferido perante a Receita Federal e deverá recuperar, o restante, conforme processos administrativos e/ou judiciais, na totalidade dos valores reconhecidos indevidamente pelo REFIS. A Administração está tomando providências para que esses créditos registrados como Anistia sejam recuperados até o fim do exercício social de 2024. (iv) IRPJ/CSLL sobre SELIC - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu crédito tributário a recuperar no valor de R$ 30.926, em virtude da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à Taxa de Selic decorrentes de recuperação de impostos recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos, nos termos da decisão do STF (Tema 962) e de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança impetrado em face da União Federal (processo nº 5004371-05.2021.4.03.6130). Em dezembro de 2022, considerando a taxa de juros Selic incidente sobre o montante, o valor atualizado do crédito é de R$ 34.435. (v) PIS e COFINS sobre Vale-Transporte - Em dezembro de 2022, a Companhia reconheceu crédito tributário a recuperar no valor de R$ 21.839 relativo ao crédito de PIS e COFINS sobre as despesas com vale-transporte de funcionários de áreas produtivas. O reconhecimento do crédito tem como base o conceito de essencialidade e relevância, as soluções de consultas emitidas pela RFB, bem como as disposições previstas na IN 2121.

7. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de depreciação anual
Edifícios	4%
Benfeitorias e melhorias	5%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Composição:

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**39.947**	48.094
Captação	**–**	2.643
Pagamento de principal	**(39.611)**	(11.157)
Juros incorridos	**1.796**	3.909
Pagamento de juros	**(2.132)**	(3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	39.947

Em maio de 2022, os contratos acima relacionados do Banco Itaú (CCBI) com vencimento entre julho/2024 e dezembro/2024 foram liquidados antecipadamente no valor total de R$ 26.487 já considerando os descontos obtidos.

12. FORNECEDORES

Composição:

	2022	2021
Fornecedores exclusivos (i)	**97.047**	81.646
Fornecedores conveniados (ii)	**60.427**	55.199
Fornecedores diversos (iii)	**306.321**	286.095
	463.795	422.940

(i) Fornecedores exclusivos: como fornecedores exclusivos entendem-se os fornecedores parceiros e responsáveis pelo abastecimento de carnes, pães, serviços de propaganda e marketing e principais itens de manutenção. (ii) A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, que receberam antecipadamente por intermédio de instituições financeiras. É registrado uma obrigação com as instituições financeiras e a Companhia efetuará o pagamento conforme prazo previsto e valor contratado com o fornecedor. (iii) Fornecedores diversos: como fornecedores diversos são classificados os demais fornecedores que não são exclusivos para a atividade da Companhia.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Composição:

	2022	2021
Salários a pagar	**41.508**	37.539
Provisão para participação nos lucros	**111.050**	45.399
Provisão para férias	**78.318**	57.291
Provisão de encargos sociais sobre férias	**29.086**	20.892
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	**22.888**	19.592
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	**8.060**	6.238
	290.910	186.951

14. PARTES RELACIONADAS

Composição:

	2022	2021
Ativo não circulante		
Arcos Dorados Restaurantes de Chile Ltda. (i)	**58**	21
Arcos SerCal Inmobiliaria (i)	**2.252**	2.429
Arcos Dorados Colômbia Ltda. (i)	**23**	2.368
Outros (i)	**377**	1.517
	2.710	6.335
Passivo circulante		
Arcos Dorados B.V. (iii)	**528.040**	–
	528.040	–
Passivo não circulante		
LatAm, LLC (ii)	**8.992**	10.934
Arcos Dorados B.V. (iii)	**741.199**	1.602.144
Arcos Dorados B.V. (iv)	**4.390**	4.999
Arcos Dorados Argentina (v)	**1.324**	41.052
Arcos Dorados Holding	**–**	1.999
	755.905	1.661.128
Total passivo	**1.283.945**	1.661.128
Resultado		
Variação cambial	**10.978**	4.925
Custos corporativos (vi)	**(93.422)**	(76.740)

(i) Contas a receber proveniente a reembolsos de despesas relacionadas à operação. (ii) Refere-se a despesas de custos corporativos sendo valores cobrados pela matriz em funções administrativas sem incidência de juros e não há vencimento. (iii) Durante 2017 foram captados dois empréstimos em moeda estrangeira (Dólar) no montante de USD100.000 cada, com taxa de juros de 5,87% + IR, e pagamentos de juros semestrais em junho e dezembro para o contrato com vencimento em setembro de 2023; e março e setembro para o contrato com vencimento em abril de 2027. Esses empréstimos possuem instrumentos financeiros derivativos atrelados com taxa média pré-fixada de 13,77% (Banco Santander) e 13,64% (Bank of America) em 31 de dezembro de 2022 (13,64% em 31 de dezembro de 2021). O valor justo está demonstrado na Nota 23.d. Em maio de 2022, o contrato junto ADBV com vencimento em setembro de 2023 teve sua liquidação antecipada. (iv) Refere-se a despesas com projetos no Brasil, não há incidência de juros e não há vencimento definido. (v) Valores referem-se a despesas ocorridas na Argentina que são de responsabilidade do Brasil. Não há incidência de juros e não há data de vencimento. (vi) Custos corporativos são valores cobrados pela matriz por conta de funções administrativas. Remuneração da Administração: Além dos benefícios usuais previstos pela legislação brasileira, a Companhia tem como prática a adoção de assistência médica, seguro de vida e participação nos lucros, como benefícios adicionais. Os benefícios concedidos ao "pessoal estratégico da administração" compreendem nos benefícios usuais e adicionais concedidos pela Companhia. O valor da remuneração e benefícios ao pessoal estratégico da administração na respectiva área de competência no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 34.448 (R$ 22.892 em 2021). A Companhia considerou como "pessoal estratégico da administração", conforme Resolução do CFC nº 1.193/2009, os integrantes da sua diretoria executiva.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Política contábil: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS às alíquotas vigentes em cada região são apresentadas como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização (Nota 6).

Composição:	2022	2021
Impostos sobre vendas	**33.497**	26.595
Imposto de renda sobre *royalties* e distribuição de lucros	**3.519**	4.342
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**188.394**	287.600
Outros impostos e contribuições	**15.246**	12.069
	240.656	330.606

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Política contábil: *Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$ 240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL. *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos que se referirem à mesma empresa contribuinte e à mesma autoridade tributária. **16.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** ***Composição:*** Em 2022, a Companhia não possui saldo em aberto de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, em 31 de dezembro de 2021, o saldo foi liquidado seguindo o limitador de 30% sobre o lucro real gerado no ano, assim sendo, houve a reversão total do diferido constituído sobre o crédito fiscal em questão. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com base em estudos de cenários e projeções de geração de resultados tributáveis futuros, preparados anualmente pela Companhia, foram registrados créditos tributários ativos no limite da capacidade de aproveitamento do crédito fiscal constituído, levando-se em consideração o limite de 30% de aproveitamento anual do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, conforme abaixo:

	2022	2021
Ativo não circulante		
Diferenças temporárias	**390.830**	273.758
Imposto de renda diferido e contribuição social diferido ativo	**390.830**	273.758

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	2022	2021
No início do exercício	**273.758**	227.248
Despesa de imposto reconhecida no resultado	**116.512**	34.397
Despesa de imposto reconhecida no patrimônio líquido (*Hedge* de fluxo de caixa)	**560**	12.113
	390.830	273.758

O valor contábil e a realização do crédito tributário são revisados anualmente pela Companhia. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Valor
2023	**(42.291)**
2024	**(45.251)**
2025	**(46.990)**
2026	**(49.339)**
2027 - 2029	**(206.959)**
	(390.830)

16.2. Imposto de renda e contribuição social correntes: ***Composição:*** A movimentação do imposto de renda e contribuição social serão utilizados para compensação de outros tributos federais, sendo o valor de 2022 R$ 390.830 (em 2021 R$ 273.758). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram calculadas como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**675.598**	268.192
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição pela taxa nominal	**(229.703)**	(91.185)
Diferenças permanentes:		
- Pagamentos de *royalties*	**(22.178)**	(7.326)
- Despesas com veículos de dirigentes	**(100)**	(135)
- Doações e gratificações	**–**	(1)
- Multas	**(1.248)**	(599)
- Outras	**(5.267)**	(6.134)
- Selic indébitos	**2.831**	–
Baixa de ativo imobilizado	**(3.322)**	(2.242)
Juros sobre empréstimos - indedutível	**–**	(14.111)
Ajuste de juros sobre capital próprio	**12.803**	2.962
Imposto de renda e contribuição social diferido de períodos anteriores	**11.769**	35.287
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(234.415)**	(83.484)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(336.005)**	(142.108)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**101.590**	58.624
Alíquota efetiva	**35%**	31%

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Política contábil: A Companhia adota os conceitos estabelecidos conforme o CPC 25/NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. A provisão para demandas judiciais é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. ***Composição:*** *Movimentação da provisão para demandas judiciais*:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.459	75.378	55.370	146.207
Constituída durante o exercício	6.610	65.208	42.711	114.529
Pagamentos	(292)	(62.703)	–	(62.995)
Reversão durante o exercício	(2.374)	(3.893)	(5.291)	(11.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.403	73.990	92.790	186.183
Constituída durante o exercício	**4.519**	**71.600**	**59.669**	**135.788**
Pagamentos	**(872)**	**(65.938)**	**(64)**	**(66.874)**
Reversão durante o exercício	**(1.182)**	**(5.224)**	**(1.876)**	**(8.282)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21.868**	**74.428**	**150.519**	**246.815**

a) *Tributárias:* As demandas tributárias federais são indexadas pela Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) 13,75% em 2022 e 9,25% em 2021 e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Os referidos juros e multas, quando aplicáveis, foram computados sobre valores não pagos e integralmente provisionados. I) CPMF: A Companhia está contestando a aplicabilidade da lei vigente em relação ao recolhimento de referida contribuição provisória, mantendo o valor não recolhido sob a forma de provisão para demandas tributárias, cujo montante era de R$ 6.848 (R$ 6.622 em 31 de dezembro de 2021). O saldo de R$ 6.848 é de responsabilidade integral do McDonald's Corporation de acordo com o Contrato de Franquias Master (*MFA*) (R$ 22.810 em 2021). II) Exclusão do Imposto de renda retido na fonte (IRRF) da base de cálculo da CIDE sobre

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

continuação

Notas Explicativas

imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como valores referentes a *hedge* de fluxo de caixa.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As receitas com franqueados envolvem valores de licença para publicidade, aluguel e *royalties* com base em um percentual das receitas. ***Composição:***

	2022	2021
Receitas com vendas	**7.433.007**	5.461.079
Impostos sobre vendas	**(623.991)**	(490.925)
Receita líquida de vendas	**6.809.016**	4.970.154
Receita de aluguel	**562.599**	435.525
Receita de *royalties*	**1.423**	1.055
Receita total franqueados	**564.022**	436.580
Receita operacional líquida	**7.373.038**	5.406.734

21. DESPESAS POR NATUREZA

Política contábil: O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo todos os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos depois do recebimento inicial das mercadorias em uma das lojas ou depósitos da Companhia. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição. As despesas com venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção e outras. As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras, suprimentos e tecnologia da informação. As outras despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado adotada pela Companhia. Em atendimento ao CPC 26 (R1) - NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. ***Composição:***

	2022	2021
Custos de alimentos	**(1.986.626)**	(1.479.474)
Custos de embalagem	**(214.735)**	(161.217)
Custos de brinquedos	**(93.469)**	(79.654)
Despesas com fretes	**(56.339)**	(45.659)
Despesas com pessoal	**(1.606.363)**	(1.217.447)
Despesas com serviços de terceiros	**(501.175)**	(368.684)
Despesas com *royalties*	**(311.872)**	(189.149)
Despesas com aluguel (i)	**(46.037)**	(8.157)
Despesas com publicidade	**(311.505)**	(214.684)
Despesas gerais (água, telefonia, etc.)	**(256.751)**	(210.822)
Despesas com manutenção e reparos	**(59.457)**	(48.706)
Despesas com materiais diversos/suprimentos	**(53.446)**	(44.177)
Despesas com taxas e licenças	**(34.677)**	(28.361)
Despesas com promoções	**(16.643)**	(33.691)
Despesas diversas com marketing	**(6.311)**	(4.666)
Despesas com agências de publicidade	**(3.366)**	(2.737)
Outros	**(191.637)**	(187.835)
	(5.750.409)	(4.325.120)
Custo dos produtos vendidos	**(2.351.169)**	(1.766.003)
Despesas com vendas	**(2.991.505)**	(2.200.128)
Despesas gerais e administrativas	**(407.735)**	(358.989)
	(5.750.409)	(4.325.120)

(i) Saldo de despesas com arrendamentos variáveis conforme CPC 06 (R2)/ NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Política contábil: As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos. As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e por antecipação de recebíveis, compensadas com os juros capitalizados, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos, bem como ajustes referentes a descontos. Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. ***Composição:***

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	**36.658**	7.761
Receita de juros	**27.438**	36.790
Outros	**(1.178)**	116
	62.918	44.667
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	**(36.238)**	(53.299)
Juros sobre arrendamento	**(348.343)**	(293.323)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos - realizado	**(122.212)**	(154.561)
Outros	**(19)**	(13)
	(506.812)	(501.196)
Variação monetária e cambial líquida	**399**	(5.583)
	(443.495)	(462.112)

(i) Parte substancial do montante apresentado é advindo de juros com partes relacionadas.

23. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil: As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, que inclui o risco cambial e de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. Os instrumentos financeiros derivativos e equivalente de caixa são mensurados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. a) *Risco de crédito*: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e financeiras principalmente representados nas rubricas de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e derivativos. *Contas a receber:* As contas a receber da Companhia são substancialmente formadas por recebíveis de cartões, canais digitais e operadora de *Delivery*. Os valores são transacionados com as principais bandeiras e prestadoras de serviço de meio eletrônico de pagamentos, sendo assim entendemos que o risco de crédito é baixo nessa operação. *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o valor registrado, como demonstrado nas Notas 3 e 4. b) *Risco de liquidez:* A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. c) *Risco de mercado*: *Risco cambial:* O risco de câmbio é risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição aos riscos de variações nas taxas de câmbio refere-se basicamente por empréstimos e outros passivos. O risco cambial dos empréstimos é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos, no qual a Companhia realiza operações de *hedge*, para minimizar sua exposição.

A seguir, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando oscilações de 25% e 50% na variável de risco (taxa do dólar americano):

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2022	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding	**2.818**	**14.706**	**14.938**	**18.687**	**22.407**
Royalties - McDonald's	**4.647**	**24.248**	**24.630**	**30.811**	**36.946**
Location fee - McDonald's	**18**	**94**	**95**	**119**	**143**
Empréstimos e financiamentos - Bancos	**205.031**	**1.069.789**	**1.086.663**	**1.359.354**	**1.629.995**
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	**(82.849)**	**(432.282)**	**(439.100)**	**(549.290)**	**(658.651)**
Taxas utilizadas		**5,2177**	**5,3000**	**6,6300**	**7,9500**

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2021	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding	6.603	36.847	37.316	46.626	56.003
Royalties - McDonald's	4.384	24.466	24.776	30.957	37.182
Location fee - McDonald's	88	491	497	621	746
Empréstimos e financiamentos - Bancos	220.201	1.228.831	1.244.442	1.554.925	1.867.611
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	(88.993)	(496.626)	(502.934)	(628.414)	(754.784)
Taxas utilizadas		5,5805*	5,6514**	7,0614	8,4814

* Taxa de câmbio efetiva em 31 de dezembro de 2022 e 2021, obtida do Banco Central do Brasil. ** Taxa de câmbio projetada pela Administração.

Risco de taxa de juros: A Companhia também está exposta à variação na taxa de juros, risco que impacta suas aplicações financeiras e seus empréstimos e financiamentos. Com finalidade de verificar a sensibilidade à variação das taxas de juros foram definidos três cenários diferentes. Assim, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,38% para o ano de 2022 e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações negativas e positivas de 25% e 50%. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros: Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	2022	2021	Risco	CDI expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	**202.233***	332.871	Queda do CDI	10,65%**	7,99%	5,32%
				21.531	16.149	10.766

* Saldos em 31 de dezembro de 2022 aplicados em CDB. ** A Companhia utilizou como expectativa 86,00% do CDI.

d) *Instrumentos financeiros derivativos*: A carteira de instrumentos financeiros derivativos é composta por contratos de troca de indexadores (*SWAP*). A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos de variação cambial nos contratos de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira e financiamentos, respectivamente. Tais derivativos são designados em estruturas de *hedge accounting* com o efeito da sua realização no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía estruturas de *hedge* sendo *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de valor justo respectivamente. Em um *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parcela inefetiva do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afeta o resultado. Em um *hedge* de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento é reconhecida diretamente no resultado, em conjunto com a variação no valor justo do objeto. De acordo com as políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação. *Hedge de fluxo de caixa:* Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de *Swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas cambiais dos empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira, os quais possuem vencimentos em setembro de 2023 e abril de 2027. Os valores das operações de *swap* utilizados para proteção de empréstimos são resumidos a seguir:

	2022			
	Valor nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Ativo/Passivo				
USD x PRE - Bank of America	**50.000**	**155.752**	**118.202**	**(37.550)**
USD x PRE - Santander	**50.000**	**129.674**	**109.780**	**(19.894)**
USD x PRE - JP Morgan	**50.000**	**6.076**	**–**	**(6.076)**
USD x PRE - Citibank	**50.000**	**5.837**	**–**	**(5.837)**
USD x PRE - Citibank - Blend & Extend (i)	**50.000**	**5.547**	**5.547**	**–**
USD x PRE - JP Morgan - 20	**30.000**	**(40.301)**	**(32.987)**	**7.314**
USD x PRE - Itaú	**50.000**	**(67.369)**	**(54.165)**	**13.204**
Totais	**330.000**	**195.216**	**146.377**	**(48.839)**
Total ativo circulante				**109.780**
Total ativo não circulante				**180.001**
Total passivo circulante				**(47.477)**
Total passivo não circulante				**(95.927)**

	2021			
	Valor nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Ativo/Passivo				
USD x PRE - Bank of America	50.000	194.252	170.881	(23.371)
USD x PRE - Santander	50.000	157.516	143.141	(14.375)
USD x PRE - JP Morgan	50.000	(2.595)	–	2.595
USD x PRE - Citibank	50.000	476	–	(476)
USD x PRE - JP Morgan - 20	30.000	(15.413)	(15.413)	–
USD x PRE - Itaú	50.000	(23.859)	(23.859)	–
Totais	280.000	310.377	274.750	(35.627)
Total ativo circulante				–
Total ativo não circulante				389.364
Total passivo circulante				(31.645)
Total passivo não circulante				(82.969)

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do ajuste a valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" passivos ou ativos. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	**202.233**	**–**	**202.233**	**–**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	**180.001**	**–**	**180.001**	**–**
Passivos mensurados a valor justo	**31 de dezembro de 2022**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	**(47.477)**	**–**	**(47.477)**	**–**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	**(95.927)**	**–**	**(95.927)**	**–**
Ativos mensurados a valor justo	**31 de dezembro de 2021**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Aplicações financeiras	332.871	–	332.871	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	389.364	–	389.364	–
Passivos mensurados a valor justo	**31 de dezembro de 2021**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	(31.645)	–	(31.645)	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	(82.969)	–	(82.969)	–

24. COBERTURA DE SEGUROS

A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza da sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

25. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha compromissos no montante total de R$ 821.028 incluindo os contratos de serviços de TI, marketing, auditoria, tributário, jurídico, tesouraria, entre outros. Os compromissos futuros relacionados aos referidos contratos são:

	Valor (i)
2022	423.879
2023	98.434
2024	86.018
2025	60.873
2026	26.928
Acima de 5 anos	124.896
	821.028

(i) Contratos não aplicáveis ao CPC 06 (R2)/NBC TG (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, ou seja, contratos de serviços de TI, marketing, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria, entre outros.

26. PLANO DE REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

A Arcos Dorados Holding Inc., controladora indireta da Companhia, implementou um plano de incentivo de longo prazo, em 2008, para premiar funcionários elegíveis, incluindo funcionários da Companhia. De acordo com este plano, a Arcos Dorados Holding Inc. garante anualmente a determinados funcionários a participação em unidades de ações - chamadas "CAD's" - nos termos do qual estes mesmos funcionários têm direito a receber, no momento da concessão, um pagamento em dinheiro igual ao valor justo do prêmio sobre o valor base da ação. As "CAD's" garantem um período de cinco anos, sujeitos ao vínculo com a Companhia no período, da forma que segue: 40% no segundo aniversário da data de concessão do prêmio e 20% em cada um dos três aniversários seguintes. O direito é cumulativo e, uma vez que aplicável, pode ser executado durante uma janela trimestral de forma total ou em partes até a data de liquidação, que ocorre ao quinto aniversário da data de concessão do prêmio. Quaisquer "CAD's" remanescentes na data término da garantia são automaticamente liquidadas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado no resultado do exercício o valor de R$ 1.259 (R$ 2.584 em 31 de dezembro de 2021).

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os temas 881 e 885 que discute os efeitos da coisa julgada. A Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos, revisitaram os processos com decisões que possuem trânsito em julgado e informa que está avaliando os impactos da decisão em sua operação para os próximos anos, visto que para o ano de 2022 não houve impactos.

A DIRETORIA

CONTADOR: Wesley Barroso de Brito - CRC SP 276041/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. -** Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
Pedro Martins Barbosa
Contador CRC-BA036442/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D36F-1994-C053-B6AF.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D36F-1994-C053-B6AF.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D36F-1994-C053-B6AF ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D36F-1994-C053-B6AF

Hash do Documento

C88E967967514C159AEC327815C4A7430C2C6B6957298534E364B6467991DDB9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Avante Comercializadora S.A.

CNPJ nº 41.950.233/0001-32

Relatórios de Administração (Referentes ao Exercício Social Findo em 30/06/2022)

Senhores Acionistas, a administração da Avante Comercializadora S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório de Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício financeiro encerrado em 30/06/2022, elaboradas em conformidade com a legislação societária. Assinado: **André Guillaumon -** Presidente, **Nicolas Marcotegui -** Diretor.

Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 30/06/2022 e 2021 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	2022	2021 (não auditado)
Circulante		**738.553**	**10.000**
Caixa e equivalentes de caixa	3	738.553	10.000
Não circulante		**41.256**	**-**
Imobilizado	4	41.256	-
Total do ativo		**779.809**	**10.000**
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**490.488**	**-**
Fornecedores	5	40.554	-
Obrigações trabalhistas	6	261.366	-
Tributos a pagar	7	5.898	-
Partes relacionadas	8	182.670	-
Patrimônio líquido		**289.321**	**10.000**
Capital social	9	20.000.000	100.000
Capital a integralizar	9	(18.400.000)	(90.000)
Prejuízos acumulados		(1.310.679)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**779.809**	**10.000**

Demonstrações do resultado

	Notas	2022	2021 (não auditado)
Despesas gerais e administrativas	10	(1.265.368)	-
Prejuízo operacional		**(1.265.368)**	**-**
Despesas financeiras	11	(45.311)	-
Prejuízo do exercício		**(1.310.679)**	**-**
Ações		**20.000.000**	**100.000**
Prejuízo por ação		**(0,0655)**	**-**

Demonstrações do resultado abrangente

	2022	2021 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(1.310.679)	-
Total do resultado abrangente	**(1.310.679)**	**-**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 30/06/2020		**-**	**-**	**-**	**-**
Aumento de capital social	-	100.000	(90.000)	-	10.000
Saldo em 30/06/2021 (não auditado)		**100.000**	**(90.000)**	**-**	**10.000**
Aumento de capital social	9	19.900.000	(18.310.000)	-	1.590.000
Prejuízo do exercício		-	-	(1.310.679)	(1.310.679)
Saldo em 30/06/2022		**20.000.000**	**(18.400.000)**	**(1.310.679)**	**289.321**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Notas	2022	2021 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(1.310.679)	-
Prejuízo do exercício			
Variação nos ativos e passivos: Partes relacionadas	8	182.670	-
Fornecedores e outros créditos	5	40.554	-
Tributos a pagar	7	5.898	-
Obrigações trabalhistas	6	261.366	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		**(820.191)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	4	(41.256)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(41.256)**	**-**
Fluxos de caixas das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	9	1.590.000	10.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**1.590.000**	**10.000**
Aumento de Caixa e equivalentes de caixa		**728.553**	**10.000**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.000	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		738.553	10.000
		728.553	**10.000**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Avante Comercializadora S.A. ("Companhia") foi constituída em 04/12/2020 e está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309 - São Paulo/SP. A Companhia é controlada pela Lo Prado S.A. e suas principais atividades são: (i) compra e venda de soja, algodão e grãos; (ii) agenciamento comercial de matérias-primas agrícolas e animais vivos; e (iii) serviços de armazenagem. **1.1 Operações em fase inicial:** A Companhia está em fase inicial de operação. As despesas incorridas no período corrente referem-se a bens e serviços necessários à constituição da estrutura empresarial. Os gastos incluem, principalmente, salários e encargos sociais, honorários de consultoria e o aluguel da sede. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira e em conformidade com as disposições contidas no ITG 1000 - (R1) Contabilidade para pequenas e médias Empresas. A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis e no curso normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Em 18/07/2022, a Administração aprovou as demonstrações financeiras. **2.2 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"), para a qual a moeda funcional e de apresentação é o real ("R$"). **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com vencimentos de até 90 dias da data de sua contratação e de curto prazo de alta liquidez, para os quais não existem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento conforme nota explicativa 3. **2.4 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em condições normais de mercado, fornecedores, estando reconhecido nas demonstrações financeiras. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir: **(i) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **(ii) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas para aplicações financeiras, sendo monitoradas diariamente pela Administração. **(iii) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **2.5 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis a aquisição do ativo e depreciados a partir da mesma data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada através do método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. **2.6 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.7 Partes relacionadas:** O saldo de partes relacionadas compreende transações realizadas entre empresas ligadas, assim como controladora e pessoas chaves da administração. **2.8 Resultado financeiro:** Os resultados financeiros representam juros pagos ou incorridos, descontos concedidos, despesas bancárias e variações cambiais.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021 (não auditado)
Bancos	738.553	10.000
	738.553	**10.000**

4. Imobilizado:

	2022	2021 (não auditado)
Computadores e periféricos	41.256	-
	41.256	**-**

4.1 Movimentação do imobilizado:

	30/06/2021 (não auditado)	(+) Aquisições	30/06/2022
Computadores e periféricos	-	41.256	41.256
	-	**41.256**	**41.256**

5. Fornecedores e outras obrigações : Em 30/06/2022 a Companhia possuía R$ 40.554 em fornecedores a pagar referente a aquisições de equipamentos e serviços tomados no exercício.

6. Obrigações trabalhistas:

	2022	2021 (não auditado)
Salários	74.419	-
Provisão de férias e 13º salário	125.196	-
Encargos trabalhistas	61.751	-
	261.366	**-**

7. Tributos a pagar:

	2022	2021 (não auditado)
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.730	-
Outros	168	-
	5.898	**-**

8. Partes relacionadas: A Companhia detém saldo intercompany a pagar com a empresa Futuros y Opciones.Com S.A. "FYO" controladora da Lo Prado S.A, referente as despesas de prestações de serviços, aquisições de equipamentos e aluguel. Em 30/06/2022 os saldos estão compostos a seguir:

	2022 *	2021 (não auditado)
Equipamentos de informática	18.756	-
Reembolso de despesas com honorários	17.309	-
Reembolso de aluguel	146.604	-
	182.670	**-**

* A Companhia não detém contrato com a "FYO" e não tem uma expectativa de liquidação do saldo. **9. Patrimônio líquido: Capital Social:** Em 30/06/2022, o capital social da Companhia é de R$ 20.000.000 (R$100.000 em 30/06/2021), composto por 20.000.000 ações (100.000 ações em 30/06/2021) ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em R$ 1.600.000 (R$ 10.000 em 30/06/2021), a composição acionária está conforme a seguir: **a)** A sócia Lo Prado S.A. possui 19.999.999 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b)** O sócio André Guillaumon detém 01 ação ordinária nominativa e sem valor nominal. Em 13/06/2022, a Companhia por meio da AGE - Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital em R$19.900.000 totalmente subscrito e parcialmente integralizados em R$ 1.500.000 e integralizou o montante de R$90.000 referente ao aumento de capital ocorrido no exercício anterior, o saldo remanescente de R$18.400.000 será integralizado nos próximos dez anos.

10. Despesas gerais e administrativas:

	2022	2021 (não auditado)
Despesa com pessoal	(937.379)	-
Aluguéis	(55.888)	-
Despesa com manutenção	(37.477)	-
Despesa com prestação de serviços	(135.031)	-
Despesa com viagens	(95.752)	-
Impostos e taxas	(3.841)	-
	(1.265.368)	**-**

11. Despesas financeiras:

	2022	2021 (não auditado)
Tarifas bancárias	(12.201)	-
Variação cambial	(7.883)	-
Juros passivos	(25.227)	-
	(45.311)	**-**

12. Eventos subsequentes: A administração da Companhia, não identificou eventos subsequentes a serem divulgados em notas explicativas.

Contador

Marcos Alexandre da Silva Peres - CRC1SP 239197/O-5

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Senhores Acionistas, a administração da Avante Comercializadora S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício financeiro encerrado em 30/06/2022, elaboradas em conformidade com a legislação societária.

André Guillaumon - Presidente

Nicolas Marcotegui - Diretor

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e diretores **Avante Comercializadora S.A.** São Paulo/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Avante Comercializadora S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30/06/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30/06/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período exercício nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as disposições contidas no ITG 1000 - (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Companhia em atividade pré-operacional:** Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a Companhia encontra-se em um estágio pré-operacional e não possui operações geradoras de caixa. Para manter todos os custos de sua operação, a Companhia depende única e exclusivamente da realização de aportes de capital por parte de seus acionistas para dar continuidade as suas operações. **Transações com partes relacionadas:** Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 8 nas demonstrações financeiras levantadas para o exercício findo em 30/06/2022, a Companhia realizou transações com partes relacionadas em condições acordadas entre as partes. Caso essas transações tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas, os resultados apurados poderiam ser diferentes daqueles registrados nestas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Sem modificar nossa opinião, as demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 30/06/2021, cujos saldos são apresentados para fins comparativos, não foram auditados por nós ou por outros auditores. **Responsabilidade da administração e da governança corporativa pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as disposições contidas no ITG 1000 - (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais, deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 18/07/2022. **WFA Auditores Independentes S/S -** CRC 2SP-043.111/O-9.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F63A-D897-32B0-9EFA.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F63A-D897-32B0-9EFA ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F63A-D897-32B0-9EFA

Hash do Documento

B66F887204F8B86B9A9BDE25E80C76F46205AF78FA31AB0BABACD4E7C945B57D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Bullla Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.

C.N.P.J.: 34.831.910/0001-38

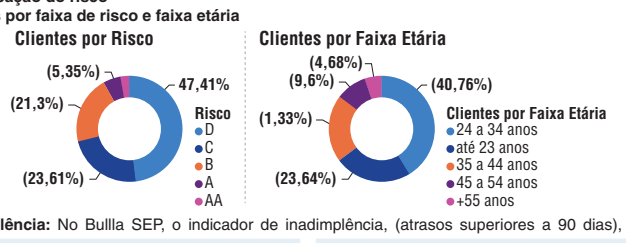
Relatório da Administração sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do **BULLLA SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** "**Bullla**" ou "**SEP**", relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas das notas explicativas e relatório do auditor independente sobre o exame de auditoria. **Mensagem da Administração:** O Bullla iniciou suas operações em janeiro de 2020, foi a primeira *fintech* de empréstimos entre pessoas físicas sem intermediação bancária, autorizada no país. Nesses 3 anos de operação 753 mil pessoas que acessaram a plataforma do Bullla SEP e preencheram o cadastro, fizeram parte dessa história. **Cadastros acumulados:** O ano de 2022 foi bastante desafiador, enquanto a inflação continuou em alta, e a inadimplência de clientes pessoa física batia recorde, em função da perda de capacidade de pagamento, o Bullla SEP, manteve seu propósito de aproximar Investidores e Tomadores, na solução de suas demandas, mantendo a cautela com as novas concessões de crédito, garantindo a segurança e credibilidade nas operações. O propósito do Bullla SEP, é confirmado pela manutenção da quantidade de cadastros acumulados ao longo de 2022, conforme gráfico abaixo:

Evolução no exercício de 2022: Na originação de novos créditos o Bullla SEP continuou mantendo o algoritmo de crédito ainda mais robusto para elaboração do perfil de bons pagadores. A atribuição da nota de Crédito para cada Bom Pagador no final do processo de Análise, contou com o reforço da implantação de modelos de score 2.0, em junho de 2022. O modelo implantado foi desenvolvido, utilizando informações do Bureau positivo, que já possui 3 anos de existência e começa a se consolidar como ferramenta fundamental no processo de concessão de crédito. O Bullla SEP manteve forte o processo o de *Cross-Sell* e prospecção de novos clientes em 2022, com a utilização de ferramenta de inteligência analítica que permite acesso a informações de mercado, utilização de vários modelos de score e perfil do público potencial. Com o aumento da inadimplência de pessoa física, sentida por todo o mercado, o Bullla SEP investiu também em campanhas de cobrança mais flexíveis durante o ano todo, e disponibilizando de forma simples o acesso às opções de renegociação de dívida.

Classificação do risco

Clientes por faixa de risco e faixa etária



Inadimplência: No Bullla SEP, o indicador de inadimplência, (atrasos superiores a 90 dias), fechou dezembro de 2022 em 25,81% reflexo da crise de inadimplência sofrida por todo o mercado de crédito pessoa física, mas que foi acompanhado com o aumento gradativo das taxas de juros praticadas, assim como da taxa do CDI. **Performance de Inadimplência:** O Bullla SEP esteve bastante atento aos movimentos do mercado, com a implementação de processos de cobrança mais ágeis e com melhores opções de renegociação de dívida e soluções mais adequadas à realidade do brasileiro. Com esse intuito, uma das soluções implementadas, foi a do pagamento da renegociação através de PIX. O Bullla SEP, ofereceu em sua plataforma campanhas de desconto e soluções simples de processo de renegociação de dívidas, segura e com a formalização necessária para um acordo entre investidor e tomador. Durante o ano de 2022, foram mais de 1500 contratos renegociados, alguns mais de uma vez, atendendo à demanda e necessidade de nossos clientes, sempre no intuito de manter a rentabilidade do Investidor e a capacidade de pagamento do Tomador **Plataforma Bullla SEP - Tecnologia:** O Bullla SEP manteve sua identidade de fintech de desenvolvimento tecnológico contínuo, focando na estratégia de aprimorar cada vez mais a eficiência dos processos de crédito, prevenção a fraude, cobrança e melhoria na experiência dos clientes investindo em novas funções e processos de seus sistemas. Um dos destaques de melhorias implementadas, está o investimento no desenvolvimento de um banco de imagens com processo comparativo da foto do documento enviado, garantindo que essa foto seja das mesmas pessoas que está executando o onboarding. O processo comparativo é realizado também com o documento no SERPRO e esse com o banco de imagens de fraudadores já identificados. A ferramenta implementada dá ao Bullla SEP o acesso a 110 milhões de faces, e torna o processo de concessão de crédito ainda mais seguro. **Estratégias e Perspectivas:** A estratégia do Bullla SEP para o futuro é o de manter sua característica original com empréstimos cada vez mais práticos e seguros, incorporando novos produtos/processos automatizados à operação, consolidando seu propósito de atuar como solução de crédito e aproximando bons pagadores (tomadores) e de bons poupadores (investidores).

A Administração

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**992**	**1.038**	**Circulante**		**106**	**116**
Disponibilidades	4	621	129	Obrigações fiscais e previdenciárias	7	21	28
Aplicações financeiras	4	35	800	Recursos de terceiros	9	25	31
Contas a receber	8	313	67	Fornecedores	10	60	49
Outros ativos	5	23	42	Diversas		–	8
Não circulante	6	**371**	**318**	**Patrimônio líquido**	11	**1.257**	**1.240**
Imobilizado		14	19	Capital social		3.030	3.030
Intangível		357	299	Lucro/Prejuízos acumulados		(1.773)	(1.790)
Total do ativo		**1.363**	**1.356**	**Total do passivo**		**1.363**	**1.356**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira.

Demonstração dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita da intermediação Financeira		**82**	**208**	**737**
Intermediação de empréstimos		82	208	737
Resultado de intermediação financeira		**82**	**208**	**737**
Receitas e (despesas) operacionais		**176**	**(179)**	**(606)**
Receitas de prestação de serviços	12	263	434	282
Outras receitas financeiras	12	250	289	–
Despesas administrativas	13	(274)	(790)	(761)
Despesas tributárias	13	(35)	(65)	(96)
Despesas de depreciação e amortização		(24)	(40)	(31)
Outras receitas (despesas) operacionais	13	(4)	(7)	–
Resultado Operacional		**258**	**29**	**131**
Resultado antes de tributação sobre o lucro		**258**	**29**	**131**
Imposto de renda e contribuição social		**(59)**	**(12)**	**(36)**
Imposto de renda	14	(28)	(6)	(16)
Contribuição social	14	(30)	(6)	(20)
Lucro do semestre/exercício		**199**	**17**	**95**
Lucro do exercício - por ação		**0,07**	**0,01**	**0,03**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro líquido do semestre/exercício	**199**	**17**	**95**
Resultado abrangente do semestre/exercício	**199**	**17**	**95**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Lucro do semestre/ exercício/período		**199**	**17**	**95**
Ajustes				
Depreciação e amortização		24	40	31
Lucro do semestre/ exercício ajustado		**224**	**57**	**126**
Variação de ativos e passivos				
Redução outros ativos		36	19	210
Valores a receber de sociedades ligadas		(267)	(246)	(67)
Redução em obrigações fiscais e previdenciárias		–	(7)	18
Aumento em outros passivos		(54)	(3)	(165)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		**(61)**	**(180)**	**122**
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível		(30)	(93)	(123)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		**(30)**	**(93)**	**(123)**
Atividades de financiamento				
Aumento de capital social em espécie		–	–	–
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		–	–	–
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		**(91)**	**(273)**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	747	929	930
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	656	656	929
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		**(91)**	**(273)**	**(1)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto operacional: O Bullla Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. ("Bullla"; "SEP" , ou "Companhia"), é uma instituição regulada pelo Banco Central do Brasil, sua aprovação e constituição foi em 11 de setembro de 2019, com sede administrativa Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.350, Sala 1201, Torre I - Água Branca - São Paulo/SP e tem como objeto social a prática de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, bem como realiza prestação de serviços de análise creditícia e cobrança de crédito para terceiros e também atua como representante na distribuição de seguros relacionados ao risco inerente à principal operação. A Companhia é substancialmente controlada pela empresa Fênix Serviços Empresariais Ltda. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, bem como sob as alterações introduzidas pelas Leis Federais nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de determinadas contas de ativo, passivo, receita e despesa e, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As alterações advindas das Resoluções CMN nº 4.818/2000 e BCB nº 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). A autorização para conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Companhia em 06 de abril de 2023. **3. Resumo das práticas contábeis: a. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações cujo vencimento na data de aquisição for igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Companhia, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. • Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existem aplicações em títulos e valores mobiliários. **d. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** Outros ativos, são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pró rata dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas. **e. Imobilizado e intangível:** O imobilizado e intangível da Companhia, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. Ambas são calculadas pelo método linear. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta dedução, são as seguintes: equipamentos de segurança 10%, equipamentos de processamento de dados 20% e intangíveis 20%. **f. Passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **g. Apuração de resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O Bullla SEP S.A. entende que sua tributação esta enquadrada no art. 257, item II do Decreto nº 9.580 que tributação para as entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 20 no mês ou R$ 120 no semestre. A provisão para contribuição social é constituída sob alíquota de 15% sobre o lucro tributável, conforme legislação vigente, para as pessoas jurídicas com atividade regulada pela Banco Central do Brasil. Para o período de julho de 2021 a dezembro de 2021 a alíquota da contribuição social foi de 20% conforme Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021. **i. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente. **j. Resultado não recorrente:** Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Companhia. O Bullla SEP S.A. não apresenta resultados não recorrentes no exercício. **k. Provisões para contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. **l. Lucro ou prejuízo por ação:** É calculado com base no valor do lucro líquido ou do prejuízo do exercício, dividido pela quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em Andamento	(–) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.500**	**1.530**	**(765)**	**(1.885)**	**380**
Integralização de capital	**1.530**	–	–	–	**1.530**
Aumento de capital em andamento	**–**	(1.530)	765	–	**(765)**
Lucro do exercício	**–**	–	–	95	**95**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.030**	**–**	**–**	**(1.790)**	**1.240**
Saldos em 30 de junho de 2022	**3.030**	**–**	**–**	**(2.019)**	**1.011**
Lucro do semestre	–	–	–	199	**199**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.030**	**–**	**–**	**(1.820)**	**1.210**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.030**	**–**	**–**	**(1.790)**	**1.240**
Lucro do exercício	**–**	–	–	17	**17**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.030**	**–**	**–**	**(1.773)**	**1.257**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

4. Caixas e equivalentes de caixa: As disponibilidades da SEP em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, estão assim classificadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	621	129
Aplicações financeiras	35	800
	656	**929**

As aplicações financeiras possuem prazo de vencimento de até 90 dias indexadas a 103% do CDI. **5. Outros ativos:** Os outros ativos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	5	37
Impostos a compensar	18	5
	23	**42**

6. Imobilizado e intangível: A movimentação do imobilizado no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Hardware	20%	25	(15)	10	14
Equipamentos de comunicação e de segurança	10%	6	(2)	4	5
Software	20%	425	(68)	357	299
		456	**(85)**	**371**	**318**

	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 01/07/2022
Hardware	20%	25	(15)	10	12
Equipamentos de comunicação e de segurança	10%	6	(2)	4	4
Software	20%	425	(68)	357	378
		456	**(85)**	**371**	**395**

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2022
Hardware	14	–	–	(5)	9
Equipamentos de comunicação e de segurança	5	–	–	(1)	4
Software	299	93	–	(34)	357
	318	**93**	**–**	**(40)**	**371**

	Saldo em 01/07/2022	Adições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2022
Hardware	12	–	–	(2)	10
Equipamentos de comunicação e de segurança	4	–	–	(0)	4
Software	328	50	–	(21)	357
	345	**50**	**–**	**(24)**	**371**

7. Obrigações fiscais e previdenciárias: As obrigações fiscais e previdenciárias da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos s/terceiros	8	13
Impostos s/lucro	12	4
Impostos s/faturamento	1	11
	21	**28**

8. Partes relacionadas: A partir do segundo semestre de 2021 o Bullla SEP passou a realizar prestação de serviço de análise de crédito para a Bullla Instituição de Pagamento S.A.. No exercício de 2022, foram auferidas receitas dessa prestação de serviço no montante de R$ 414 e um saldo a receber no montante de R$ 313 (R$ 67 em 31 de dezembro de 2021).

9. Recursos de terceiros:	31/12/2022	31/12/2021
Recursos pagos pelos devedores*	17	24
Recursos disponibilizados pelos credores*	8	7
	25	**31**

*O Bullla transfere os recursos pagos pelos devedores aos credores em até o prazo de 01 (um) dia útil, contado do pagamento das parcelas do empréstimo. Os recursos destinados aos devedores, pelos credores, também são transferidos em até o prazo de 01 (um) dia útil, contado do pagamento do empréstimo, nos termos do art. 13, II da Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 4.656, de 26 de abril de 2018. **10. Fornecedores:** O montante de R$ 60 (R$ 49 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Companhia. **11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social:** Em 02 de março de 2021 o Banco Central aprovou o aumento de capital da SEP para o valor de R$3.030 totalmente subscrito e integralizado, através do Ofício 5687/2021, referente à Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2020. Desta forma capital social da Companhia integralizado e subscrito é de R$ 3.030, representado por 3.030.000 ações, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, já aprovadas pelo Banco Central, e registrado na Junta Comercial em 18 de agosto de 2021. **12. Receita operacionais:** A SEP realiza prestação de serviços de empréstimos entre pessoas através de disponibilização de plataforma eletrônica. No exercício, a SEP concluiu alguns contratos entre credores e tomadores, realizou prestações de serviços e obteve outros resultados financeiros, assim apurou receita de R$ 723 (R$ 282 em 2021).

	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas de prestação de serviços	263	434	282
Outras receitas financeiras	250	289	–
	513	**723**	**282**

Em Outras receitas financeiras estão contabilizados os valores de atualizações monetárias e recuperação de despesas realizadas para o Bullla Instituição de pagamentos S.A.

13. Despesas operacionais:	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Serviços técnicos e de terceiros*	(148)	(475)	(504)
Processamento de dados	(68)	(165)	(241)
Outras despesas administrativas	(52)	(136)	–
PIS, COFINS e ISS	(34)	(64)	(96)
Instalações	(6)	(14)	(13)
Outros tributos federais	(1)	(1)	–
Relações públicas	–	–	(1)
Outras	(4)	(7)	(2)
	(313)	**(862)**	**(857)**
Despesas administrativas	(274)	(790)	(761)
Despesas tributárias	(35)	(65)	(96)
Outras	(4)	(7)	–
	(313)	**(862)**	**(857)**

* Serviços referentes a serviços tomados de obtenção de dados cadastrais, assessória antifraude. **14. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2022 a SEP apurou lucro fiscal para IRPJ e CSLL. Em 31 de dezembro de 2021 a SEP apurou lucro fiscal para IRPJ e CSLL.

	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado antes de tributação sobre o lucro	258	29	131
(+) Adições	12	24	51
(–) Exclusões	–	–	–
Resultado antes dos Impostos	270	53	151
(–) Compensação com Prejuízo Fiscal	(81)	(16)	(45)
Lucro Real	189	37	106
IRPJ a pagar	28	6	16

	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado antes de tributação sobre o lucro	258	29	131
(+) Adições	12	24	20
(–) Exclusões	–	–	–
Resultado antes dos Impostos	270	53	151
(–) Compensação com Prejuízo Fiscal	(81)	(16)	(45)
Base de Cálculo CSLL	189	37	106
CSLL a pagar	30	6	20

• Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram constituídos créditos tributários, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Bullla SEP possa utilizar seus benefícios. O montante de créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 726 (31 de dezembro de 2021 R$ 732). **15. Gerenciamento de riscos:** Nas práticas adotadas pela Companhia, a integração da gestão do risco com a gestão do capital é fundamental para permitir a avaliação da adequação do capital e identificar a necessidade de capital para fazer frente aos riscos de forma prospectiva. O gerenciamento de riscos é realizado em conformidade com as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. **15.1. Risco operacional:** O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional: O fornecimento dos processos e ferramentas para o gerenciamento do risco operacional na SEP, sob gestão e responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos. Processo de Gerenciamento do Risco Operacional: O processo de gerenciamento do risco operacional na SEP é compreendido por um conjunto de ações e mecanismos que visa manter em níveis adequados a exposição aos riscos. Os processos adotados podem ser resumidos em: • Avaliação de riscos e controles; • Implantação de processo contínuo de gestão de informações em três níveis: da aplicação do Bullla, da infraestrutura e processos, com trilha de auditoria; • Documentação e armazenamento da base de perdas; • Gestão de continuidade de negócios; • Alocação de capital para o risco operacional; • Comunicação e informação. **15.2. Risco socioambiental:** O Bullla é uma plataforma de crédito que promove oportunidades de negócios entre pessoas, baseado nos valores de transparência, confiança, boa fé e segurança ligados a questões de sustentabilidade. Portanto, para o Bullla, destaca-se o conceito de sustentabilidade com uma gestão baseada em princípios e valores, onde a perenidade do negócio depende da utilização de produtos e serviços, da satisfação do associado e do seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. **16. Limite de Capital e Patrimônio Líquido:** Conforme estabelecido na Resolução nº 4.656 e 4.657, o capital mínimo e patrimônio mínimo exigido para SEP é de R$1.000. Em 30 de dezembro de 2022 a SEP estava enquadrada neste limite. **17. Contingências:** A SEP possui causas cíveis possíveis no montante de R$ 23 em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possuía contingências com possível probabilidade de perda. **18. Eventos subsequentes:** Não há eventos subsequentes a serem divulgados para o exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

Marcelo de Castro Villela - Presidente

Contador

Rafael de Almeida Alonso Renart
CRC nº: 1SP289749/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores do **Bullla Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. - São Paulo - SP - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Bullla Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bullla Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o semestre e exercício findos nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de março de 2022, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Vitor David Bezerra Colavitti
Contador - CRC 1SP-329743/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A9FE-BC6E-C513-5CFA.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A9FE-BC6E-C513-5CFA ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A9FE-BC6E-C513-5CFA

Hash do Documento

D236B3A86B5CFC58262DEF27B0F56942D9FB510C2F650B79A4A4E9A4FC17F06B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

NESLIP S.A.

CNPJ nº 19.654.466/0001-39

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	208.323	189.548
Imposto a recuperar (Nota 4)	443	3.412
	208.766	192.960
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósito judicial (Nota 5)	1.587	1.493
Partes relacionadas	803	756
	2.390	2.249
Total do ativo	211.156	195.209
Passivo e patrimônio líquido	**2022**	**2021**
Circulante		
Obrigações tributárias	464	503
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))	3.774	1.162
	4.238	1.665
Não circulante		
Provisão para passivo a descoberto (Nota 6)	874	833
Patrimônio líquido (Nota 10)		
Capital social	185.276	180.626
Reserva de lucros	9.539	8.744
Ajustes de avaliação patrimonial	(93)	(146)
Dividendos adicionais propostos (Nota 10(c))	11.322	3.487
	206.044	192.711
Total do passivo e patrimônio líquido	211.156	195.209

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.891	4.894
Outro componente do lucro abrangente:		
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	53	(54)
Resultado abrangente	15.944	4.840

Demonstrações dos resultados

Despesas operacionais	**2022**	**2021**
Com pessoal - honorários dos conselheiros	(240)	(240)
Serviços prestados	(754)	(619)
	(994)	(859)
Outras despesas operacionais		
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada (Nota 6(b))	(94)	(84)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda	(1.088)	(943)
Resultado financeiro (Nota 7)		
Receitas financeiras	23.524	7.997
Despesas financeiras	(147)	(156)
Tributos sobre receitas financeiras	(1.102)	(376)
	22.275	7.465
Lucro antes do imposto de renda	21.187	6.522
Imposto de renda (Nota 8)	(5.296)	(1.628)
Lucro líquido do exercício	15.891	4.894
Ações em circulação no final do exercício (Nota 10(a))	2.632.790	2.632.790
Lucro por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	6,04	1,86

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	15.891	4.894
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada	94	84
Variações monetárias e cambiais	(195)	(218)
Variações nos ativos e passivos		
Imposto a recuperar	3.137	716
Partes relacionadas	(113)	(113)
Obrigações tributárias	(39)	484
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais	**18.775**	**5.847**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	4.650	2.078
Dividendos distribuídos	(4.650)	(2.078)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades de financiamentos	**-**	**-**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**18.775**	**5.847**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	189.548	183.701
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	208.323	189.548

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros - legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de dezembro de 2020	178.548	8.499	(92)	-	1.558	188.513
Aumento de capital (Nota 10(a))	2.078	-	-	-	(1.558)	520
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(54)	-	-	(54)
Lucro líquido do exercício		-	-	4.894	-	4.894
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	245	-	(245)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.162)	-	(1.162)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(3.487)	3.487	-
Em 31 de dezembro de 2021	180.626	8.744	(146)	-	3.487	192.711
Aumento de capital (Nota 10(a))	4.650	-	-	-	(3.487)	1.163
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	53	-	-	53
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.891	-	15.891
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	795	-	(795)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(3.774)	-	(3.774)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(11.322)	11.322	-
Em 31 de dezembro de 2022	185.276	9.539	(93)	-	11.322	206.044

Notas explicativas da administração

1. Contexto operacional: A Neslip S.A. (ou a "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo e tem como objeto social e atividade preponderante (i) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos alimentícios e bebidas em geral, bem como materiais e produtos para acondicionamento, material publicitário e de apoio comercial e assemelhados, (ii) transporte de cargas em geral e distribuição de bebidas, (iii) prestação de serviços de assistência às fábricas de cervejas e (iv) a participação em outras sociedades. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **(a) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs), em debêntures compromissados de alta liquidez e em fundos de renda fixa que são prontamente conversíveis em numerário. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(b) Investimento em controlada -** O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A variação cambial de investimento em controlada no exterior, esta que apresenta moeda funcional distinta da considerada pela Companhia, é registrada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia e somente será apropriada ao resultado no exercício em que o investimento for vendido ou baixado. **(c) Demais ativos circulantes e não circulantes -** São apresentados pelos valores líquidos de realização. **(d) Imposto de renda e contribuição social -** A despesa de imposto de renda compreende a parcela corrente desse tributo, apurado pelo regime de tributação com base no lucro real trimestral e está reconhecido na demonstração do resultado, sendo que o mesmo é calculado com base nas leis tributárias. Não há despesa a título de contribuição social sobre o lucro líquido registrada no resultado, tendo em vista ação ordinária ajuizada contra a União Federal, objetivando excluir a exigência relativa ao recolhimento de tal contribuição social instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e incidente sobre o lucro das pessoas jurídicas, a qual foi declarada inconstitucional no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade na Apelação em Mandado de Segurança. A União Federal, na oportunidade cabível, não interpôs o competente recurso para o Supremo Tribunal Federal, tendo a decisão transitado em julgado, conforme certidão emitida pelo cartório do juízo em 29 de fevereiro de 1992. Mesmo considerando que a modificação de tal decisão seria ainda possível com o ajuizamento de ação rescisória no prazo de dois anos, contados da data do trânsito em julgado da decisão, a ré não se manifestou formalmente no prazo estipulado em lei. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 8 de fevereiro de 2023, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração da Companhia e seus consultores jurídicos ainda estão analisando os efeitos dessa decisão, bem como o eventual impacto da contribuição social nos livros da Companhia. **(e) Demais passivos circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos. **(f) Remuneração dos acionistas -** A distribuição dos dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **(g) Estimativas e premissas contábeis críticas -** As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas a Companhia fez estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Quanto às contingências as mesmas são atestadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, discussões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração. **(h) Demonstrações dos fluxos de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	35	21
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	142.600	130.008
Fundo de aplicação (Cash Alloc FICFI)	65.688	59.519
	208.288	189.527
	208.323	189.548

As aplicações financeiras têm seus rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade que varia entre 98,00% e 100,00% do CDI, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. **4. Imposto a recuperar:** O saldo de imposto a recuperar, no montante de R$ 443 (2021 – R$ 3.412), representa o imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, atualizado monetariamente, quando aplicável, pela taxa Selic até a data das demonstrações financeiras. **5. Depósito judicial:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 377, referente ao processo (2005.61.82.023250-5) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu foi a Hocabra Ltda. (incorporada pela Companhia em junho de 2002), que argui débitos de contribuição social sobre lucros auferidos pela empresa incorporada em: fevereiro, março, abril e junho de 1996. Em julho de 2013, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 935 referente ao processo (2009.61.82.033724-2) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu é a Neslip S.A., onde a União exige supostos débitos de imposto de renda retido na fonte. Em maio de 2019 foi proferida sentença extinguindo a Execução Fiscal em razão do cancelamento de parte dos débitos e da conversão em renda de parte desse depósito judicial em montante suficiente para satisfazer a dívida remanescente, sendo devolvido a Neslip o valor atualizado de R$ 792 (principal de R$ 510). O processo ainda possui uma apelação pendente de julgamento que trata de discussão relativa apenas à questão dos honorários de sucumbência, no valor principal de R$ 425. Referidos processos ainda estão em fase de tramitação e estão atualizados pela taxa Selic, ao final de ambos exercícios sociais. A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, classifica esses processos como uma contingência com risco de perda possível.

6. Investimento em controlada

(a) Informações sobre o investimento - Sanil S.A. (em 31 de dezembro):

	2022	2021
Percentual de Participação	100%	100%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(874)	(833)
Prejuízo do exercício	(94)	(84)
(b) Movimentação do investimento		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(695)
Variação cambial sobre investimento no exterior		(54)
Provisão para passivo a descoberto		(84)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(833)
Variação cambial sobre investimento no exterior		53
Provisão para passivo a descoberto		(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(874)

(c) Outras informações relevantes sobre o investimento - A Sanil S.A. é uma sociedade anônima, estabelecida no Uruguai, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 1992. Sua finalidade é desenvolver todos os tipos de atividades de investimento e/ou posse de qualquer classe de títulos no exterior.

O patrimônio líquido da controlada, face a mesma estar sediada no exterior, foi convertido para moeda nacional às taxas de câmbio vigentes em cada uma das data-base acima apresentadas das demonstrações financeiras. O resultado de provisão para passivo a descoberto compreende apenas a participação da Companhia nos resultados dessa sua controlada, registrado como "Receita (despesa) operacional" nas contas da Companhia. Ainda, os efeitos das variações cambiais de cada exercício foram registrados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

7. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras de depósitos bancários	23.329	7.779
Variações monetárias e ganhos cambiais líquidos	195	218
Receitas financeiras	23.524	7.997
Comissão de fiança	(145)	(155)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
Despesas financeiras	(147)	(156)
PIS sobre receitas financeiras	(154)	(53)
COFINS sobre receitas financeiras	(948)	(323)
Tributos sobre receitas financeiras	(1.102)	(376)
Resultado financeiro, líquido	22.275	7.465

8. Imposto de renda: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda	21.187	6.522
Alíquota nominal do imposto de renda - %	25%	25%
Imposto de renda pela alíquota nominal - (despesa)	(5.297)	(1.631)
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto	(23)	(21)
Adicional de alíquota - 10%	24	24
Despesa de Imposto de renda no resultado do exercício	(5.296)	(1.628)

9. Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como remotos e possíveis com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não produzindo, portanto, correspondente provisão. A natureza das obrigações tributárias refere-se, principalmente, à discussão quanto ao não recolhimento de tributos federais em decorrência da omissão de ganhos de capital na alienação de investimentos e dedução indevida de despesas, bem como multa de ofício isolada calculada sobre a base estimada de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que teria deixado de ser recolhida. O valor estimado das causas classificadas como perda possível é de aproximadamente R$ 1.917.866 (2021 – R$ 1.899.267). **10. Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social integralizado está representado por 2.632.790 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme a seguir detalhado:

Acionistas:	**Quantidade de ações**	**%**
KSP Participações Ltda.	825.272	31,3%
KAIK Participações Ltda.	881.020	33,5%
Heineken International B.V.	374.282	14,2%
Coca Cola Indústrias Ltda.	270.366	10,3%
TILPAR - TIL Participações Ltda.	273.943	10,4%
Outros	7.907	0,3%
	2.632.790	**100%**

Cada ação ordinária confere o direito a um voto na Assembleia Geral. Em 27 de abril de 2022, com exceção da acionista Heineken International B.V. (que se absteve de votar), os acionistas aprovaram a capitalização da íntegra dos dividendos originalmente propostos em 2021 (mínimo obrigatório e adicionais propostos), no valor de R$ 4.650, passando o capital social da Companhia de R$ 180.626 para R$ 185.276, sem a emissão de novas ações. **(b) Reserva legal -** É constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não poderá exceder a 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(c) Remuneração dos acionistas -** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. De acordo com as disposições estatutárias, o dividendo mínimo obrigatório é de 6% do patrimônio líquido da Companhia, limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei societária, o qual deve ser submetido para deliberação e aprovação em Assembléia Geral. Sendo assim, os dividendos foram apurados da seguinte forma no exercício de 2022:

Lucro líquido do exercício:	15.891
Constituição de reserva legal - 5%	(795)
Lucro líquido ajustado:	15.096
Dividendos obrigatórios - 25%	(3.774)
Dividendos adicionais propostos	(11.322)
	(15.096)

11. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes a instrumentos financeiros constantes das demonstrações financeiras se aproximam, substancialmente, dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, do valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado e encontra-se dentro do escopo do Pronunciamento Contábil CPC 38. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, na rubrica caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2022 (R$ 208.323) e em 31 de dezembro de 2021 (R$ 189.548). **(a) Risco de crédito -** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse risco é naturalmente mitigado em função da Companhia realizar operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de baixo risco. **(b) Risco de taxa de juros -** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas. **(c) Risco de taxa de câmbio -** O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Diretoria: **Francisco Miguel Alarcon** - Presidente
Paulo Weiser Neto - Diretor
Luiz Otávio Pôssas Gonçalves - Diretor

Contador Responsável:
Sebastião de Souza Fontes Nunes
CRC 1RJ035748/O-9 "S" SP

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D9F7-B247-681F-76D8.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D9F7-B247-681F-76D8.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D9F7-B247-681F-76D8 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D9F7-B247-681F-76D8

Hash do Documento

C5BFA04FF959D4E135B0D12A404EB900DFAAD44938E8F5C376B73BDC57488823

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Rodobens

RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS SP S.A. - CNPJ 60.812.088/0001-78

Relatório da Administração

Prezados Senhores(as): A empresa Rodobens Veículos Comerciais SP S.A., uma distribuidora de veículos comerciais representante da marca Mercedes-Benz no Brasil e integrante das Empresas Rodobens, um dos maiores grupos empresariais do país, oferece uma plataforma diversificada de produtos e serviços disponíveis em múltiplos canais para seus clientes. Nossa longa experiência no segmento de Veículos Comerciais nos permite oferecer um atendimento de excelência e personalizado, contribuindo para a evolução crescente dos resultados e possibilitando atingir clientes dos mais diversos segmentos e para as mais variadas finalidades. Neste contexto, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras desta Revendedora de Veículos Comerciais, correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária findo nessa data. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No ano de 2022, Rodobens Veículos Comerciais SP S.A. registrou o maior faturamento desde a criação da Unidade com R$ 592 milhões o que representa um crescimento de 23,3% comparado com o ano anterior. Registrou o resultado líquido de R$ 36,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 representa o total de R$ 60 milhões. Avançamos na aceleração de nossa transformação digital, com a otimização de nossos modelos de negócios e o uso de inovação aberta e tecnologias digitais para criação de novas fontes de resultado. A plataforma de Balcão digital, criada para conectar de forma remota compradores e vendedores de peças, lubrificantes e pneus, segue em forte ritmo de expansão plugando novos *sellers* e trazendo mais opções de compras aos clientes. Conquistamos ainda em 2022, um novo recorde no indicador de NPS (*Net Promoter Score*) alcançando 89,1% nas pesquisas de satisfação dos nossos clientes. Externamos nossos mais sinceros agradecimentos, reforçando o compromisso pela contínua busca de melhoria, aperfeiçoamento de nossos processos, profissionalismo na condução de nossos negócios e comprometimento em continuarmos sendo o parceiro dos próximos passos. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Guarulhos/SP, 04 de abril de 2023.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado) (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.593	9.865
Títulos e valores mobiliários	7	19.414	281
Contas a receber de clientes	8	13.429	18.602
Conta corrente fábrica	10	4.929	11.519
Estoques	11	91.123	40.461
Impostos a recuperar	12	6.500	42
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		35	35
Adiantamentos a fornecedores		4.952	15.913
Despesas antecipadas		331	245
Demais contas a receber		671	140
		177.977	97.103
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta corrente fábrica	10	37.518	38.446
Depósitos judiciais	19	3.057	2.713
Impostos a recuperar	12	11.890	10.611
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	12.549	2.714
Demais contas a receber		40	169
		65.054	54.653
Intangível	14	13.490	13.509
Imobilizado	15	4.451	3.584
Ativo de direito de uso	16	8.617	7.172
		91.612	78.918
Total do ativo		**269.589**	**176.021**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021 (não auditado)
Circulante			
Fornecedores	17	59.721	35.216
Adiantamentos de clientes	9	57.996	16.371
Adiantamento da fábrica		3.140	6.288
Passivo de arrendamento	16	3.218	2.730
Empréstimos	18	28.349	24.027
Salários e encargos sociais		4.948	4.238
Impostos a recolher		1.526	3.686
Dividendos a pagar	28	3.483	1.538
Mútuo financeiro - partes relacionadas	28	36.594	35.495
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	490	119
Demais contas a pagar		2.539	4.181
		202.004	133.889
Não circulante			
Passivo de arrendamento	16	6.252	5.373
Provisão para contingências	19	849	991
		7.101	6.364
Total do passivo		209.105	140.253
Patrimônio líquido	21		
Capital social		20.860	20.860
Reserva de capital		261	261
Reserva legal		2.641	809
Reserva especial		1.539	-
Retenção de lucros		35.183	13.838
Total do patrimônio líquido		60.484	35.768
Total do passivo e patrimônio líquido		**269.589**	**176.021**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado) (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021 (não auditado)
Receita líquidas de vendas e de serviços prestados	22	517.007	423.220
Custos das vendas e dos serviços prestados	23	(442.571)	(353.916)
Lucro bruto		74.436	69.304
Despesas com vendas	24	(13.980)	(26.047)
Despesas gerais e administrativas	25	(21.519)	(21.473)
Outras receitas, líquidas	26	544	259
Lucro operacional		39.481	22.043
Receitas financeiras	27	5.163	1.838
Despesas financeiras	27	(10.236)	(2.845)
Resultado financeiro	27	(5.073)	(1.007)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.408	21.036
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(7.583)	(6.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	9.835	1.818
	20	2.252	(4.428)
Lucro líquido do exercício		36.660	16.608
Quantidade de ações		20.860	20.860
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações do capital social - R$		1.757,43	796,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado) (Em milhares de Reais)

	2022	2021 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	36.660	16.608
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	36.660	16.608

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado) (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros - Reserva legal	Reserva especial	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		20.860	261	-	-	-	(423)	20.698
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.608	16.608
Reserva legal	21 (b)	-	-	809	-	-	(809)	-
Distribuição de dividendos	21 (c)	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)
Lucros a destinar	21 (d)	-	-	-	-	13.838	(13.838)	-
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		20.860	261	809	-	13.838	-	35.768
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	36.660	36.660
Reserva legal	21 (b)	-	-	1.832	-	-	(1.832)	-
Reserva especial	21 (c)	-	-	-	1.539	-	-	1.539
Distribuição de dividendos	21 (c)	-	-	-	-	-	(13.483)	(13.483)
Lucros a destinar	21 (d)	-	-	-	-	21.345	(21.345)	-
Em 31 de dezembro de 2022		20.860	261	2.641	1.539	35.183	-	60.484

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado) (Em milhares de Reais)

	2022	2021 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.408	21.036
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	3.923	3.423
Resultado na alienação de bens do imobilizado	(21)	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	113	281
Provisão para perdas de estoque	108	226
Variações monetárias e juros, líquidos	8.857	2.320
Provisão para contingências	(142)	401
	47.246	27.687
Variação no capital circulante:		
Títulos e valores mobiliários	(19.133)	27.072
Contas a receber de clientes	5.060	(6.237)
Conta corrente fábrica	7.518	(23.440)
Estoques	(50.770)	(16.962)
Impostos a recuperar	(7.737)	(2.223)
Adiantamentos a fornecedores	10.961	(15.756)
Demais contas a receber, despesa antecipada, depósito judicial	(831)	(210)
Fornecedores	24.505	2.394
Adiantamentos de clientes	41.625	(4.471)
Adiantamento fábrica	(3.148)	(5.189)
Salários e encargos sociais	710	1.628
Impostos a recolher	(2.160)	1.310
Demais contas a pagar	(1.644)	3.061
Caixa gerado nas operações	52.202	(11.336)
Juros pagos	(4.924)	(1.007)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.208)	(5.172)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	40.070	(17.515)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(2.023)	(422)
Adições de intangível	(9)	(94)
Valor recebido pela venda de imobilizado	21	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(2.011)	(516)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	9.000	18.000
Pagamentos de empréstimos	(6.000)	-
Pagamentos dividendos	(10.000)	-
Pagamentos de arrendamentos	(2.817)	(2.363)
Pagamentos de mútuos com partes relacionadas	(33.956)	-
Recebimento de mútuos com partes relacionadas	32.441	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	(11.332)	15.637
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	26.727	(2.394)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.865	12.259
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.593	9.865

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Rodobens Veículos Comerciais SP S.A. ("Companhia"), localizada em Guarulhos - SP, integra as empresas do grupo empresarial denominado "Empresas Rodobens" ("Grupo"). Suas atividades operacionais estão concentradas no setor automobilístico, sendo representante das marcas Mercedes Benz do Brasil Ltda.("Montadora") e Sociedade Michelin de Participações, Indústria e Comércio Ltda. A Companhia possui uma filial em Campo Grande - MS. Suas atividades operacionais compreendem a comercialização de veículos comerciais novos e seminovos, de peças e acessórios e de pneus, bem como a prestação de serviços de oficina mecânica/funilaria, recapagem e borracharia. Em complemento às suas atividades operacionais, a Companhia efetua intermediação de operações de financiamento com bancos, leasing, consórcios, seguros e faturamento direto com a Montadora. Adicionalmente, a Companhia também participa em outras Empresas do Grupo.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e principais políticas contábeis adotadas: 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, tendo sido aprovadas pela administração em 04 de abril de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Apesar do passivo circulante total da Companhia exceder seu ativo circulante total, a Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os acesso a facilidades de empréstimos é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data em que a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração da Companhia determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. ***a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26):*** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. ***b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32):*** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. ***c. Outras normas:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • CPC 50 - Contratos de Seguros. • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23). **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.5. Ativos e passivos financeiros:** ***Ativos financeiros: 2.5.1 Classificação:*** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) e (b) ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os itens que passaram a ser mensurado ao custo amortizado, atendem as condições especificadas pelo CPC 48: • é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto. *a. Ativos financeiros ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).* Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resutados abrangentes incluem: • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. *b. Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou calculáveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). ***2.5.2 Reconhecimento e mensuração:*** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usam o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. 2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***2.5.4 Passivos financeiros:*** *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***2.5.5 Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. ***2.6.1 Impairment de ativos financeiros:*** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.7. Conta corrente fábrica:** A "conta corrente fábrica" é uma conta gráfica estabelecida contratualmente entre a Companhia e a Montadora, utilizada pelas partes em operações de recebimento de bonificações, incentivos de vendas e garantias e revisões, conforme contrato de concessão. Esses valores a serem reembolsados são apresentados na rubrica "Conta corrente fábrica", no ativo circulante e não circulante. Esses ativos são registrados após (i) emissão de nota fiscal de venda de peças em garantia; e (ii) execução dos serviços de revisões previstos no termo de garantia. **2.8. Estoques:** Os estoques de veículos e peças são demonstrados ao custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo de veículos novos e seminovos é controlado individualmente por veículo e o custo de peças e acessórios pelo método da média ponderada móvel. O custo da oficina compreende os custos de mão de obra direta e as respectivas despesas diretas da oficina. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A Companhia periodicamente avalia a recuperabilidade de seus estoques, incluindo aqueles que são retornados após distratos com clientes, e não têm identificado mudanças relevantes no seu valor realizável que pudessem apresentar impactos significativos em suas demonstrações financeiras. **2.9. Adiantamento a fornecedores:** Compreende substancialmente a valores adiantados à Montadora para compra de produtos. **2.10. Ativos intangíveis - *Softwares:*** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável. **2.11. Ativo imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 15). As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas de acordo com o período do contrato, que são firmados geralmente para 5 ou 10 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" (Nota 26), na demonstração do resultado. **2.12. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. **2.13. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14. Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimo estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15. Adiantamento fábrica:** O adiantamento da fábrica refere-se a bonificações recebidas de veículos novos que estão no estoque da companhia - bens não comercializados. **2.16. Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.18. Benefícios a empregados - participação nos lucros:** ***(i) Benefício de curto prazo:*** A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculados ao atingimento de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada semestre. Mensalmente, a administração provisiona os valores a serem pagos nas demonstrações financeiras com base em estimativas, cujos valores costumam ser próximos aos valores efetivamente pagos. **2.19. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços em conformidade com o CPC 47, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. ***a. Venda de produtos e serviços:*** As vendas de veículos comerciais novos e seminovos, peças e acessórios e de pneus são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente, sendo após (i) a emissão de nota fiscal de venda; e (ii) a transferência do controle via assinatura do canhoto da nota fiscal e recibo do veículo. As vendas de serviços de oficina, recapagem, borracharia e intermediação de vendas são reconhecidas após (i) a emissão de nota fiscal de prestação de serviço; e (ii) ser finalizada e aceita a prestação de serviços. ***b. Receitas financeiras:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nas "Outras receitas, líquidas" de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). ***c. Receitas de bonificações:*** A Montadora adota campanhas de vendas através de incentivos aos seus concessionários. Essas campanhas seguem condições rígidas preestabelecidas e são relacionadas ao cumprimento de metas as quais, quando prováveis, conferem à Companhia o direito de recebimento de bonificações. As receitas com essas bonificações são reconhecidas após essas metas serem prováveis de serem atingidas e após cumpridas as obrigações de desempenho. Essas bonificações são apresentadas como "Receitas líquidas de vendas e serviços prestados", quando referentes a bonificações por meio de intermediação de venda direta pela fábrica e como redutoras dos "Custos das vendas e dos serviços prestados", quando referentes a bonificações sobre compras de veículos e peças junto a montadora. **2.20. Custos e demais receitas e despesas:** Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil da competência. Os custos acompanhando o reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47. **2.21. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precific

...continuação

RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS SP S.A. - CNPJ 60.812.088/0001-78 - **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 20). Os valores para compensação futura são os seguintes

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021 (não auditado)
Ativo (passivo) de imposto diferido		
Ativo (passivo) de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.363	2.058
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	11.186	656
	12.549	2.714

	2022	2021 (não auditado)
No ativo não circulante		
Créditos tributários		
Tributos diferidos sobre:		
Prejuízos fiscais e base negativa	10.605	-
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	188	310
Provisão para contingências	289	337
Participação nos lucros	611	503
Direito de uso	290	316
Outros ajustes	1.010	1.552
	12.993	3.018
No passivo não circulante		
Débitos tributários		
Tributos diferidos sobre:		
Depreciação econômica	60	10
Outros ajustes	384	294
	444	304
Tributos diferidos, líquidos	12.549	2.714

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

15. Intangível

	Software	Outros	Concessão	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)				
Saldo inicial	41	-	13.399	13.440
Aquisições	92	-	-	92
Amortização	(23)	-	-	(23)
Saldo contábil líquido	110	-	13.399	13.509
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)				
Custo total	169	19	13.399	13.587
Amortização acumulada	(59)	(19)	-	(78)
Saldo contábil líquido	110	-	13.399	13.509
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	110	-	13.399	13.509
Aquisições	9	-	-	9
Amortização	(28)	-	-	(28)
Saldo contábil líquido	91	-	13.399	13.490
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo total	178	19	13.399	13.596
Amortização acumulada	(87)	(19)	-	(106)
Saldo contábil líquido	91	-	13.399	13.490
Taxas anuais de amortização	20%	10%		

16. Imobilizado

	Benfeitorias em propriedades de terceiros (i)	Instalações	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos (ii)	Equipamentos de informática	Obras em andamento (iii)	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)									
Saldo inicial	3.250	37	200	99	349	122	25	56	4.138
Aquisições	-	15	19	16	77	3	-	292	422
Transferência	174	-	-	-	-	-	-	(174)	-
Depreciação	(814)	(9)	(32)	(32)	(67)	(11)	(11)	-	(976)
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	2.610	43	187	83	359	114	14	174	3.584
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)									
Custo total	6.322	581	796	1.810	1.669	596	905	174	12.853
Depreciação acumulada	(3.712)	(538)	(609)	(1.727)	(1.310)	(482)	(891)		(9.269)
Saldo contábil, líquido	2.610	43	187	83	359	114	14	174	3.584
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldo inicial	2.610	43	187	83	359	114	14	174	3.584
Aquisições	-	-	37	24	30	1.835	-	97	2.023
Transferência	165	-	-	-	-	-	-	(165)	-
Depreciação	(905)	(7)	(36)	(35)	(67)	(101)	(5)	-	(1.156)
Em 31 de dezembro de 2022	1.870	36	188	72	322	1.848	9	106	4.451
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo total	6.488	581	799	1.833	1.699	2.432	805	106	14.743
Depreciação acumulada	(4.618)	(545)	(611)	(1.761)	(1.377)	(584)	(796)	-	(10.292)
Saldo contábil, líquido	1.870	36	188	72	322	1.848	9	106	4.451
Taxas anuais de depreciação	Variável	10%	10%	20%	10%	8% e 20%	20%		

(i) As benfeitorias em propriedades de terceiros referem-se a reformas nos prédios locados para atendimento aos padrões da marca. As depreciações são conforme o prazo remanescente de vigência dos contratos de aluguel dos imóveis onde as benfeitorias foram realizadas, que variam entre 1 a 10 anos. **(ii)** São substancialmente veículos utilizados para *test-drive*. **(iii)** Refere-se a reformas e benfeitorias em andamento para atendimento aos padrões da marca Mercedes Benz.

17. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os arrendamentos da Companhia e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. A Companhia utilizou o método de interpolação para apurar a taxa incremental (taxa individual) de todos os contratos vigentes de arrendamento mercantil - as taxas variam de 8,34% a 9,53% a. a. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das concessionárias.

a. Ativos de direito de uso

	Direito de uso sobre imóveis	
	2022	2021 (não auditado)
Em 1º de janeiro	7.172	8.383
Atualização monetária	1.335	1.209
Renovação	2.849	-
Depreciação	(2.739)	(2.420)
Em 31 de dezembro	8.617	7.172

b. Passivo de arrendamento

	2022	2021 (não auditado)
Em 1o de janeiro	8.103	9.257
Juros provisionados	716	758
Juros pagos	(716)	(758)
Atualização monetária	1.335	1.209
Renovação	2.849	-
Pagamentos	(2.817)	(2.363)
Em 31 de dezembro	9.470	8.103
Circulante	(3.218)	(2.730)
Não circulante	6.252	5.373

No quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento:

	2022	2021 (não auditado)
Vencimento das prestações		
Menos de 1 ano	3.900	3.318
Entre 1 e 2 anos	6.751	4.656
Entre 2 e 5 anos	-	1.358
Valores não descontados	10.651	9.332
Juros embutidos	(1.181)	(1.229)
	9.470	8.103

c. Resultado de arrendamento

	2022	2021 (não auditado)
Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior a 12 meses	483	433
Amortização do arrendamento de aluguel	2.739	2.420
Despesas financeiras	716	758
	3.938	3.611

18. Fornecedores

	2022	2021 (não auditado)
Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. (i)	45.173	20.895
Mercedes-Benz do Brasil Ltda.	2.881	4.794
Sociedade Michelin de Participações Indústria e Comércio Ltda.	883	235
Fornecedores - empresas ligadas	9.052	5.684
Outros fornecedores - nacionais	1.732	3.608
	59.721	35.216

(i) A Companhia mantém saldo de fornecedores junto ao Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., visto que a montadora realizou cessão de crédito do seu direito as contas a receber a esta instituição financeira, sem que houvesse alteração das condições originais da negociação (preço e prazo).

19. Empréstimos

Modalidade	Moeda	Encargos financeiros ao ano	2022	2021 (não auditado)
Capital de giro	R$	Variação de CDI + juros anuais de 1,46% a 1,93%	28.349	24.027
Circulante			28.349	24.027

Os empréstimos na modalidade capital de giro têm por objetivo captar recursos para aquisição de veículo. Os empréstimos são garantidos por aval da controladora Rodobens S.A. (atual denominação da antiga GV Holding S.A.). Os empréstimos da Companhia não possuem *Covenants* financeiros, apresentando apenas *Covenants* não financeiros padrão de contratos com instituições financeiras (Exemplo - Inadimplência, alteração do objeto social, restruturação societária, alteração de controle, falência etc.), periodicamente monitorados pela área de tesouraria.

20. Provisão para contingências: a. Composição dos saldos provisionados: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências.

	2022	
	Montante provisionado	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	480	2.851
Cíveis	13	-
Tributárias	356	206
	849	3.057

	2021 (não auditado)	
	Montante provisionado	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	652	1.088
Cíveis	-	-
Tributárias	339	1.625
	991	2.713

As movimentações na provisão para contingências são as seguintes:

	Cível	Trabalhista	Tributária	2022 Total
Em 1º de janeiro	-	652	339	991
Constituições	13	148	17	178
Reversões	-	(68)	-	(68)
Pagamentos	-	(252)	-	(252)
Em 31 de dezembro	13	480	356	849

	Cível	Trabalhista	Tributária	2021 (não auditado) Total
Em 1º de janeiro	-	202	389	591
Constituições	-	469	5	474
Reversões	-	(19)	(55)	(74)
Em 31 de dezembro	-	652	339	991

Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e/ou externos. As naturezas das obrigações mais relevantes são sumariadas como segue: • Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. • Cíveis - consistem, substancialmente, por ações de indenizações por danos morais e danos materiais. **b. Passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R$ 7.775 (2021 - R$ 8.009 (não auditado)), para as quais não há provisão constituída.

21. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022		2021 (não auditado)	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	34.408	34.408	21.036	21.036
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(8.602)	(3.097)	(5.260)	(1.893)
Ajuste sobre adições (exclusões) permanentes:				
Despesas indedutíveis	(37)	(15)	(32)	(11)
Dedução PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador)	78	-	38	-
Ajuste para alíquota efetiva	24	-	24	-
Créditos diferidos de anos anteriores, reconhecidos no exercício	8.203	2.956	-	-
Compensação prejuízo fiscal de anos anteriores	2.016	726	1.990	716
Tributos no resultado do exercício	1.682	570	(3.240)	(1.188)
Corrente	(5.549)	(2.034)	(4.576)	(1.669)
Diferido	7.231	2.604	1.336	481
Total	1.682	570	(3.240)	(1.188)
Alíquota efetiva	5%	2%	15%	6%

22. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 2022 e 2021, o capital social está representado por 20.860.185 ações no valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas ações ordinárias nominativas. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei. As ações preferenciais não conferem direito a voto, salvo em condições e hipóteses em que a lei determine em contrário. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. **c. Distribuição de dividendos:** Conforme determinado no Estatuto Social, do montante do lucro líquido apurado ao final de cada exercício, 10% serão destinados aos acionistas (dividendo mínimo obrigatório), após sua compensação com a constituição da reserva legal. Em 29 de abril de 2022, de acordo com Assembleia Geral Ordinária, os acionistas decidiram não distribuir os dividendos relativos ao exercício de 2021 (R$ 1.538), nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976. Esse montante não distribuído foi deliberado para reserva especial. Em 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no parágrafo anterior, a Companhia destinou aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios no total de R$ 3.483. Além disso, mediante à Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro 2022, foi aprovado a distribuição de parte dos dividendos auferidos no exercício de 2021, no valor de R$ 10.000, sendo o valor de R$ 277 à sócia Rodobens Administradora de Consórcios Ltda, o valor de R$ 9.723 à sócia Rodobens S.A. **d. Retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 194 da Lei 6.404/76, foi criada com a finalidade de preservação da liquidez da Companhia, de modo que possa fazer frente às necessidades de investimento próprio e em suas respectivas sociedades coligadas e/ou controladas, com o intuito de desenvolver e fortalecer seus negócios e, ainda, a manutenção do capital de giro. A reserva de retenção de lucros é constituída por meio de deliberação em assembleia geral, que poderá destinar os lucros líquidos que excederem o montante necessário à formação da reserva legal e ao pagamento do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2022 no valor de R$ 21.344 está disponível na rubrica "Retenção de lucros" (2021 - R$ 13.838 (não auditado)) e terá sua destinação deliberada em Assembleia. Em 29 de abril de 2022, o saldo do lucro remanescente de 2021 no montante de R$ 13.838, foi deliberado para a reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros excedeu o capital social e, conforme previsto no art. 199 da lei nº 6.404/76, na próxima AGO (Assembleia Geral Ordinária), esse excedente será deliberado e destinado para integralização do capital, ou destinação de dividendos.

23. Receitas líquidas de vendas e de serviços prestados

	2022	2021 (não auditado)
Vendas bruta de veículos novos	493.839	383.944
Vendas bruta de peças e acessórios	54.578	40.460
Vendas bruta de pneus	26.424	28.466
Vendas bruta de oficina mecânica	6.514	5.114
Vendas bruta - faturamento direto	9.179	21.472
Vendas bruta de serviços de recapagem	502	370
Vendas bruta de serviços terceirizados	1.459	859
Vendas bruta de outros produtos e serviços	150	211
Dedução de vendas de mercadorias:		
Devolução e cancelamento de vendas	(18.758)	(9.468)
PIS	(287)	(242)
Cofins	(1.320)	(1.116)
ICMS	(53.649)	(45.563)
Dedução de vendas de serviços:		
PIS	(175)	(138)
Cofins	(807)	(635)
ISS	(642)	(514)
Receita líquida	517.007	423.220

24. Custos das vendas e dos serviços prestados

	2022	2021 (não auditado)
Custo de veículos novos	(378.697)	(297.923)
Custo de peças e acessórios	(37.353)	(29.069)
Custo de pneus	(22.336)	(23.674)
Custo da oficina mecânica	(2.611)	(2.011)
Custo de serviços de recapagem	(359)	(282)
Custo de serviços terceirizados	(927)	(570)
Custo de outros produtos e serviços	(288)	(387)
	(442.571)	(353.916)

25. Despesas com vendas

	2022	2021 (não auditado)
Pessoal (inclui comissões sobre vendas)	(8.925)	(9.406)
Cortesias de venda	(364)	(673)
Despesa de propaganda e publicidade	(383)	(819)
Garantias comerciais	(155)	(137)
Serviços prestados por terceiros	(3.262)	(13.454)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(113)	(281)
Outras	(778)	(1.277)
	(13.980)	(26.047)

26. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021 (não auditado)
Pessoal	(9.131)	(9.720)
Aluguéis	(483)	(433)
Serviços prestados por terceiros	(529)	(534)
Repasse ao Centro de Serviços Compartilhados (i)	(3.212)	(2.360)
Limpeza e vigilância	(1.131)	(1.016)
Depreciação e amortização	(4.018)	(3.718)
Viagens e hospedagens	(214)	(207)
Tecnologia da informação	(191)	(314)
Comunicação	(193)	(208)
Despesas indedutíveis	(151)	(108)
Impostos, taxas e contribuições	(276)	(311)
Combustível	(273)	(219)
Energia elétrica	(300)	(282)
Outras	(1.417)	(2.043)
	(21.519)	(21.473)

(i) O Grupo ao qual a Companhia pertence possui um Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), responsável pelo gerenciamento de determinadas atividades operacionais para as Companhia s pertencentes ao Grupo (Contabilidade, Jurídico, Tecnologia da Informação, entre outros). A variação registrada no período se refere ao aumento nas operações da Companhia, uma vez que as despesas geradas pelas atividades efetuadas pelo CSC são controladas por meio da "volumetria" (volume de atividades efetuadas).

27. Outras receitas, líquidas

	2022	2021 (não auditado)
Recuperação de despesas	247	130
Recuperação de garantia/revisão	-	1
Resultado na alienação de bens e intangíveis	18	-
Outras receitas	279	128
	544	259

28. Resultado financeiro

	2022	2021 (não auditado)
Receita financeira		
Receita financeira de títulos e valores mobiliários (i)	4.833	1.738
Outras receitas financeiras (iv)	330	100
Total da receita financeira	**5.163**	**1.838**
Despesa financeira		
Empréstimo bancários	(3.893)	(657)
Variação monetária passiva (ii)	(3.528)	(905)
Despesas com taxas nos recebimentos em cartão de débito e crédito (iii)	(301)	(220)
Despesas com juros passivos	(23)	(33)
IOF - Imposto sobre operação financeira	(691)	(104)
Encargos sobre arrendamento	(716)	(758)
Outras despesas financeiras (iv)	(1.084)	(168)
Total da despesa financeira	**(10.236)**	**(2.845)**
Resultado financeiro	**(5.073)**	**(1.007)**

(i) As receitas financeiras sobre títulos e valores mobiliários e caixa e equivalentes de caixa são compostas pelos resultados das aplicações em CDBs, fundos e compromissadas/debêntures. (ii) As despesas com variação monetária passiva referem-se a contrato de mútuos que a Companhia possui com as empresas coligadas. (iii) As despesas com taxas nos recebimentos em cartão de débito e crédito se referem às cobranças de percentuais sobre o valor de operação, sendo que estes podem variar de acordo com a bandeira utilizada. (iv) Os valores de outras receitas e despesas financeiras são compostos por juros, multas, descontos, selic e despesas bancárias.

29. Partes relacionadas: a. Saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)

	Ativo				2022 Passivo				
Empresa credora / devedora	Aplicações financeiras	Contas a receber de clientes (Nota 8) (i)	Avisos de lançamentos (ii)	Mútuo financeiro	Fornecedores (Nota 17) (iii)	Aviso de lançamentos (ii)	Adiantamento de clientes (Nota 9)	Mútuo financeiro	Dividendos a pagar
Banco Rodobens S.A.	-	802	-	-	17	-	3	-	-
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	-	34	-	-	-	262	-	-	96
Portobens Administradora de Consórcio Ltda.	-	87	-	-	-	-	-	-	-
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda	-	-	-	-	-	-	-	13.506	-
Rodobens Transportes Administradora e Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	-	-	-	-	11.710	-
Rodobens Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	-	19	-	-	-	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	-	714	-	-	657	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda	-	91	-	-	742	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	-	959	13	-	2	-	-	-	-
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	-	-	-	-	4	10	-	-	-
Rodobens Locadora de Veículos Ltda.	-	-	-	-	32	-	-	-	-
Rodobens S.A	-	-	-	-	-	1	-	-	3.386
Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A.	-	3.174	26	-	7.581	264	-	-	-
Outros	-	37	-	-	17	-	-	-	-
	-	5.917	39	-	9.052	537	3	36.594	3.482

	Ativo				2021 (não auditado) Passivo				
Empresa credora / devedora	Aplicações financeiras	Contas a receber de Clientes (Nota 8) (i)	Avisos de lançamentos (ii)	Adiantamento a fornecedores	Mútuo financeiro	Fornecedores (Nota 17) (iii)	Aviso de lançamentos (ii)	Adiantamento de clientes (Nota 9)	Mútuo financeiro	Dividendos a pagar
Banco Rodobens S.A.	-	693	-	-	-	7	-	-	-	-
Rodobens S.A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.495
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	-	87	-	-	-	-	102	-	-	43
Portobens Administradora de Consórcio Ltda.	-	111	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	12.593	-
Rodobens Transportes Administradora e Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	11.451	-
Rodobens Assessoria Técnica e Gerenciamentos de Riscos em Seguros Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	11.451	-
Rodobens Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	-	964	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	2	10	-	-	-
Rodobens Locadora de Veículos Ltda.	-	8	-	-	-	9	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A.	-	1.868	169	-	-	5.650	291	3	-	-
Outros	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-
	-	3.745	169	-	-	5.684	403	3	35.495	1.538

(i) Refere-se a contas a receber relacionada a prestações de serviços e vendas a partes relacionadas, sem objetivos de lucros. **(ii)** Os saldos ativos e passivos referem-se a valores a receber e pagar de empresas ligadas relativas a reembolso de despesas entre as empresas do Grupo. **(iii)** Refere-se a contas a pagar relacionada a obtenção de serviços, compras de veículos e aluguéis com partes relacionadas, sem objetivos de lucros. **(iv)** Refere-se a empréstimos obtidos de partes relacionadas indexados de 100% a 100,5 % do CDI.

b. Transações com partes relacionadas

Venda de produtos e serviços

	2022	2021 (não auditado)
Rodobens Veículos Comerciais Cuiabá S.A.		
Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A.	54.810	27.844
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	1.291	1.002
Banco Rodobens S.A.	19.598	6.274
Rio Diesel Veículos e Peças S.A.	10	-
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda.	4.133	24
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	1.143	35
Rodobens Locadora de Veículos Ltda.	249	8
Portobens Administradora de Consórcio Ltda.	888	718
Rodobens Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	165	178
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	301	547
Rodobens Transp Adm Corr de Seguros	7	-
Rodobens Benefícios Corretora de Seguros	2	19
Outros	15	-
	82.612	36.649

Compra de produtos e serviços

	2022	2021 (não auditado)
Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A.	54.041	21.843
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	5.318	4.439
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda	5.567	21
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	2.844	20
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	1.602	2
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda	176	-
Rodobens Benefícios Corretora de Seguros Ltda	32	-
Rodobens Comunicação Empresarial Ltda.	2	1
Rio Diesel Veículos e Peças S.A.	11	-
Rodobens S.A.	9.750	-
Rodobens Locadora de Veículos Ltda	323	285
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	158	359
Banco Rodobens S.A.	1	-

30. Compromissos assumidos: A Companhia mantém contratos firmados junto à montadora, para concessão de vendas de veículos comerciais da marca Mercedes-Benz, por prazo indeterminado. Adicionalmente, também possui contratos de aluguéis dos prédios nos quais são localizadas as concessionárias de veículos com vigências que variam de 1 a 10 anos (Nota 15).

31. Cobertura de seguros: A Companhia mantém contratos de seguros cuja cobertura é adequada na opinião da administração para cobrir riscos com a frota e riscos prediais, com cobertura de roubo, incêndio, entre outros riscos, com valores compatíveis com os riscos envolvidos.

32. Outras divulgações sobre fluxos de caixa

	Empréstimos	Mútuo financeiro (passivo)	Passivo de arrendamento	Caixa e equivalentes	Mútuo financeiro (ativo)	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2021 (não auditado)	5.822	34.590	9.257	(12.259)	-	37.410
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações/Recebimentos	18.000	-	-	-	-	18.000
Pagamento de principal	-	-	(2.363)	-	-	(2.363)
Pagamento de juros	(249)	-	(758)	-	-	(1.007)
Movimentação do caixa	-	-	-	2.394	-	2.394
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Atualização monetária	-	-	1.209	-	-	1.209
Provisão de juros	657	905	758	-	-	2.320
Outras	(203)	-	-	-	-	(203)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**24.027**	**35.495**	**8.103**	**(9.865)**	**-**	**57.760**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações/Recebimentos	9.000	32.441	-	-	318	41.759
Pagamento de principal	(6.000)	(33.956)	(2.817)	-	(315)	(43.088)
Pagamento de juros	(2.982)	(1.224)	(716)	-	(2)	(4.924)
Movimentação do caixa	-	-	-	(26.728)	-	(26.728)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Atualização monetária	-	-	4.184	-	-	4.184
Baixa por distrato de contrato						
Provisão de juros	4.304	3.838	716	-	(1)	8.857
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	28.349	36.594	9.470	(36.593)	-	37.820

Libano Miranda Barroso - Diretor Presidente

Ademir Odoricio - Diretor Geral

Ricardo da Mata Silva Guerreiro - Contador - CRC - SP-276010/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Rodobens Veículos Comerciais SP S.A. - Guarulhos - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rodobens Veículos Comerciais SP S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodobens Veículos Comerciais SP S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Exercício anterior não auditado:** Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0152-6506-9B43-9E71 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0152-6506-9B43-9E71

Hash do Documento

725D915C1EB79D25842F318F07B451117A317DEFC88132F90B6FB8EEFBBEE278

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais - BANCO ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31/12/2022, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. BREVE HISTÓRICO

A Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia" ou "ATSA") foi fundada em 1922 e sempre se destacou como prestadora de serviços de engenharia e construção em geral, sendo a única companhia brasileira no setor listada em bolsa de valores. Ao longo de sua história, a ATSA tem acompanhado a evolução tecnológica da engenharia brasileira e tem participado de projetos e obras emblemáticas no desenvolvimento do país. No segundo trimestre de 2022 (25/06/2022), a Companhia completou 100 anos de existência com operação contínua e se posicionou para participar de um novo ciclo virtuoso no setor de infraestrutura brasileiro, que terá como principal foco os investimentos privados no setor de infraestrutura.

2. AQUISIÇÃO DA HEFTOS

No dia 15 de dezembro de 2021, a Azevedo & Travassos S.A. concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da UPI Heftos Óleo e Gás Construções S.A. ("Heftos"). O objeto da aquisição incluiu a propriedade da totalidade dos ativos operacionais (tangíveis e intangíveis) para consecução das operações da Heftos, incluindo a propriedade do imóvel operacional da Companhia localizado em Macaé/RJ. A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, o que inclui execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore. A Azevedo & Travassos S.A. vem trabalhando no processo de integração, desenvolvimento de novos processos e políticas corporativas, implantação do sistema ERP Protheus e uma racionalização dos custos na Heftos visando a uniformidade de Gestão, Planejamento e Execução Operacional.

3. CENÁRIO ATUAL

O quarto trimestre de 2022 manteve a consistência de que o entendimento da Azevedo & Travassos S.A. sobre a retomada do mercado de obras privadas de infraestrutura no país criou inúmeras oportunidades. No setor de Óleo e Gás (O&G) as recentes vendas de ativos para Companhias privadas por parte da Petrobras trouxeram novas oportunidades comerciais a serem exploradas pela Companhia. Estamos elaborando propostas para diversas obras nos principais setores de infraestrutura e identificando uma série de oportunidades para a nossa investida - Heftos no setor. Esses vetores de atração permitirão posicionar o Grupo Azevedo & Travassos entre as principais Empresas de Construção Pesada e de Manutenção onshore e offshore do País. Outro marco relevante no setor de infraestrutura foi o lançamento do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (PILPI), com ações previstas entre os anos de 2021 e 2050. Os resultados da análise mostram, no chamado Cenário Referência, que o esforço governamental em reformas regulatórias e nos programas de parcerias com o setor privado surtem efeito relevante no montante de investimentos nos próximos anos, chegando a 2,5% do PIB, acima dos menos de 2% do PIB observados nos últimos 10 anos. A superação de todas as carências de infraestrutura identificadas no país exige a ampliação desse esforço, elevando os investimentos para quase 4% do PIB ao longo dos próximos 15 anos. A maior parte dessas carências se concentra nos setores de energia elétrica, saneamento básico, transportes e mobilidade urbana. No contexto monetário, o BACEN continuou o ciclo de alta da taxa de juros no segundo semestre de 2022 com o objetivo de conter o aumento da inflação e trazer as expectativas para o centro da meta. Isto levou a decisão da reunião de setembro para o nível de manutenção dos juros em 13,75% a.a. Esta tendência deverá permanecer pelo menos até meados de 2023. O cenário de aperto monetário e da alta de inflação, descrito acima e regulado através de uma política austera de juros, não impediu o crescimento de investimento e demanda do setor privado por novos projetos. Esse fato está relacionado a aprovação de diversos avanços institucionais e regulatórios que destravam e impulsionam os investimentos privados em infraestrutura. Entre os principais avanços que ocorreram podemos citar: i) a continuidade do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos - com um portfólio significativo de Concessões/PPP federais, estaduais e municipais; ii) o Marco Regulatório do Saneamento Básico, cujo principal objetivo é que 99% da população tenha acesso a água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto; iii) a aprovação da nova Lei do Gás Natural, que é fundamental para gerar desenvolvimento, emprego e crescimento da economia brasileira; iv) Novo Marco Regulatório do setor ferroviário; e v) o Programa de Desinvestimentos da Petrobras em refinarias de Petróleo e venda de campos maduros de produção de óleo e gás já consolidados. No caso das refinarias, deverão surgir demandas de revitalização desses ativos e, no caso dos campos maduros, oportunidades de serviços de manutenção e operação de instalações e descomissionamento de estruturas obsoletas. Estas atividades devem garantir investimentos da ordem de US$ 15 bilhões. Com base nesse cenário, a Azevedo & Travassos S.A. tomou a decisão estratégica de se posicionar fortemente para atender a demanda crescente das empresas privadas nos setores acima mencionados. Nos últimos doze meses temos conseguido ampliar nossos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração ("Pipeline") e converter propostas deste ("Pipeline") em contratos firmes ("Backlogs"). Assim, a ATSA manterá a estratégia de focar esforços no mercado privado de infraestrutura, pois acreditamos que haverá continuidade na trajetória de crescimento dos investimentos privados devido aos leilões de infraestrutura ocorridos em 2020, 2021 e 2022 e aos avanços regulatórios ocorridos no setor de infraestrutura.

4. CRESCIMENTO DO BACKLOG, DO PIPELINE E DA RECEITA ANUAL

Em 2021 a Azevedo Travassos S.A. focou em estruturar processos, contratar novos colaboradores, finalizar o processo de aquisição da Heftos e adquirir as competências necessárias para ter sucesso na sua estratégia de crescimento. Ao longo de 2022 as medidas que vem sendo tomadas desde o final de 2021 começaram a dar resultado e conseguimos nos habilitar junto aos principais players do setor de infraestrutura nacional. Atualmente estamos com contratos em pleno andamento junto às principais empresas do setor de rodovias, saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. Nesse período o nosso Pipeline (projetos em orçamento/propostas entregues) cresceu significativamente e o nosso Backlog subiu de R$ 380 milhões em 31/12/2021 para R$ 1,2 bilhão em 31/12/2022, deste valor estima-se performar cerca de R$ 650 milhões em 2023. Esse novo patamar de pipeline e backlog deve garantir um crescimento substancial da curva de receita consolidada em 2023 e nos próximos anos da Companhia, Vale ressaltar que o crescimento desse backlog ocorreu majoritariamente na A&T Infra, que saiu de um valor de R$ 30 milhões em 31/12/2021 para R$ 920 milhões em 31/12/2022. O saldo restante no valor de R$ 280 milhões está concentrado na Heftos. Também vale a pena esclarecer que o Pipeline de propostas em 31/12/2022 da ATINFRA está na ordem R$ 6,5 bilhões e o da Heftos em R$ 2,5 bilhões. Em linha com essa estratégia, elevamos o patamar de análise de projetos da ordem de até R$200 milhões por contrato e passamos a avaliar oportunidades de obras superiores a R$ 600 milhões de reais, servindo desde o setor de saneamento e passando pela infraestrutura de transporte, até o mercado de O&G. Com o objetivo de manter a disciplina no processo de orçamento e o foco no mercado privado, buscamos contratos com pouca exposição de capital de giro, que possuam adiantamentos e margens brutas rentáveis.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO - (31/12/22)

5.1 Projeções

a) Receita Bruta da Companhia e suas Controladas período 01/01/22 a 31/12/22

Receita Bruta - R$ mil	Realizado 2022	Previsão divulgada em 14/12/21	Previsão divulgada em 30/11/22
Companhia	184	180	180
A&T Infraestrutura	113.963	60.000	90.000
Heftos	330.931	400.000	340.000
Consolidado	445.078	460.180	430.180

Tendo em vista os resultados apurados em 2022, a receita bruta no quarto trimestre superou as expectativas em comparação à previsão divulgada em 30/11/22. A Receita Bruta do exercício de 2022 resultou em R$ 445.078 mil, portanto um incremento de 3,5%, frente à projeção, reforçando a expectativa de continuidade na trajetória de crescimento para os próximos exercícios. Destacamos que, em comparação com a previsão de 14/12/22, houve uma queda de Receita Bruta na Heftos, o que foi plenamente compensada pelo incremento da Receita Bruta da A&T Infraestrutura, que superou em cerca de 88% a receita prevista. **5.2. Receita:** A Receita Bruta anual atinge o patamar de R$ 445.078 mil. **a) Companhia:** A Receita Bruta da Azevedo & Travassos refere-se à locação de equipamentos e da área para instalação de antena para serviços de telecomunicações. Assim, em 31 de dezembro de 2022, a Receita Bruta Companhia foi de R$ 184 mil. **b) Consolidado:** A Receita Bruta em 31 de dezembro de 2022, foi de R$ 445.078 mil. **5.3. Resultados: a) Companhia:** O resultado, no período de janeiro a dezembro/22, correspondeu a um prejuízo de R$ 79.972 mil. **b) Consolidado:** O resultado, no período de janeiro a dezembro/22, correspondeu a um prejuízo de R$ 79.972mil. **- Lucro/Prejuízo Bruto**: Em 31/12/22 a Companhia apresentou, no Consolidado, um Lucro Bruto, considerando Receita Bruta menos impostos e custos das obras, de R$ 10.285 mil. **5.4. Endividamento: a) Companhia:** Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R$ 41.919 mil (R$ 46.241 mil em 31/12/21) constituem passivos relevantes da Companhia. Esse fluxo de pagamentos mensais ocorrerá até o ano de 2050 sendo de aproximadamente R$140 mil mensais ajustados pela TJLP. Em 09 de setembro de 2022 a Companhia protocolou, por iniciativa própria, junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo, a Proposta de Transação Individual, com fundamento no artigo 50 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e alterações trazidas pela Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022. Por força da nova legislação em vigor, o processo de transação tributária passou a ter condições diferenciados. Dentre as principais alterações destaca-se a elevação dos descontos dos valores cobrados a título de juros e multa de 50% para 65%, a extensão do prazo de parcelamento de 84 para até 120 meses (para os demais débitos) e 60 meses (para os débitos previdenciários) e a autorização do uso de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL para pagamento de dívidas, até o limite de 70% do saldo remanescente. Atualmente, informamos que a proposta de transação individual aguarda apreciação por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional Seccional de São Paulo. Em 31/12/22, a Companhia possuía um endividamento bancário de R$ 26.290 mil com vencimentos diversos. Adicionalmente, temos um saldo de R$ 38.169 mil, referente a contraprestação sobre a aquisição da Heftos relacionada ao atingimento de metas comerciais que, caso venha a ser devida, o pagamento ocorrerá em 2026 e 2027. **- Despesas Financeiras**: As despesas financeiras da Companhia no período de janeiro a dezembro de 2022 alcançaram a cifra de R$ 10.890 mil. **b) Consolidado:** Em 31/12/2022, no Consolidado estão registrados endividamentos bancários no valor de R$ 43.583 mil. As despesas financeiras no Consolidado no período de janeiro a dezembro de 2022 alcançaram a cifra de R$ 26.284 mil. **5.5. Patrimônio Líquido:** Em 31/12/22, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R$ 97.000 mil.

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos Acionistas	Patrimônio líquido dos Acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**71.247**	**6.964**	**(318.225)**	**(240.014)**	**-**	**(240.014)**
Aumento de capital social	153.269	-	-	153.269	-	153.269
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	3.580	-	3.580	-	3.580
Realização reserva de reavaliação	-	(10.544)	10.544	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	190.137	190.137	-	190.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**224.516**	**-**	**(117.544)**	**106.972**	**-**	**106.972**
Aumento de capital social	70.000	-	-	70.000	-	70.000
Lucro líquido do período	-	-	(79.972)	(79.972)	-	(79.972)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**294.516**	**-**	**(197.516)**	**97.000**	**-**	**97.000**

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Critério de Identificação dos segmentos operacionais: A Companhia definiu a segmentação de seus estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O Saldo Patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Infra-estrutura	Óleo e Gás	Financeiro	Outros
Ativo				
Ativo Circulante	68.223	109.648	7	1.494
Outros Ativos Não Circulantes	40.534	37.279	3.112	49.163
Investimentos e Propriedade para Investimentos	45.000	-	-	276.991
Imobilizado e Intangível	20.856	157.732	-	7.630
Total do ativo	**174.612**	**304.659**	**3.120**	**335.277**
Passivo				
Passivo circulante	73.792	103.804	3.015	47.610
Passivo não circulante	30.163	54.561	-	190.668
Patrimônio Líquido	66.679	172.323	98	176.971
Total do passivo	**170.634**	**330.688**	**3.114**	**415.250**
Receita	106.001	278.301	-	167
Custo	(84.916)	(289.267)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(15.782)	(38.694)	(1)	(65.921)
Despesas de amortização Vlr justo	-	-	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	266	19	-	(17.411)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(22.081)
Resultado financeiro	(789)	(13.243)	8	(10.811)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(800)	37.126	-	36.084
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**3.979**	**(26.029)**	**6**	**(79.972)**

7. GESTÃO DE QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. No âmbito do QSMS, em junho de 2022, a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., subsidiária integral da Companhia, obteve o Certificado do seu Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 9001:2015, certificado este relativo à prestação de serviços em engenharia, execução de obras civis de saneamento, obras de arte especiais, montagens eletromecânicas e ampliação ou manutenção de plantas industriais. Tendo em vista o aprimoramento contínuo de suas operações na execução de seus contratos, a A&T-Infra deu início, em outubro de 2022, ao processo de certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO 14001:2015 e também do seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a ISO 45001:2018. Seguindo o mesmo princípio de melhoria contínua de seus processos, foi iniciada também na Heftos em novembro de 2022 a implementação das certificações dos seus Sistemas de Gestão Integrada de Qualidade, Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho em conformidade com as Normas ISO. Assim, ambas as empresas operacionais do Grupo ATSA deverão concluir seus processos de certificação em meados de 2023 e, com esse investimento, manter e garantir os níveis de excelência na execução dos serviços para atendimento de seus Clientes.

8. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

O Conselho de Administração aprovou em 15 de dezembro de 2021, a atualização do Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.azevedotravassos.com.br). De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas após o aniversário de 100 anos, o Grupo Azevedo & Travassos se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém, mantemos a convicção de que chegamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação ilibada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros. Nossa reputação e nossos colaboradores são os nossos ativos mais importantes, e essa atualização do Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar a atuação, não apenas das companhias do grupo, mas também de cada um de seus conselheiros, diretores e colaboradores. A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de seus integrantes. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se deve comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros. Ética é um princípio ásico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando na elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos. O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais - Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução - são fundamentais para atingimos um crescimento responsável e sustentável.

9. INSTRUÇÃO CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a empresa BDO RCS Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 31 de março de 2023

Ivan de Carvalho Junior
Diretor Presidente

Bernardino de A. Pimentel Mendes
Diretor Executivo de Operações

Bernardo Mendonça
Diretor de Relações com Investidores

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	373	1.141	11.671	19.339
Clientes	7	46	25	89.681	33.974
Estoques	8	-	908	24.910	19.073
Estoque de terrenos	9	-	-	18.301	18.301
Adiantamento a fornecedores	10	34	87	2.188	10.012
Impostos a recuperar	11	8	84	22.765	8.878
Despesas antecipadas		659	485	3.767	493
Outras contas a receber	12	373	969	6.090	7.456
		1.493	**3.699**	**179.373**	**117.526**
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	27.206	-	74.945	-
Outras contas a receber	12	12.947	1.243	1.367	1.243
		40.153	**1.243**	**76.312**	**1.243**
Investimentos	13	217.056	239.137	-	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	45.000	40.251
Imobilizado	15	7.563	7.401	79.974	60.585
Intangível	16	60.002	81.697	166.179	199.502
		284.621	**328.235**	**291.153**	**300.338**
Total do ativo		**326.267**	**333.177**	**546.838**	**419.107**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Notas**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Passivo circulante					
Arrendamento por direito de uso	18	180	-	16.967	-
Empréstimos e financiamentos	19	17.267	-	33.874	19.007
Fornecedores	20	5.089	12.927	39.844	27.639
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	16.834	1.194	57.296	25.614
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	22.1	1.506	1.621	1.506	1.621
Obrigações tributárias - outros impostos	22.2	3.330	1.940	41.767	16.016
Outras contas a pagar	23	3.403	6.050	36.967	7.887
		47.609	**23.732**	**228.221**	**97.784**
Passivo não circulante					
Arrendamento por direito de uso	18	2.054	-	6.796	-
Empréstimos e financiamentos	19	6.789	-	9.664	-
Salários, provisão para férias e encargos sociais	21	17.516	38.912	17.516	38.912
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	22.1	40.413	44.583	40.413	44.583
Obrigações tributárias - outros impostos	22.2	9.055	10.307	52.026	22.285
Provisão para obrigações legais	25	4.905	8.057	4.905	8.057
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	20.715	29.593	32.128	29.593
Outras contas a pagar	23	80.211	71.022	58.169	70.922
		181.658	**202.474**	**221.617**	**214.352**
Total do passivo		**229.267**	**226.206**	**449.838**	**312.136**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		294.516	224.516	294.516	224.516
Lucros ou Prejuízos acumulados		(197.516)	(117.545)	(197.516)	(117.545)
		97.000	**106.971**	**97.000**	**106.971**
Total do passivo e patrimônio líquido		**326.267**	**333.177**	**546.838**	**419.107**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos Acionistas	Patrimônio líquido dos Acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**71.247**	**6.964**	**(318.225)**	**(240.014)**	**-**	**(240.014)**
Aumento de capital social	153.269	-	-	153.269	-	153.269
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	3.580	-	3.580	-	3.580
Realização reserva de reavaliação	-	(10.544)	10.544	-	-	-
Lucro ou Prejuízo líquido do exercício	-	-	190.137	190.137	-	190.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**224.516**	**-**	**(117.544)**	**106.972**	**-**	**106.972**
Aumento de capital social	70.000	-	-	70.000	-	70.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(79.972)	(79.972)	-	(79.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**294.516**	**-**	**(197.516)**	**97.000**	**-**	**97.000**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2021**	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2021**
Receita de venda e serviços prestados, líquida	26	167	134	384.469	76.863
Custos na venda de produtos e serviços prestados	27	-	(234)	(374.184)	(53.128)
Lucro/(Prejuízo) do exercício		**167**	**(100)**	**10.285**	**23.735**
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(44.788)	(23.011)	(107.858)	(23.679)
Despesa de amortização vlr justo	27	(15.012)	-	(15.012)	-
Honorários dos administradores	27	(5.324)	(2.336)	(6.240)	(2.427)
Outras receitas e (despesas) operacionais	27	(18.208)	232.455	(8.683)	231.192
Equivalência patrimonial	13	(22.081)	15.579	(37)	(5.216)
Lucro operacional		**(105.246)**	**222.587**	**(127.545)**	**223.605**
Receitas financeiras	28	80	1	1.448	32
Despesas financeiras	28	(10.890)	(2.859)	(26.284)	(3.824)
		(10.810)	**(2.858)**	**(24.836)**	**(3.792)**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(116.056)**	**219.729**	**(152.381)**	**219.813**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	-	-	-	(84)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	36.084	(29.593)	72.409	(29.593)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(79.972)**	**190.136**	**(79.972)**	**190.136**
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(79.972)	190.136
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) por ação - R$		(1,47)	3,49	(1,47)	3,49

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	**01/01 a 31/12/2021**	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2021**
1 - RECEITAS				
1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	184	152	445.078	86.273
	184	**152**	**445.078**	**86.273**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 -Custo venda de produtos e serviços.	(660)	(33.392)	(50.773)	(41.331)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.825)	(15.360)	(158.460)	(37.994)
	(37.485)	**(48.752)**	**(209.233)**	**(79.325)**
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**(37.301)**	**(48.600)**	**235.845**	**6.948**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(15.852)	(434)	(38.885)	(684)
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	**(53.153)**	**(49.034)**	**196.960**	**6.264**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(22.081)	15.579	(37)	(5.216)
6.2 - Receitas financeiras	80	1	1.448	32
6.3 - Ganho de capital	-	182.421	-	182.421
6.4 - Avaliação valor justo / deságio	-	87.039	9.238	87.039
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**(75.154)**	**236.006**	**207.609**	**270.540**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	30.003	12.488	272.837	34.784
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	(27.311)	32.655	11.183	44.631
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.126	727	3.561	989
8.4.1 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(79.972)	190.136	(79.972)	190.136
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**(75.154)**	**236.006**	**207.609**	**270.540**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	**01/01 a 31/12/2021**	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2021**
Lucro (Prejuízo) do exercício	(79.972)	190.136	(79.972)	190.136
Realização reserva de reavaliação	-	6.964	-	6.964
Total do resultado abrangente do exercício	**(79.972)**	**197.100**	**(79.972)**	**197.100**
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(79.972)	197.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	**01/01 a 31/12/2021**	**01/01 a 31/12/2022**	**01/01 a 31/12/2021**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro ou Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(116.056)	219.729	(152.381)	219.813
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	15.852	434	38.885	683
Efeito líquido da baixa de imobilizado	5.681	(3.413)	(24.951)	(630)
Resultado de equivalência patrimonial	22.081	(15.579)	37	5.220
Empréstimos e financiamentos	6.789	-	9.664	-
Provisão para obrigações legais	(3.152)	3.026	(3.152)	(22.256)
Avaliação valor justo / Deságio	-	-	(4.749)	-
	(68.805)	204.197	(136.647)	202.830
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	(21)	(14)	(55.707)	(20.362)
Estoques	908	(879)	(5.837)	(139)
Estoques de imóveis	-	4.215	-	4.215
Impostos a recuperar e outros créditos	(11.207)	34.357	(15.919)	40.505
Adiantamento a fornecedores	53	476	7.824	4.382
Aumento de Capital com a Investida	-	(48.784)	-	-
	(10.267)	(10.629)	(69.639)	28.601
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(7.838)	7.787	12.205	(166.831)
Arrendamento por direito de uso	2.234	-	23.763	-
Salários, provisão férias e encargos sociais	(5.756)	19.230	10.286	(63.125)
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	(4.147)	(2.026)	51.207	(45.211)
Outras contas a pagar	6.544	(129.010)	16.290	36.014
	(8.963)	(104.019)	113.751	(239.153)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(88.035)**	**89.549**	**(92.535)**	**(7.722)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	-	(246.103)	-	(120.829)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**-**	**(246.103)**	**-**	**(120.829)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	17.267	-	14.867	(17.019)
Aumento de capital social	70.000	153.269	70.000	153.269
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**87.267**	**153.269**	**84.867**	**136.250**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(768)**	**(3.285)**	**(7.668)**	**7.699**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.141	4.426	19.339	11.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	373	1.141	11.671	19.339
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(768)**	**(3.285)**	**(7.668)**	**7.699**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Atividades das empresas do Grupo: A **Azevedo & Travassos S.A.** ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, nº 1.050, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como "Grupo". A controladora ATSA bem como a sua controlada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades. HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") tem como atividades principais a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up. Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST") tem como atividades principais a participação em outras sociedades,

continuação

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **3.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.15. Reconhecimento da receita: 3.15.1. Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato. O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC) que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.16. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **4.1. Reconhecimento das receitas:** As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência. **4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório. **4.4. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:** A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis. **4.5. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4.6. Impostos:** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/ CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (ii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iii) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **c) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

5.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estaram em vigor em 31 de dezembro de 2022: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; c) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alteração na norma IAS 1/CPC 26: a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	23	8	108	26
Banco conta movimento	349	1.132	3.855	19.312
Aplicações financeiras	1	1	7.708	1
	373	1.141	11.671	19.339

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras são formadas por CDBs e Trust DI. São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

7. CLIENTES

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo locações e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber faturado	46	25	32.389	18.343
Contas a receber a faturar	-	-	57.292	15.631
	46	25	89.681	33.974

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	16	25	75.490	32.442
Vencidas				
1 a 60 dias	-	-	12.873	1.245
61 a 180 dias	-	-	411	21
Acima de 180 dias	30	-	907	266
Total contas a receber	46	25	89.681	33.974
Saldo de clientes líquido	46	25	89.681	33.974

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Material de construção e peças de manutenção	908	10.407	12.077	
Material de revenda	-	14.503	6.996	
	908	24.910	19.073	

9. ESTOQUES DE TERRENOS

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	18.301	18.301
	18.301	18.301

	M²	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda			
Lote Elísio (i) (ii)	22.999	9.835	9.835
Lote 3	5.465	3.165	3.165
Lote 4	4.343	2.851	2.851
Lote 5	1.348	1.139	1.139
Lote 6	1.536	1.311	1.311
Total	35.691	18.301	18.301

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o lote Elísio está arrolado no REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000 (vide Nota Explicativa nº 21.a);

(ii) Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	24	80	1.233	7.843
Fornecedores internacionais	-	-	-	1.747
Salários	-	-	-	415
Outros adiantamentos	10	7	955	7
	34	87	2.188	10.012

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF	1	-	9.920	5.240
CSLL	-	-	3.241	2.031
ICMS	-	-	611	870
INSS	-	-	990	-
PIS	-	-	1.405	-
COFINS	-	-	6.407	-
Outros impostos a recuperar	7	84	191	737
	8	84	22.765	8.878

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas (Nota 17)	11.733	-	848	-
Depósito judicial	1.214	1.243	1.367	1.243
Conta Corrente - Consórcio	-	-	2.487	6.192
Outras contas a receber	373	969	2.755	1.264
	13.320	2.212	7.457	8.699
Circulante	373	969	6.090	7.456
Não circulante	12.947	1.243	1.367	1.243

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	70.657	66.679
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	146.294	172.360
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.	105	98
Total investimento	217.056	239.137

(b) Contexto operacional das empresas investidas: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.: A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATINFRA"), sociedade empresarial do tipo limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Av. Das Nações Unidas, 12.901, 21º andar - Torre Norte - Brooklin Paulista, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2022, de 66.950.153 cotas. **HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A.:** HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida São Gabriel, 301, 1º andar, sala 101, Jardim Paulista, e cujo objeto social é a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up. O capital social, subscrito e integralizado da HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. é composto, em 31 de dezembro de 2022, de 214.048.897 cotas. **Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.:** Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Bueno da Ribeira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confiram o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a prática de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores. O capital social, subscrito e integralizado da Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2022, de 100.000 cotas.

c. Movimentação das investidas

	ATINFRA	HEFTOS	INFRAINVEST	Controladora TOTAL
Saldo final em 31/12/2020	19.196	-	-	19.196
Resultado de equivalência patrimonial	(1.301)	22.098	(2)	20.795
Aumento de capital	48.784	-	-	48.784
Aquisição de investimento	-	150.262	100	150.362
Saldo final em 31/12/2021	66.679	172.360	98	239.137
Resultado de equivalência patrimonial	3.979	(26.066)	6	(22.081)
Saldo final em 31/12/2022	70.658	146.294	104	217.056

d. Informações sobre as empresas investidas:

	ATINFRA		HEFTOS		INFRAINVEST	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo	174.612	70.581	304.660	254.488	3.120	100
Passivo	103.954	3.902	158.365	82.129	3.016	2
Patrimônio líquido	66.679	67.980	172.323	150.261	98	100
Lucro ou Prejuízo do exercício	3.979	(1.301)	(26.029)	22.098	6	(2)

14. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Terrenos: A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo. O registro das propriedades para investimento ocorreu pela transferência dos terrenos da Controladora na integralização de capital feita em 30 de setembro de 2021 a valor de mercado de R$ 40.251.

Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	40.251	-
Ajuste a valor justo	4.782	-
Impairment	(33)	-
Aquisições	-	40.251
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	45.000	40.251

Em 31 de março de 2022, a Companhia realizou a avaliação das propriedades para investimentos, através de laudo de avaliação, atualizando os ativos a valor de mercado.

Relação dos imóveis

Item	Descrição	31/12/2022	Ajuste AVP	31/12/2021
1	**Terreno** Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 55.568,39m2 Cidade: São Paulo	28.960	3.676	25.284
2	**Terreno** Endereço:Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 18.144,65m2 Cidade: São Paulo	8.800	1.051	7.749
3	**Terreno** Endereço:Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do O Area: 6.697,14m² Cidade: São Paulo	3.330	(33)	3.363,00
4	**Terreno** Endereço:Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 2.441,36m² Cidade: São Paulo	1.180	14	1.166
5	**Terreno** Endereço:Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 5.629,50m2 Cidade: São Paulo	2.730	41	2.689
TOTAL		45.000	4.749	40.251

15. IMOBILIZADO

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

Descrição	Imobilização em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Prop. Terceiros	Direitos de uso arrendamentos	Controladora Total
Custo:														
Saldo em 31/12/2020	-	6.507	9	-	-	-	-	311	522	7.815	-	-	-	15.164
Adições	32	-	229	4.663	500	1.994	327	(309)	-	-	216	-	-	7.652
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	(6.507)	(9)	-	-	-	(287)	(2)	(522)	(7.815)	-	-	-	(15.142)
Saldo em 31/12/2021	32	-	229	4.663	500	1.994	40	-	-	-	216	-	-	7.674
Saldo em 31/12/2021	32	-	229	4.663	500	1.994	40	-	-	-	216	-	-	7.674
Adições	-	-	5	-	-	-	76	-	-	-	12	243	2.241	2.577
Transferência	-	-	2.085	(435)	-	-	308	-	-	-	-	-	-	1.958
Baixa	(32)	-	-	(1.000)	-	(1.994)	-	-	-	-	36	-	-	(2.990)
Saldo em 31/12/2022	-	-	2.319	3.228	500	-	424	-	-	-	264	243	2.241	9.219
Depreciação acumulada:														
Percentual de depreciação / ano	4%	4%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	-	-	10%	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	(2.898)	-	-	-	-	-	(237)	-	(856)	-	-	-	(3.991)
Despesa de depreciação no exercício	-	(195)	(214)	-	-	-	(264)	-	-	(44)	(35)	-	-	(752)
Transferência	-	-	-	-	-	-	237	-	-	-	-	-	-	237
Baixa	-	3.093	2	-	-	-	-	237	-	900	1	-	-	4.233
Saldo em 31/12/2021	-	-	(212)	-	-	-	(27)	-	-	-	(34)	-	-	(273)
Saldo em 31/12/2021	-	-	(212)	-	-	-	(27)	-	-	-	(34)	-	-	(273)
Despesa de depreciação no exercício	-	-	(318)	(381)	(125)	-	(40)	-	-	-	(30)	(40)	(523)	(1.457)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74
Saldo em 31/12/2022	-	-	(530)	(307)	(125)	-	(67)	-	-	-	(64)	(40)	(523)	(1.656)
Imobilizado líquido em 31/12/2021	32	-	17	4.663	500	1.994	13	-	-	-	-	-	-	7.401
Imobilizado líquido em 31/12/2022	-	-	1.789	2.921	375	-	357	-	-	-	200	203	1.718	7.563

Descrição	Imobilização em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Prop. Terceiros	Direitos de uso arrendamentos	Consolidado Total
Custo:														
Saldo em 31/12/2020	-	6.566	7.040	-	10.343	-	-	3.814	522	7.815	-	-	-	36.100
Adições	32	-	24.976	4.663	513	1.994	454	-	34.090	-	764	-	-	67.486
Baixas	-	(6.566)	(12.398)	-	(10.343)	-	(388)	(3.814)	(522)	(7.815)	(16)	-	-	(41.862)
Saldo em 31/12/2021	32	-	19.618	4.663	513	1.994	66	-	34.090	-	748	-	-	61.724
Saldo em 31/12/2021	32	-	19.618	4.663	513	1.994	66	-	34.090	-	748	-	-	61.724
Adições	-	-	2.310	4	-	-	603	-	-	-	1.342	243	23.618	28.120
Transferências	-	-	2.084	(435)	-	(1.994)	309	-	-	-	36	-	-	-
Baixas	(32)	-	-	(1.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.032)
Saldo em 31/12/2022	-	-	24.012	3.232	513	-	978	-	34.090	-	2.126	243	23.618	88.812
Depreciação acumulada:														
Percentual de depreciação / ano	4%	4%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	-	-	10%	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	(2.951)	(6.471)	-	(8.291)	-	-	(3.187)	-	(856)	-	-	-	(21.756)
Despesa de depreciação no exercício	-	(195)	(1.047)	-	(5)	-	(265)	-	-	(44)	(62)	-	-	(1.618)
Baixas	-	3.146	6.473	-	8.291	-	237	3.187	-	900	1	-	-	22.235
Saldo em 31/12/2021	-	-	(1.045)	-	(5)	-	(28)	-	-	-	(61)	-	-	(1.139)
Saldo em 31/12/2021	-	-	(1.045)	-	(5)	-	(28)	-	-	-	(61)	-	-	(1.139)
Despesa de depreciação no exercício	-	-	(3.265)	(381)	(128)	-	(147)	-	-	-	(354)	(41)	(3.457)	(7.773)
Baixas	-	-	-	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74
Saldo em 31/12/2022	-	-	(4.310)	(307)	(133)	-	(175)	-	-	-	(415)	(41)	(3.457)	(8.838)
Imobilizado líquido em 31/12/2021	32	-	18.573	4.663	508	1.994	38	-	34.090	-	687	-	-	60.585
Imobilizado líquido em 31/12/2022	-	-	19.702	2.925	380	-	803	-	34.090	-	1.711	202	20.161	79.974

16. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Controladora 31/12/2022 Custo	Amortização	Líquido	Controladora 31/12/2021 Líquido
Softwares	20,00	21	(4)	17	11
Backlog	33,33	38.625	(12.875)	25.750	38.625
Marcas	5,88	36.321	(2.136)	34.185	36.321
Projetos em andamento		50	-	50	6.740
Total		75.017	(15.015)	60.002	81.697

	Taxa anual de amortização %	Consolidado 31/12/2022 Custo	Amortização	Líquido	Consolidado 31/12/2021 Líquido
Softwares	20,00	257	(115)	142	11
Acervo técnico	10,00	117.775	(11.776)	105.999	117.775
Licenças		63	(10)	53	22
Backlog	33,33	38.625	(12.875)	25.750	38.625
Marcas	5,88	36.321	(2.136)	34.185	36.321
Projetos em andamento		50	-	50	6.748
Total		193.091	(26.912)	166.179	199.502

A movimentação do saldo dos intangíveis ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Controladora 31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Softwares	11	10	-	21
Backlog	38.625	-	-	38.625
Marcas	36.321	-	-	36.321
Projetos em Andamento (i)	6.740	340	(7.030)	50
Total	81.697	350	(7.030)	75.017

(i) Baixa por realização - Projetos em andamentos (aquisição Heftos)

	Consolidado 31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Softwares	11	246	-	257
Acervo técnico	117.775	-	-	117.775
Licenças	22	41	-	63
Backlog	38.625	-	-	38.625
Marcas	36.321	-	-	36.321
Projetos em Andamento (i)	6.748	340	(7.038)

continuação

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

27. GASTOS POR NATUREZA

	Controladora									
	31/12/2022					31/12/2021				
	DRE.CUSTOS	DRE.GERAIS	DRE.OUTRAS	DRE.AMORTIZA		DRE.CUSTOS	DRE.GERAIS	DRE.OUTRAS		
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Outras despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	
Salários e encargos	-	(30.003)	-	-	(30.003)	(99)	(12.388)	-	(12.487)	
Serviços contratados de terceiros	-	(14.957)	-	-	(14.957)	(28)	(8.888)	-	(8.916)	
Outras provisões e despesas	-	-	(983)	-	(983)	-	-	(33.365)	(33.365)	
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	(126)	-	(126)	-	-	207.605	207.605	
Materiais	-	-	-	-	-	(5)	-	-	(5)	
Avaliação valor justo / Deságio	-	-	-	-	-	-	-	87.039	87.039	
Amortizações	-	-	-	(15.012)	(15.012)	-	-	-	-	
Outras despesas	-	(5.152)	(17.099)	-	(22.251)	(102)	(4.071)	(28.824)	(32.997)	
	-	**(50.112)**	**(18.208)**	**(15.012)**	**(83.332)**	**(234)**	**(25.347)**	**232.455**	**206.874**	

	Consolidado									
	31/12/2022					31/12/2021				
		Despesas gerais e	Outras receitas e	Outras			Despesas gerais e	Outras receitas e		
	Custos	administrativas	despesas	despesas	Total	Custos	administrativas	despesas	Total	
Salários e encargos	(232.546)	(49.605)	-	-	(282.151)	(25.751)	(10.521)	-	(36.272)	
Serviços contratados de terceiros	(64.984)	(27.075)	-	-	(92.059)	(6.881)	(9.740)	-	(16.621)	
Materiais	(43.654)	-	-	-	(43.654)	(11.791)	-	-	(11.791)	
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	(106)	-	(106)	-	-	207.605	207.605	
Avaliação valor justo	-	-	4.749	-	4.749	-	-	87.039	87.039	
Amortizações	-	-	-	(15.012)	(15.012)	-	-	-	-	
Outras despesas	(33.000)	(37.418)	(12.343)	-	(82.761)	(8.705)	(5.845)	(30.087)	(44.637)	
	(374.184)	**(114.098)**	**(8.683)**	**(15.012)**	**(511.977)**	**(53.128)**	**(26.106)**	**231.192**	**151.958**	

28. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	-	-	378	-
Descontos obtidos	37	1	154	13
Juros ativos	21	-	70	8
Rendimentos aplicações financeiras	22	-	846	11
	80	**1**	**1.448**	**32**
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(4)	-	(105)	-
Descontos concedido	-	-	(510)	-
Pis/Cofins receita financeira	-	-	(66)	
Juros passivos (tributos, fornecedores e outros)	(10.886)	(2.859)	(25.603)	(3.824)
	(10.890)	**(2.859)**	**(26.284)**	**(3.824)**
Receita / despesa líquida	**(10.810)**	**(2.858)**	**(24.836)**	**(3.792)**

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(116.056)**	**219.729**	**(152.381)**	**219.813**
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**39.459**	**(74.708)**	**51.810**	**(74.736)**
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.508)	(5.297)	13	1.773
Despesas indedutíveis	(5.881)	-	(5.888)	-
Imposto de renda e contribuição social aliquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(10.268)	-	(10.268)	-
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido de períodos anteriores (i) (ii)	20.282	-	36.742	-
Outras (adições) exclusões	-	50.412	-	43.286
Imposto de renda e contribuição social apurados	**36.084**	**(29.593)**	**72.409**	**(29.677)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	(84)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	36.084	(29.593)	72.409	(29.593)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**36.084**	**(29.593)**	**72.409**	**(29.677)**
Alíquota efetiva	31%	13,47%	48%	13,50%

A metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no exercício de 2021, foi pela apuração pelo Lucro Real Trimestral, tendo a administração optado pela apuração pelo Lucro Real Anual no exercício de 2022. Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa - (ii)	-	-	23.036	-
Prejuízo fiscal e base negativa - Refis (i)	20.282	-	20.282	-
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis/tributárias	1.668	-	1.668	-
Despesa de Amortização (Intangível - Vlr Justo)	5.104	-	5.104	-
Provisão de Impairment (Ativo Imobilizado e Intangível) HEFTOS	-	-	14.634	-
Despesas com Arrendamento Mercantil (IFRS 16)	152	-	759	-
Ativos contabilizados	**27.206**	**-**	**65.483**	**-**

...continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos				
Reavaliação de bens	-	-	-	-
Ganho na compra vantajosa (deságio) - Heftos	(20.715)	(29.593)	(20.715)	(29.593)
Valor Justo Propriedade para investimento	-	-	(1.615)	-
Diferimento Contas a Receber	-	-	(336)	-
Passivos contabilizados	**(20.715)**	**(29.593)**	**(22.666)**	**(29.593)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	6.491	(29.593)	42.817	(29.593)

Exercício	Controladora		Consolidado	
2023	20.282	75%	20.282	31%
2024	692	3%	4.520	7%
2025 em diante	6.232	23%	40.681	62%
Total	**27.206**	**100%**	**65.483**	**100%**

(i) A Companhia reconheceu imposto de renda diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sendo que pretende utilizar a maior parte no processo de transação tributária junto a PGFN (Nota 32.f)

(ii) Créditos tributários das subsidiárias Heftos e ATInfra foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos.

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Critério de identificação dos segmentos operacionais: A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Infraestrutura	Óleo e Gás	Financeiro	Outros
Ativo				
Ativo Circulante	68.223	109.648	7	1.494
Outros Ativos Não Circulantes	40.534	37.279	3.112	49.163
Investimentos e Propriedade para Investimentos	45.000	-	-	276.991
Imobilizado e Intangível	20.856	157.732	-	7.630
Total do ativo	**174.612**	**304.659**	**3.120**	**335.277**
Passivo				
Passivo circulante	73.792	103.804	3.015	47.610
Passivo não circulante	30.163	54.561	-	190.668
Patrimônio Líquido	66.679	172.323	98	176.971
Total do passivo	**170.634**	**330.688**	**3.114**	**415.250**
Receita	106.001	278.301	-	167
Custo	(84.916)	(289.267)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(15.782)	(38.964)	(1)	(65.921)
Despesa de amortização Vlr justo	-	-	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	266	19	-	(17.411)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(22.081)
Resultado financeiro	(789)	(13.243)	8	(10.811)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(800)	37.126	-	36.084
Lucro / prejuízo líquido do exercício	**3.979**	**(26.029)**	**6**	**(79.972)**

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95. **a. Fatores de risco financeiro:** Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos. **Risco de taxa de juros (risco de mercado):** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade. **Riscos de liquidez:** Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Deferimento de requerimento de liquidação planejada de execuções trabalhistas: A Companhia tem honrado com os compromissos assumidos quando da homologação do PPLE em 16 de setembro de 2020, e vêm obtendo êxito no afastamento de novos bloqueios judiciais de suas contas e recebimentos, trazendo nova tranquilidade para a condução de seus compromissos financeiros e gestão de seu fluxo de caixa. Existe a possibilidade de redução do total devido, em função de recálculos referentes a juros, sendo que neste momento, não é possível a mensuração do possível benefício patrimonial final. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia já havia quitado 28 parcelas de um total de 36. **b. Assinatura do Contrato Autopista Fernão Dias S.A.:** Em 18 de julho de 2022, a A&T Infra assinou contrato com a Autopista Fernão Dias S.A., empresa integrante do Grupo Arteris que é a operadora da concessão da Rodovia Fernão Dias (BR 381). O escopo do contrato é a prestação de serviços de engenharia e construção e será executado em regime de empreitada pelo preço global R$ 236.722.434,43 (duzentos e trinta e seis milhões setecentos e vinte e dois mil quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos). O contrato possui prazo determinado de 24 meses. **c. Assinatura do Aditivo Contratual com a Trident Energy do Brasil Ltda:** Em 19 de julho de 2022, a Heftos assinou um aditivo contratual com a Trident Energy do Brasil Ltda. O escopo do aditivo é a continuação da prestação de serviços offshore, com preço global estimado de, aproximadamente, R$ 131.000.000,00 (cento e trinta e um milhões de reais). O aditivo possui prazo determinado de 12 meses. **d. Certificado de Gestão de Qualidade (ISO 9001):** Em 18 de junho de 2022, a A&T Infra obteve o Certificado do seu Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com a Norma ISO 9001:2015, no âmbito de prestação de serviços em engenharia, execução de obras civis de saneamento, obras de arte especiais, montagens eletromecânicas e ampliação ou manutenção de plantas industriais. A auditoria e emissão do certificado foram feitas pela DNV - Business Assurance. **e. Homologação do aumento de capital:** Em 5 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia dentro do limite de capital autorizado, dentro dos termos deliberados em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de maio de 2022. **f. Proposta de transação tributária:** Em 09 de setembro de 2022, a Azevedo & Travassos S.A. protocolou, junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo, proposta de transação individual, com fundamento no artigo 50 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e alterações trazidas pela Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022. Por força da nova legislação em vigor, o processo de transação tributária passou a ter condições diferenciadas. Dentre as principais alterações destacam-se: (I) a elevação de 50% para 65% dos descontos dos valores cobrados a título de juros e multa; (II) a extensão do prazo de parcelamento de 60 meses para os débitos previdenciários e de 84 meses para até 120 meses para os demais débitos; e (III) a autorização do uso de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL para abatimento da dívida, até o limite de 70% do saldo remanescente. **g. Contrato Autopista Litoral Sul S.A:** Em 13 de outubro de 2022, a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda assinou contrato com a Autopista Litoral Sul S.A., sociedade integrante do Grupo Arteris e operadora da concessão do trecho conhecido como Corredor do Mercosul, compreendido pelo Contorno Leste de Curitiba (BR 116), a BR 376 e a BR 101, bem como o Contorno Viário de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. O escopo do contrato é a prestação de serviços de engenharia e construção. O contrato será executado em regime de empreitada com valor estimado de R$ 352.071.985,37 (trezentos e cinquenta e dois milhões setenta e um mil novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos). Será executado em 15 meses. **h. Contrato Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS:** Em 26 de dezembro de 2022, por meio de consórcio de sociedades, firmado entre sua subsidiária integral Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., e a Empresa Construtora Brasil S.A., na proporção de 50% para cada consorciada, assinou contrato com a COMGÁS para a implantação de tubulação e acessórios em quatro trechos de interligação de gasodutos das redes principais de gás natural da COMGÁS. O escopo deste contrato é a construção e montagem de trechos de gasodutos em aço no total de 84 quilômetros. O contrato tem valor estimado em R$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de reais) e será executado em 24 meses.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros do Conselho de Administração

Gabriel Antônio Soares Freire Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Omar Tanus de Araújo Maluf
Thiago Abdelmajed Chiquita
Guilherme Pimentel Mendes de Carvalho
Bernardo Negredo Mendonça de Araújo
Ricardo de Almeida Pimentel Mendes

DIRETORIA

Ivan de Carvalho Júnior
Diretor Presidente

Bernardo Negredo Mendonça de Araújo
Diretor de Relações com Investidores

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes
Diretor Executivo

CONTADOR

Juliana de Carvalho Piepenbrink
CRC: SP - 278255/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Azevedo & Travassos S.A., São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Azevedo & Travassos S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Azevedo & Travassos S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas ao longo do tempo: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.15, a Companhia reconhece a receita dos contratos considerando seu estágio de execução por meio do método de porcentagem de conclusão (POC) que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Tal valor compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais. Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista que o processo de reconhecimento de receita envolve julgamento da Administração na determinação do orçamento e os controles que permitam o efetivo acompanhamento da execução de cada contrato, impactando o contas a receber e/ou adiantamento de clientes.

Resposta da auditoria ao assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo orçamentário adotado pela Companhia;
- Avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia;
- Teste documental, em base amostral, sobre a base de vendas, aditivos e custos incorridos;
- Avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos ajustes com relação a essas transações, que não foram realizados pela Companhia por serem considerados não materiais. Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para contingências, acordos trabalhistas e obrigações tributárias: De acordo com a Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis, a Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado a título de provisão o valor de R$ 4.905 mil na controladora e no consolidado, além de causas possíveis divulgadas no montante de R$ 39.121. No exercício de 2022, a Companhia realizou diversos acordos trabalhistas que estão refletidos na Nota Explicativa nº 21 no montante de R$ 32.188 mil. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 22, a Companhia possui diversas obrigações tributárias em atraso, que resultaram em parcelamentos. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, além do julgamento na avaliação das estimativas.

Resposta da auditoria ao assunto: Considerando a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas discussões judiciais, qualquer mudança de prognóstico pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos em andamento, bem como a respectiva avaliação de valores e probabilidade de perda;
- Envolvimento dos nossos especialistas das áreas tributária e trabalhista para recálculo e validação dos parcelamentos existentes e acordos realizados;
- Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos certos ajustes que foram registrados nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais, determinamos que as provisões estão apropriadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4E50-A7C5-1E3A-6C40.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4E50-A7C5-1E3A-6C40 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4E50-A7C5-1E3A-6C40

Hash do Documento

4B6F929957904F0A3E6DD7F7FE70DB5E65B74F36B2E51C6F8E7710FC9762B1C5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

TALUDE CONSTRUÇÕES S.A.

CNPJ 14.914.786/0001-67

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo circulante		**6.666.012**	**8.964.975**	**15.658.138**	**18.085.433**
Caixa e equivalentes de caixa	3	871.250	147.994	9.358.620	5.730.933
Contas a receber de clientes	4	394.226	394.226	4.398.504	4.849.262
Adiantamentos		785.032	770.751	808.447	762.688
Impostos a recuperar	5	-	40.855	4.301	396.582
Partes relacionadas	6	4.615.505	4.161.150	1.088.267	2.895.970
Valores a receber		-	3.450.000	-	3.450.000
Ativo não circulante		**28.149.615**	**15.359.693**	**23.221.130**	**11.483.073**
Valores a receber		750.000	750.000	750.000	750.000
Depósitos judiciais		39.891	39.891	39.891	39.891
Investimentos	7	16.690.523	3.886.410	11.727.258	-
Imobilizado	8	184.134	198.325	218.914	208.115
Intangível	9	10.485.067	10.485.067	10.485.067	10.485.067
Total do ativo		**34.815.627**	**24.324.668**	**38.879.268**	**29.568.507**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Passivo circulante		**3.207.755**	**747.700**	**7.201.728**	**2.542.857**
Fornecedores de bens e serviços	10	2.806	12.554	2.806	14.331
Obrigações trabalhistas, salários e encargos	11	227.731	141.754	803.210	680.567
Obrigações fiscais	12	44.271	99.492	1.264.250	1.112.062
Partes relacionadas	6	780.105	17.802	3.018.314	435.627
Demais contas a pagar		2.152.842	476.099	2.113.148	300.271
Passivo circulante		**7.125.054**	**7.125.054**	**7.125.054**	**7.125.054**
Partes relacionadas		7.125.054	7.125.054	7.125.054	7.125.054
Patrimônio líquido		**24.482.818**	**16.451.913**	**21.682.312**	**18.051.551**
Capital social	13.1	10.211.660	10.211.660	10.211.660	10.211.660
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.200.000	-	4.200.000
Reserva legal		1.029.507	73.431	1.029.507	73.431
Reserva de lucros		13.241.651	1.966.822	10.441.145	3.566.461
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.870.174	1.849.044
Total do patrimônio líquido consolidado		**24.482.818**	**16.451.913**	**24.552.486**	**19.900.595**
Total do passivo e patrimônio líquido		**34.815.627**	**24.324.668**	**38.879.268**	**29.568.507**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total atribuído aos acionistas controladores	Total atribuído aos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.211.660	4.272.896	-	4.200.000	18.024.440	660.117	18.684.556
Lucro do exercício	-	5.483.254	-	-	3.020.075	2.463.179	5.483.254
Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas	-	(1.276.092)	-	-	-	(1.276.092)	(1.276.092)
Constituição de reserva legal	-	(73.431)	73.431	-	-	-	-
Investimentos de não controladores realizados em controladas	-	-	-	-	-	1.840	1.840
Outros resultados reflexos	-	(2.992.963)	-	-	(2.992.963)	-	(2.992.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.211.660	5.413.664	73.431	4.200.000	18.051.551	1.849.044	19.900.595
Lucro do exercício	-	15.184.097	-	-	13.381.633	1.802.464	15.184.097
Efeito reflexo da distribuição de lucros realizados em controladas	-	(3.231.666)	-	-	(2.448.442)	(783.224)	(3.231.666)
Baixa AFAC - aumento futuro de capital	-	-	-	(4.200.000)	(4.200.000)	-	(4.200.000)
Constituição de reserva legal	-	(956.076)	956.076	-	-	-	-
Investimentos de não controladores realizados em controladas	-	1.890	-	-	-	1.890	1.890
Outros resultados reflexos	-	(3.102.430)	-	-	(3.102.430)	-	(3.102.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.211.660	13.309.479	1.029.507	-	21.682.312	2.870.174	24.552.486

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Talude Construções S.A.("Companhia"), com sede na Rua Ibateguara,170, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, tem como objeto social o ramo da construção civil em geral, conforme mencionado em seu Estatuto Social artigo 3º. As funções administrativas e estrutura financeira são compartilhadas entre empresas relacionadas, sendo os custos administrativos rateados entre as partes envolvidas. Pelo fato de pertencerem ao mesmo grupo econômico, não há incidência de encargos financeiros sobre transações entre partes relacionadas por tratar-se de operações de conta-corrente mercantil. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** Demonstrações financeiras individuais da Controladora - As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desde 2014, com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB e Deliberação CVM nº 733/2014, que aprovou o Documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionada a citada revisão do IAS 27, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade também com a IFRS. Demonstrações financeiras consolidadas - As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas -** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. **2.2.2. Instrumentos financeiros - a) Classificação e mensuração -** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado -** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Empréstimos e recebíveis -** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **b) "*impairment*" de ativos financeiros -** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ('*impairment*'). Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "*impairment*" são incorridos somente se há evidência objetiva de "*impairment*" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "*impairment*" incluem: • Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados a taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **c) Instrumentos derivativos -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **2.2.3. Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos), deduzidas da estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e na experiência de acordos realizados em anos anteriores para o retorno de algumas vendas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.2.4. Imposto de Renda e Contribuição Social -** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido, sendo que as bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social são calculadas à razão de 8% e 32%, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **2.2.5. Imobilizado -** Registrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 8 (que se aproximam das respectivas vidas úteis dos ativos). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **Redução ao valor recuperável de ativos -** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **2.2.6. Ativos intangíveis -** Ativos intangíveis compreendem direitos de uso de software e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização no período, apurados de forma linear com base na vida útil definida. **2.2.7. Provisões -** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. **2.2.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais -** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.2.9. Benefícios a funcionários - a) Benefícios de demissão -** Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está comprometida com o encerramento do vínculo empregatício do funcionário, segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de demissão devido a uma oferta de demissão voluntária. **b) Outros benefícios -** Os benefícios concedidos a funcionários e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.2.10. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes) -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.11. Reconhecimento de receita -** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas pela efetiva prestação dos serviços, sendo apresentadas líquidas de descontos e impostos relacionados às vendas. **2.2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes (quando da ocorrência de efeitos relevantes). Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.2.13. Consolidação -** Controladas são todas a entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são consideráveis quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. *As participações nas controladas são conforme seguem:*

Participação total em sociedades em conta de participação %

	2022		2021	
Controladas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
SCP - DVR - Acesso Viário Limeira - 3038	78%		78%	
SCP - Emergencial Córrego Rapadura - 3042	*		50%	
SCP - CRB PGF PCES - 3043	*		68%	
SCP - Grelha Av. 9 de Julho - 3045	*		50%	
SCP - Emergencial Córrego Jaguarezinho - 3046	*		50%	
SCP - DER Lote 36 - 3048	70%		70%	
SCP - DER - 3049 - 5 Lagos - Vacina	68%		**	
SCP - 3050 - Emerg. Comunidade Húngara		50%	**	
SCP - 3053 - Emergencial Aclimação		50%	**	
SCP - DER - 3055 - Quadra - Vicinal	75%	**		
SCP - DER - 3056 - Campo Limpo - Vicinal	75%	**		
SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - Km 22 - OS	75%	**		
SCP - 3059 - ABV - MIKE - UNO	75%	**		
SCP - 3060 - Emergencial Glicério		50%	**	

(*) Sociedades em conta de participações encerradas em 2022.
(**) Sociedades em conta de participações iniciadas em 2022.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa	100	100	100	13.574
Bancos	8.509	6.009	8.536	6.035
Aplicações financeiras	862.641	141.885	9.349.983	5.711.324
	871.250	**147.994**	**9.358.620**	**5.730.933**

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Clientes nacionais	394.226	394.226	4.398.504	4.849.262
	394.226	**394.226**	**4.398.504**	**4.849.262**
Ativo circulante	**394.226**	**394.226**	**4.398.504**	**4.849.262**
Ativo não circulante	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
A vencer	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Em até 30 dias	-	-	4.398.504	796.836
Vencidos				
Em até 30 dias	-	-	-	-
Entre 30 a 90 dias	-	-	-	-
Entre 91 a 120 dias	-	-	-	-
Entre 121 a 240 dias	-	-	-	-
Entre 241 a 360 dias	394.226	394.226	-	-
Mais de 360 dias	-	-	-	-
	394.226	**394.226**	**4.398.504**	**796.836**

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
IRRF sobre aplicações financeiras	-	-	106	108
ISS retido pelo cliente	-	31.770	-	31.770
INSS sobre faturamento	-	9.085	4.195	364.704
	-	**40.855**	**4.301**	**396.582**

6. Partes relacionadas: A Companhia apresenta, no balanço patrimonial, o saldo líquido de valores a receber e a pagar junto a partes relacionadas classificado como ativo ou passivo circulante e não circulante. As transações com partes relacionadas representam operações de conta-corrente com empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico registradas pelo valor original, as quais foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes, não havendo vencimento estipulado, bem como não há remuneração dos montantes. Sua composição é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
Ativo circulante				
Contas-correntes a receber (ativo)	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Talude Comercial e Construtora Ltda.	-	284.143	202.004	1.535.502
Consórcio Romeirão	162.496	1.301.481	162.496	1.301.481
SCP - DVR - 3038 - Acesso Viário Limeira	1.648.000	1.404.329	-	-
Talude Construções - Consórcio Estoril	615.615	-	-	-
ARPA COML e Construtora	438.531	-	454.341	58.987
2SS Construções	253.494	-	269.426	-
SCP Talude Construções S.A. - 3043	-	369.546	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3048	34.679	239.943	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3046	-	351.713	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3055	348.184	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3049	388.900	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3056	96.981	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3057	103.625	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3059	75.000	-	-	-
SCP Talude Construções S.A. - 3058	450.000	-	-	-
Consórcio Talude/Japy - 3047	-	209.995	-	-
	4.615.505	**4.161.150**	**1.088.267**	**2.895.969**

	Controladora		Consolidado	
Passivo circulante e não circulante				
Contas-correntes a pagar (passivo)	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Manipuera Empreendimentos	7.125.054	7.125.054	7.125.054	7.125.054
Dalla Engenharia Ltda.	7.875	7.875	753.875	123.865
Engenik	-	-	48.500	20.000
Arpa Comercial e Construtora Ltda.	7.791	7.791	40.691	7.791
Talude Construções SPEL	2.136	2.136	2.136	2.136
Talude Comercial e Construtora Ltda.	762.303	-	768.703	105.515
MB Construções	-	-	58.500	-
F Pacheco	-	-	34.200	-
Consórcio Japy SCP 2022	-	-	1.311.709	-
AC Pizziolo	-	-	-	45.100
2SS	-	-	-	121.220
	7.905.159	**7.142.856**	**10.143.369**	**7.550.681**

7. Investimentos em Controladas

	Controladora			
	SCP - DVR - 3038 - Acesso Viário Limeira	**SCP - DER Lote 36 - 3048**	**SCP - DER - 3049 - 5 Lagos - Vacina**	**SCP - DER - 3055 - Quadra - Vicinal**
Quotas possuídas				
Quotas	780	700	680	750
Participação	**78,00**	**70,00**	**68,00**	**75,00**
Capital social	1.000	1.000	1.000	1.000
Reserva de lucros	433.769	510.106	273.317	475.280
Lucro/(prejuízo) do período	(1.666.406)	2.217.024	640.042	1.803.946
Movimentação de investimentos				
Aporte inicial	**-**	**-**	**680**	**750**
Em 31 de dezembro de 2021	**14.561**	**317.768**	**-**	**-**
Equivalência patrimonial	(1.651.917)	877.774	249.373	996.500
Adiantamentos p/AFAC	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	**(1.637.356)**	**1.195.543**	**250.053**	**997.250**

	Controladora			
	SCP - DER - 3056 - Campo Limpo - Vicinal	**SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - Km 22 - OS**	**SCP - 3059 - ABV - Mike - Uno**	
Quotas possuídas				
Quotas	750	750	750	
Participação	**75,00**	**75,00**	**75,00**	
Capital social	1.000	1.000	1.000	
Reserva de lucros	-	183.020	54.299	
Lucro/(prejuízo) do período	(203.213)	2.551.329	1.044.549	
Movimentação de investimentos				
Aporte inicial	**750**	**750**	**750**	
Equivalência patrimonial	(152.410)	1.776.232	742.687	
Adiantamentos p/AFAC	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2021	**(151.660)**	**1.776.982**	**743.437**	

	Não Controladora			
	SCP - 3050 - Emerg. Comunidade Húngara	**SCP - 3053 - Emergencial Aclimação**	**SCP - 3060 - Emergencial Glicério**	
Quotas possuídas				
Quotas	500	500	500	
Participação	**50,00**	**50,00**	**50,00**	
Capital social	-	-	-	
Reserva de lucros	-	-	-	
Lucro/(prejuízo) do período	14.972.776	8.481.739	(127.111)	
Movimentação de investimentos				
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	
Equivalência patrimonial	7.486.388	4.240.870	(63.556)	
Adiantamentos p/AFAC	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2022	**7.486.388**	**4.240.870**	**(63.556)**	

8. Imobilizado

	Controladora			
	Taxa anual de depreciação		**2022**	**2021**
Móveis e utensílios	10%		12.022	13.950
Equipamentos de informática	20%		6.423	11.149
Máquinas e equipamentos	10%		165.688	173.226
			184.134	**198.325**

	Saldos em 31/12/2021	**Adições**	**Depreciação**	**Saldos em 31/12/2022**
Móveis e utensílios	13.950	-	(1.928)	12.022
Equipamentos de informática	11.149	-	(4.726)	6.423
Máquinas e equipamentos	173.226	-	(7.538)	165.688
	198.325	**-**	**(14.191)**	**184.134**

	Consolidado			
	Taxa anual de depreciação		**2022**	**2021**
Móveis e utensílios	10%		39.015	15.952
Equipamentos de informática	20%		6.423	11.149
Máquinas e equipamentos	10%		173.476	181.014
			218.914	**208.115**

	Saldos em 31/12/2021	**Adições**	**Depreciação**	**Saldos em 31/12/2022**
Móveis e utensílios	15.952	26.132	(3.069)	39.015
Equipamentos de informática	11.149	-	(4.726)	6.423
Máquinas e equipamentos	181.014	-	(7.538)	173.476
	208.115	**26.132**	**(15.333)**	**218.914**

9. Intangível

	Controladora			
	Taxa anual de amortização		**2022**	**2020**
Acervo técnico	0%		10.206.660	10.206.660
Software	20%		278.407	278.407
			10.485.067	**10.485.067**

	Saldos em 31/12/2021	**Adições**	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2022**
Acervo técnico	10.206.660	-	-	10.206.660
Software	278.407	-	-	278.407
	10.485.067	**-**	**-**	**10.485.067**

	Consolidado			
	Taxa anual de amortização		**2022**	**2020**
Acervo técnico	0%		10.206.660	10.206.660
Software	20%		278.407	278.407
			10.485.067	**10.485.067**

	Saldos em 31/12/2021	**Adições**	**Amortização**	**Saldos em 31/12/2022**
Acervo técnico	10.206.660	-	-	10.206.660
Software	278.407	-	-	278.407
	10.485.067	**-**	**-**	**10.485.067**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita operacional líquida	15	-	-	36.589.476	31.019.094
Custos dos serviços prestados	16	(3.689.917)	(1.991.123)	(30.774.341)	(18.031.627)
Lucro bruto		**(3.689.917)**	**(1.991.123)**	**5.815.135**	**12.987.467**
Receitas/(despesas) operacionais:					
Administrativas e gerais	17	(748.072)	(2.071.656)	(4.047.673)	(6.611.574)
Pessoal		-	-	(444.204)	(52.652)
Resultado de equivalência patrimonial	7	11.640.410	3.772.800	8.607.112	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		7.680.245	1.524.064	6.373.766	137.498
		18.572.583	**3.225.208**	**10.489.001**	**(6.526.728)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**14.882.666**	**1.234.085**	**16.304.136**	**6.460.739**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	18	(6.970)	(7.004)	(37.610)	(35.503)
Receitas financeiras	18	4.955	2.009	61.035	5.240
		(2.015)	**(4.995)**	**23.426**	**(30.263)**
Lucro antes do IR e da CS		**14.880.651**	**1.229.090**	**16.327.562**	**6.430.476**
IR e CS corrente	12.1	-	-	(1.143.465)	(947.222)
Lucro antes da participação de não controladores		**14.880.651**	**1.229.090**	**15.184.097**	**5.483.254**
Participação de não controladores		-	-	1.802.464	2.463.179
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**14.880.651**	**1.229.090**	**13.381.633**	**3.020.075**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro líquido antes das participações	14.880.651	1.229.090	15.184.097	5.483.254
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**14.880.651**	**1.229.090**	**15.184.097**	**5.483.254**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro/prejuízo do exercício	14.880.651	1.229.090	15.184.097	5.483.254
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	14.191	13.345	15.333	15.612
Participação de quotista não controladores	-	-	-	-
Outras movimentações	(201.304)	(2.505.130)	(3.100.540)	(2.993.085)
Aumento (redução) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	(50.759)	450.757	(4.052.426)
Adiantamentos	(14.281)	3.918	(45.759)	14.639
Impostos a recuperar	40.855	-	392.281	(132.287)
Valores a receber	3.450.000

(Continua...)

TALUDE CONSTRUÇÕES S.A. - CNPJ 14.914.786/0001-67

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores da **Talude Construções S.A. -** Barueri – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da **Talude Construções S.A.** em 31 de dezembro de 2022 que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Talude Construções S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião com ressalva:** Conforme a Nota Explicativa nº 7, há o resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R$ 11.663.702,12 (onze milhões, seiscentos e sessenta e três mil, setecentos e dois reais e doze centavos), relativos as SCPs 3050; 3053 e 3060 as quais a Companhia não é sócia ostensiva, dessa forma, as respectivas Sociedades de Conta em Participação não foram objeto de análise em nossa auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos e comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Com parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequado. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público. **Outros:** Foram objetos de análise dessa auditoria as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia controladora e suas controladas, as quais se dão através de Sociedade em Conta de Participação, atuando esta como Sócia Ostensiva nas sociedades cujo seguem relacionadas abaixo:

Participação total em sociedades em conta de participação
Sócia Ostensiva (%)

Controladas	Participação
SCP - DVR - Acesso Viário Limeira - 3038	78%
SCP - DER Lote 36 - 3048	70%
SCP - DER - 3049 - 5 Lagos - Vacina	68%
SCP - DER - 3055 - Quadra - Vicinal	75%
SCP - DER - 3056 - Campo Limpo - Vicinal	75%
SCP - 3057 - CCR - SP - 330 - Km 22 - OS	75%
SCP - 3059 - ABV - MIKE - UNO	75%

A Companhia também possui participação em outras três Sociedades em Conta de Participação, configurando-se como Sócia Participante a qual reconhece seus resultados através do Método de Equivalência Patrimonial. Por não se tratar de uma participação direta da Companhia como controladora, referidas SCPs não foram objeto de análise desta auditoria, cuja seguem relacionadas abaixo:

Participação total em sociedades em conta de participação
Sócia Participante (%)

Controladas	Participação
SCP - 3050 - Emerg. Comunidade Húngara	50%
SCP - 3053 - Emergencial Aclimação	50%
SCP - 3060 - Emergencial Glicério	50%

Osasco, 14 de abril de 2023.
Manoel Luiz Luciano Vieira
Contador - CRC/SP – CT 1SP 115.091/O-8 - IBRACON – 1172 - CPF 029.429.178-49

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 964E-519E-734A-CF5A.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 964E-519E-734A-CF5A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/964E-519E-734A-CF5A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 964E-519E-734A-CF5A

Hash do Documento

42617ED62B80AA267390750AF9C923A0214FAF68134B99303139D2FF778BD1F3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Urbia Águas Claras S.A.

CNPJ 44.661.625/0001-70

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 06 de abril 2023. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	560
Clientes	6	161	–
Impostos e contribuições a recuperar	7	402	–
Adiantamentos a fornecedores	–	14	–
Estoque	–	27	–
Despesas antecipadas	8	165	–
		773	560
Não circulante			
Impostos e contribuições diferidos	21	3.019	–
Partes relacionadas	9	6	–
		3.025	–
Ativo imobilizado	10	750	–
Intangível operacional	11	10.245	911
		10.995	911
		14.020	911
Total do ativo		**14.793**	**1.471**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	18.469	–
Fornecedores	–	743	–
Obrigações trabalhistas	13	408	–
Obrigações tributárias	14	223	–
Outras obrigações a pagar	15	250	–
		20.093	–
Não circulante			
Partes relacionadas	9	–	911
Total do passivo		20.093	911
Patrimônio líquido			
Capital social	16	560	560
Prejuízos acumulados	–	(5.860)	–
Total do patrimônio líquido		(5.300)	560
Total do passivo e patrimônio líquido		**14.793**	**1.471**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social				
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital social	2.800	(2.240)	560	–	560
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.800**	**(2.240)**	**560**	**–**	**560**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(5.860)	(5.860)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.800**	**(2.240)**	**560**	**(5.860)**	**(5.300)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Em 08 de outubro de 2021, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap") sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional n° 1/2021, licitação realizada pelo Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretária de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, para a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de concessão destinada à delegação das atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da Concessão, correspondente à parcela territorial identificada no Anexo I, do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren ("Parques"). Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósito específico ("SPE") que seria a signatária do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Águas Claras S.A. ("Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão n° 01/2022 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, 32° andar, sala 35, Pinheiros - São Paulo - SP. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 22 de dezembro de 2021, sob o CNPJ 44.661.625/0001-70, e tem como objeto social as atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da Concessão dentro dos limites do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren, incluindo a elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, com os serviços associados, em consonância do o Edital e Contrato de Concessão. O capital social da Sociedade subscrito é no valor de R$ 2.800, sendo que R$ 560 encontram-se integralizados. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa ("Outorga Fixa"), no valor de R$ 911, devida à Secretária de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente em contrapartida à delegação da exploração dos serviços integrantes da concessão antes da assinatura do Contrato de Concessão. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de janeiro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o Estado de São Paulo, por intermédio a sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente - Sima ("Poder Concedente") e a Urbia Águas Claras S.A., no valor estimado de R$ 56.789, com vigência total de 30 anos, a partir do Termo de Entrega do Bem Público. O Conselho Diretor do Programa de Desestatização do Estado de São Paulo - CDPED, aprovou à iniciativa privada o direito de uso dos PARQUES em sua 21ª Reunião Conjunta concernente à 257ª Reunião Ordinária, ocorrida em 30 de abril de 2021. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar que os parques são unidades de conservação, que prestam importantes serviços ambientais e ecossistêmicos aos municípios nos quais encontram-se inseridos e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza e realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos munícipes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade se limitam aos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público para os visitantes. Além disso, cabe à Concessionária a exploração comercial das áreas, incluindo a cobrança de ingressos para a visitação ao Parque Estadual Cantareira e ao Museu Florestal Octávio Vecchi, serviços de alimentação, estacionamento, eventos, entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos nele. A assunção dos Parques pela Urbia Águas Claras se deu em 18 de abril de 2022, mediante o atendimento aos requisitos do Contrato de Concessão e assinatura do Termo de Entrega de Bem Público de 14 de abril de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As informações contábeis da Sociedade são apesentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações contábeis foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. **2.2. Novos pronunciamentos contábeis:** • Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37): aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato; • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2022; • Alteração na norma IFRS 3: inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022; • Alteração na norma IAS 8: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; • Alteração na norma IAS 12: traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; • Alteração na norma IFRS 17: inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras: esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou não circulante: esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023. • A Sociedade acredita que as alterações às normas não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras referentes a definição da taxa de juros. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 06 de abril de 2023. **3. Principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera Caixa os saldos em conta corrente de movimento e aplicações financeiras de conversibilidade imediata. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, as mesmas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais devido não haver processos ou reclamações processuais nas esferas cível, trabalhista e tributária. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento das Outorgas Fixa e Variável, bem como do Ônus de Fiscalização (o percentual da Receita Operacional Bruta obtida pela Concessionária). Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o início de seu pagamento, e deverá ser amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional dos Parques. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre os empréstimos bancários, alguns investimentos realizados na infraestrutura e gastos em desenvolvimento e prestação de serviços. **d. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. As taxas médias de depreciação aplicadas estão demonstradas na nota explicativa nº 10. **e. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga será efetuada com base no período contratual de 30 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável a partir do 25° (vigésimo quinto) o montante de 0,5% sobre a Receita Operacional Bruta, sujeita à variação adicional por desempenho conforme previsto na Cláusula 13.3 e no anexo IV, e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a Receita Operacional Bruta, durante todo o prazo de vigência, conforme previsto na Cláusula 14.1. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente *(carrying amount)*. **g. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **h. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **i. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **j. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **k. Receita operacional:** As receitas das Sociedades serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: • Identificação do contrato; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; • Reconhecimento da receita. Essas operações estão relacionadas a venda de ingressos, cessão de espaço para estacionamento, venda de alimentos e bebidas, publicidade, dentre outras, caracterizadas, para todos os fins, como "Receitas dos Parques". **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **m. Contas a receber:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo, o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **n. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **o. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no ano findo em 31 de dezembro de 2022. **Amortização do intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo da aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda do Parque pelo período da concessão. **p. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **q. Gestão de Capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **3.1 Novos pronunciamentos emitidos: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato; **b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado; **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41 /CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26¹: a. Classificação de passivos como Circulante ou não circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos da Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1° de janeiro de 2024; b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Sociedade avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Sociedade não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **4. Gestão de risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Sociedade não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre empréstimo e financiamentos estão mencionadas na Nota 12.

5.Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	4	560
	4	560

6. Clientes:

	31/12/2022
Estacionamento	57
Operadora de cartão	54
Cessão de espaço	50
	161

Os créditos são na sua totalidade derivados de cessão de espaço nas dependências dos Parques, bilheteria e saldo a receber de operadora de cartão. Não há títulos vencidos, e a Administração não tem indícios ou espera que incorra em perdas na sua realização.

7.Impostos e contribuições a recuperar:

	31/12/2022
IR sobre aplicação financeira	27
Crédito de Pis e Cofins	375
	402

8. Despesa antecipada:

	31/12/2022
Seguros a apropriar	165
	165

9. Parte relacionada:

No Ativo:

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2022
Conta corrente	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	6
		6

No Intangível:

Natureza da operação:	Parte relacionada:	
Prestação de Serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	5.862
Capitalização de juros	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	33
		5.895

No passivo:		31/12/2022	31/12/2021
Natureza da operação:	Parte relacionada:		
Empréstimo	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	–	911
		–	911

Movimentação dos empréstimos juntos a partes relacionadas

Descrição	31/12/2021	(–) Amortização Principal	Juros	Total amortizado	(+) Aprop. Jrs/aprop.	31/12/2022
Construcap CCPS Engenharia e Com. S.A.	911	(911)	(98)	(1.009)	98	–
	911	**(911)**	**(98)**	**(1.009)**	**98**	**–**

A Sociedade adquiriu mútuo com a Construcap em 30 de dezembro de 2021 no qual incidiu juros remuneratórios equivalentes ao CDI + 0,41% am., calculados pro *rata die*. A Sociedade quitou o saldo devedor em 22 de agosto de 2022. O recurso financeiro foi adquirido para pagamento de outorga fixa ao Estado de São Paulo, no âmbito do contrato de concessão.

No resultado:	31/12/2022
Despesa financeira	
Juros sobre empréstimo	65
	65
Demonstração do resultado	
	65

10. Ativo Imobilizado: a) Composição:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Líquido
Máquinas e equipamentos	243	(8)	235		–
Móveis e utensílios	509	(29)	480		–
Equipamento de informática	40	(5)	35		–
	792	(42)	750		–

b) Movimentação:

	Adições	Depreciação	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	243	(8)	235
Móveis e utensílios	509	(29)	480
Equipamento de informática	40	(5)	35
	792	(42)	750

11. Ativo intangível: As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98: • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques. • O ativo intangível da concessão será amortizado de forma proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso. • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimo com partes relacionadas, conforme nota 9. A partir do momento em que a unidade geradora de caixa passa a ser gerida pela concessionária, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira.

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	2.002
Custos dos serviços prestados	18	(7.748)
		(7.748)
Prejuízo bruto		(5.746)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	19	(2.216)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(7.962)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	20	128
Despesas financeiras	20	(1.044)
		(916)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.878)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	3.018
Prejuízo do exercício		**(5.860)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(5.860)
Outros resultados abrangentes	–
Total do resultado abrangente do exercício	(5.860)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(8.878)**	**–**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre empréstimos	90	–
Apropriação de encargos sobre mútuos	65	–
Amortização do Intangível	98	–
Depreciação	42	–
Outras provisões	250	–
	(8.333)	
Variações nas contas patrimoniais		
Clientes	(161)	–
Impostos e contribuições a recuperar	(402)	–
Adiantamento de fornecedores	(14)	–
Estoque	(27)	–
Despesas antecipadas	(165)	–
Fornecedores	743	–
Obrigações trabalhistas	408	–
Obrigações tributárias	223	–
	605	–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(7.728)	–
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do Imobilizado	(792)	–
Custo de ativação do intangível	(9.432)	(911)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(10.224)	(911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros		
Captação de empréstimo e financiamento	18.378	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	18.378	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Capital social	–	560
Contas-correntes com partes relacionadas	(982)	911
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(982)	1.471
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(556)	560
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	560	–
No final do exercício	4	560
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(556)	560

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

a) Composição:

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Líquido
Direito de outorga da concessão	911	(14)	897		911
Desenvolvimento	1.439	(12)	1.427		–
Capitalização de juros sobre empréstimos	609	(3)	606		–
Prestação de serviços	6.992	(10)	6.982		–
Materiais	367	(58)	309		–
Projetos	24	–	24		–
	10.342	(97)	10.245		911

b) Movimentação:

	31/12/2021	Adições	Amortização	31/12/2022
Direito de outorga da concessão	911	–	(14)	897
Desenvolvimento	–	1.439	(12)	1.427
Capitalização de juros sobre empréstimos	–	609	(3)	606
Prestação de serviços	–	6.992	(10)	6.982
Materiais	–

continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Águas Claras S.A. - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

lamentares quanto à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, dentre outras. A Sociedade deverá apresentar mensalmente informações detalhadas sobre a visitação verificada e receita auferidas do período. Deverá apresentar ao Poder Concedente, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do fim do trimestre, suas demonstrações financeiras trimestrais completas, até 31 de agosto de cada ano relatório auditado da sua situação contábil e apresentar anualmente e em até 120 (cento e vinte) dias, contados do encerramento do exercício, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes, além de relatório anual de conformidade, contendo a descrição das atividades realizadas e outros dados relevantes. **24.Eventos subsequentes:** Em 10 de fevereiro de 2023, a Sociedade liquidou, na data de vencimento, os juros referentes ao empréstimo contratado, na modalidade de capital giro, junto ao Banco ABC.

Diretoria

Victor Pereira Serrano - Diretor Administrativo e Financeiro

Responsável Técnico pelas Informações Contábeis

Lucimeire Lopes Muller - Contadora - CRC 1SP 271740/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Urbia Águas Claras S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Urbia Águas Claras S.A. ("Sociedade")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, não foram examinados por nós nem por outros auditores independentes. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis da Sociedade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2023

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador CRC 1 SP 292913/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4EBF-E0A0-DED5-BC5A.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4EBF-E0A0-DED5-BC5A.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4EBF-E0A0-DED5-BC5A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4EBF-E0A0-DED5-BC5A

Hash do Documento

E63F76B811CB4B13C25821EC9243B7992BA3C34D88C0EDDF7BCD09AFB8E7263E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ nº 76.486.463/0001-77

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração: As vendas líquidas do exercício 2022 apresentaram crescimento de 11,27% quando comparadas com igual período do ano passado. As atividades da Companhia estiveram direcionadas, preponderantemente, ao fornecimento de madeira beneficiada para os mercados externo e interno, representando, respectivamente, 57,70% e 42,30% (73,85% e 26,15% em 2021) das vendas. A perspectiva da Administração para 2023 será a busca da manutenção da participação das vendas no mercado externo, com medidas que objetivem minimizar os efeitos da crise que a economia mundial deve experimentar em função da pandemia do Coronavírus, especialmente com o *lockdown* ocorrido na China no final de 2022 e início de 2023, posto que esse é um importante mercado para os produtores de madeira, além dos efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia, que podem desestabilizar a ordem mundial. Os preços internacionais de madeira foram fortemente afetados ao longo do segundo semestre de 2022 como consequência das restrições comerciais entre Estados Unidos e China, gerando uma sobre oferta no mercado internacional, provocando uma acirrada concorrência de preços por todos os países produtores / exportadores de madeira. Esta foi a principal razão para termos incrementado as vendas no mercado interno, onde as margens foram mais vantajosas. Adicionalmente a volatilidade cambial e a redução da taxa média de câmbio que em 2022 foi de R$5,27/ US$1,00, contra R$5,39/US$1,00 em 2021. Com a redução nos preços de venda, que não pode ser repassado aos fornecedores de madeira, o custo dos produtos vendidos representaram 68% sobre vendas liquidas em 2022, contra 55% em 2021, reduzindo nossas margens operacionais. As despesas administrativas tiveram um importante incremento - 102% quando comparado com o mesmo período de 2021, principalmente em razão dos custos adicionais com a preparação e estruturação das controladas que foram alienadas. Quanto as despesas comerciais, se mantiveram nos mesmos patamares com relação a participação sobre vendas liquidas - 10,5% em 2022, e 10,1% em 2021. O lucro líquido da Companhia no exercício de 2022 foi de 700,0MM um aumento expressivo de 336,47% quando comparado com o exercício de 2021, quando o valor foi de 160,3MM, principalmente em função das equivalências patrimoniais vinda de suas controladas Nórdica Veículos S.A e da alienação de parte dos ativos industriais da IGUAÇU celulose, papel s.a. e alienação da Imaribo Florestal Ltda. O EBITDA da companhia no exercício de 2022 foi de R$ 186,3MM, apresentando um aumento de 348,79% quando comparado ao mesmo período de 2021, quando o valor foi de 41,5MM. **Empresas Controladas / Consolidado: Iguaçu celulose, papel s.a. e Iguaçu Embalagens Industriais Ltda.:** Dando continuidade ao Projeto de Desinvestimento iniciado em anos anteriores, a Iguaçu celulose, papel s.a. firmou em 08 de dezembro de 2021 Contrato de Compra e Venda de certos ativos industriais com a Guaíba Administração Florestal Ltda., empresa do Grupo CMPC do Chile. Para viabilizar este negócio a Iguaçu celulose teve parte de seus Ativos cindidos em 01 de março de 2022 para a Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. Em 12 de abril de 2022 o Controle Acionário dessa empresa foi o objeto da venda para a Guaíba. Posteriormente, em 30 de junho de 2022 a empresa Iguaçu celulose, papel s.a. foi incorporada por sua controladora Imaribo S.A. Ind. e Com. **Imaribo Florestal Ltda.:** Na mesma linha de desinvestimentos, em 08 de dezembro de 2021 foi assinado o Contrato de Compra e Venda das quotas de controle da companhia para a Rio Negro Propriedades Rurais Ltda., e o fechamento da transação ocorreu em 12 de abril de 2022. **Revenda de caminhões e ônibus - Volvo:** O ano de 2022 foi marcado pela retomada do crescimento, apesar do impacto do aumento dos juros e da instabilidade da economia nacional e internacional. A flexibilização das restrições da pandemia, o otimismo do agronegócio e da indústria, foram fundamentais para que a Nórdica tivesse atingido bons resultados, mesmo com um cenário não muito favorável. A nossa organização entregou resultados positivos que refletem a dedicação e o trabalho árduo dos nossos colaboradores, focados na criação de valor para os nossos clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades. As decisões estratégicas, aliadas a uma gestão de transparência, agilidade e qualidade, têm sido fundamentais para superar as adversidades dos anos anteriores e manter o crescimento e a satisfação dos nossos clientes. A continuidade da disponibilidade de caminhões, foi um dos pontos fundamentais para que pudéssemos atender grande parte da demanda do mercado, principalmente na linha de caminhões semipesados. No ano de 2022, a crise na cadeia de abastecimento global foi contornada, e a indústria automotiva de pesados conseguiu recuperar o fornecimento de componentes essenciais e a frequente falta de materiais, contribuindo para a melhor performance de entregas, principalmente os que interferem diretamente na produtividade das fábricas. Nossos clientes continuaram crescendo, com o agronegócio se consolidando como um dos maiores impulsionadores de crescimento, e a indústria reagindo fortemente. O aumento da produção e exportações de carnes e grãos, foi a chave propulsora do transporte de cargas em nossa região. O Paraná, nossa área de atuação, tem mostrado grande eficiência no agronegócio, apesar de ter enfrentado dificuldades de acesso às estradas próximas ao Porto de Paranaguá no último trimestre do ano. Quando falamos em números, no contexto regional, nosso volume total de vendas de caminhões pesados e semipesados, teve um crescimento total de 3%. Nas vendas de ônibus em nossa região, tivemos um aumento expressivo, de 221% em relação ao ano de 2021, o que denota uma forte recuperação de mercado pós-pandemia neste segmento. Nas vendas de serviços e peças, o crescimento foi de 19% para peças, e 16% para serviços, resultado este, fruto do aumento da frota circulante ocorrida nos últimos anos, somado ao vigoroso desempenho do agronegócio e de alguns setores da indústria de alimentos, somado à adoção de novas formas de relacionamento com os clientes, fortalecimento de canais digitais, resultando em agilidade e melhorias no agendamento de serviços e atendimento. O faturamento líquido teve um crescimento de 20,7% em 2022, quando comparado a 2021. O lucro líquido de 2021 que foi de 9,5%, teve uma pequena redução em 2022, ficando em 7,8%. A leve queda do lucro líquido reflete o aperto das margens de vendas de veículos neste ano, prejudicada pela concorrência acirrada em nosso segmento. Reduzimos os custos e despesas, e como resultado, as despesas gerais e administrativas que em 2021 perfaziam 6,8% da receita operacional líquida, passaram em 2022 a representar 5,08%, fruto de uma administração rigorosa no controle orçamentário. **Investimentos:** Os investimentos do grupo Imaribo previstos para 2023 estarão direcionados à manutenção e expansão da capacidade produtiva dos negócios de madeira beneficiada e revenda de caminhões e ônibus VOLVO, bem como à redução de custos, sempre buscando a melhoria contínua de seus negócios para permanecer ofertando produtos com qualidade e confiabilidade requeridas pelos seus clientes. **Declaração da Diretoria:** Em atendimento as disposições legais pertinentes, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 03 de abril de 2023, além das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram aprovados em Reunião de Diretoria de 03 de abril de 2023. **Agradecimento:** A Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como a equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados.

Curitiba, 03 de abril de 2023.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
ATIVO CIRCULANTE		**2.022**	**2.021**	**2.022**	**2.021**
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.181	4.506	4.273	6.271
Aplicações financeiras	6	29.339	3	129.834	107.065
Clientes	7	13.548	15.396	94.728	130.823
Estoques	8	17.332	11.381	170.897	89.968
Adiantamentos a fornecedores		307	2.747	737	8.407
Tributos a recuperar	9	42.216	18.708	68.717	34.469
Dividendos e JCP a receber		25.809	22.063	–	–
Escrow venda de ativos	11	88.517	–	88.517	–
Outros créditos		461	85	508	3.025
Total do ativo circulante		**221.710**	**74.889**	**558.211**	**380.028**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	9	893	305	893	6.558
Depósitos judiciais		292	8	303	913
Despesas antecipadas		29	–	29	177
Precatórios a receber	10	29.667	–	29.667	30.026
Escrow venda de ativos	11	55.226	–	55.226	–
Outros créditos		–	–	359	–
		86.107	313	86.477	37.674
Investimentos	12	262.850	568.938	10	11
Ativo biológico	13	108.973	45.256	108.973	321.278
Imobilizado	14	111.363	34.712	190.816	699.614
Direito de uso	15	–	–	2.104	1.015
Intangível	16	14	15	46	834
		483.200	648.921	301.949	1.022.752
Total do ativo não circulante		**569.307**	**649.234**	**388.426**	**1.060.426**
TOTAL DO ATIVO		**791.017**	**724.123**	**946.638**	**1.440.454**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
PASSIVO CIRCULANTE		**2.022**	**2.021**	**2.022**	**2.021**
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	–	110.348
Fornecedores e contas a pagar	18	9.881	7.697	119.953	120.322
Obrigações trabalhistas e sociais	19	2.255	2.155	8.551	95.018
Obrigações tributárias	20	2.444	4.736	19.694	170.774
Adiantamentos de clientes		–	1.283	3.869	12.721
Dividendos e JCP a pagar		–	6.358	–	6.358
Passivo de arrendamento	15	–	–	1.190	1.101
Outras obrigações	23	177	24	1.213	5.261
Total do passivo circulante		**14.757**	**22.252**	**154.471**	**521.903**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores e contas a pagar	18	–	1.760	–	7.611
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	–	43.050
Obrigações tributárias	20	–	2.560	–	106.496
Obrigações trabalhistas e sociais	19	–	603	–	20.601
Passivo de arrendamento	15	–	–	954	–
Partes relacionadas	21	–	215.791	–	2.000
Tributos diferidos	23	37.408	20.205	50.520	219.372
Provisão para litígios	23	66.826	2.983	67.631	17.072
Dividendos a pagar		–	3.595	–	20.158
Outras obrigações	24	–	–	1.036	27.818
Total do passivo não circulante		**104.234**	**247.497**	**120.141**	**464.178**
TOTAL DO PASSIVO		**118.991**	**269.750**	**274.612**	**986.081**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25.a	81.348	81.348	81.348	81.348
Reserva de capital	25.b	1.159	1.159	1.159	1.159
Reservas de reavaliação	25.d	3.407	3.272	3.407	3.272
Reservas de incentivos fiscais		10	10	10	10
Reserva legal	25.c	16.270	10.762	16.270	10.762
Reserva de ativo biológico	25.c	51.058	21.931	51.058	21.931
Reservas de lucros a realizar	25.c	439.250	205.757	439.250	205.757
Ajuste de avaliação patrimonial	25.e	79.524	130.134	79.524	130.134
Patrimonio líquido atribuído aos controladores		672.026	454.373	672.026	454.373
Total do patrimônio líquido		**672.026**	**454.373**	**672.026**	**454.373**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**791.017**	**724.123**	**946.638**	**1.440.454**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

	Capital		Reservas				Ajuste de Avaliação Patrimonial				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais	Retenção de lucros a realizar	Reserva de ativo biológico	Reservas de reavaliação	Custo atribuído	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido controladores	Paticipação dos não controladores	Total patrimônio líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**71.718**	**1.159**	**2.743**	**10**	**95.014**	**11.619**	**2.851**	**119.722**	**–**	**304.836**	**26.639**	**331.475**
Por mudança de participação em controladas	9.630	–	–	–	–	–	–	5.948	15.577	(26.639)	–	(11.061)
Custo atribuído reflexo recebido do aumento participação em controlada	–	–	–	–	–	–	–	16.943	(16.943)	–	–	–
Tributos diferidos sobre custo atribuído reflexo recebido do aumento participação em controlada	–	–	–	–	–	–	–	(5.761)	5.761	–	–	–
Realização da reserva de reavaliação controladas e coligadas	–	–	–	–	–	–	662	–	(662)	–	–	–
Realização dos tributos diferidos sobre reservas de reavaliação controladas e coligadas	–	–	–	–	–	–	(225)	–	225	–	–	–
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	–	–	–	(1.167)	1.167	–	–	–
Realização dos tributos diferidos sobre custo atribuído	–	–	–	–	–	–	–	397	(397)	–	–	–
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	–	–	(23)	–	23	–	–	–
Realização dos tributos diferidos sobre reservas de reavaliação	–	–	–	–	–	–	7	–	(7)	–	–	–
Realização da reserva ativo biológico	–	–	–	–	–	(37)	–	–	37	–	–	–
Realização tributos diferidos sobre reserva ativo biológico	–	–	–	–	–	13	–	–	(13)	–	–	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	160.382	160.382	–	160.382
Destinações propostas pela administração - Ad-referendum da A.G.O:												
. Dividendos distriuídos	–	–	–	–	(20.000)	–	–	–	–	(20.000)	–	(20.000)
. Juros s/capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.423)	(6.423)	–	(6.423)
. Reserva legal (artigo 193, Lei n º 6.404/76)	–	–	8.019	–	–	–	–	–	(8.019)	–	–	–
. Reserva de lucros a realizar (artigo 197, Lei n º 6.404/76)	–	–	–	–	130.743	–	–	–	(130.743)	–	–	–
. Reserva de ativos biológicos (artigo 197, Lei n º 6.404/76)	–	–	–	–	–	10.336	–	–	(10.336)	–	–	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**81.348**	**1.159**	**10.762**	**10**	**205.757**	**21.931**	**3.272**	**130.134**	**–**	**454.373**	**–**	**454.373**
Incorporação	–	–	–	–	–	187	321	101	(609)	–	–	–
Custo atribuído reflexo da alienação de participação em controlada	–	–	–	–	–	–	–	(75.279)	75.279	–	–	–
Tributos diferidos sobre custo atribuído reflexo da alienação de participação em controlada	–	–	–	–	–	–	–	25.595	(25.595)	–	–	–
Realização da reserva de reavaliação controladas e coligadas	–	–	–	–	–	–	(270)	–	270	–	–	–
Realização dos tributos diferidos sobre reservas de reavaliação controladas e coligadas	–	–	–	–	–	–	91	–	(91)	–	–	–
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	–	–	–	(1.556)	1.556	–	–	–
Realização dos tributos diferidos sobre custo atribuído	–	–	–	–	–	–	–	529	(529)	–	–	–
Realização da reserva correção monetária	–	–	–	–	–	–	(11)	–	11	–	–	–
Realização tributos diferidos sobre correção monetária	–	–	–	–	–	–	4	–	(4)	–	–	–
Realização da reserva ativo biológico	–	–	–	–	–	(3.878)	–	–	3.878	–	–	–
Realização tributos diferidos sobre reserva ativo biológico	–	–	–	–	–	1.318	–	–	(1.318)	–	–	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	700.026	700.026	–	700.026
Destinações propostas pela administração - Ad-referendum da A.G.O:												
. Dividendos distriuídos	–	–	–	–	(30.000)	–	–	–	(387.680)	(417.680)	–	(417.680)
. Juros s/capital próprio	–	–	–	–	(58.448)	–	–	–	(6.245)	(64.693)	–	(64.693)
. Reserva legal (artigo 193, Lei n º 6.404/76)	–	–	5.508	–	–	–	–	–	(5.508)	–	–	–
. Reserva de lucros a realizar (artigo 197, Lei n º 6.404/76)	–	–	–	–	321.941	–	–	–	(321.941)	–	–	–
. Reserva de ativos biológicos (artigo 197, Lei n º 6.404/76)	–	–	–	–	–	31.500	–	–	(31.500)	–	–	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**81.348**	**1.159**	**16.270**	**10**	**439.250**	**51.058**	**3.407**	**79.524**	**–**	**672.026**	**–**	**672.026**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2.022	**2.021**	**2.022**	**2.021**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	**142.417**	**127.984**	**1.613.828**	**1.742.290**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	27	(96.305)	(70.819)	(1.386.573)	(1.398.957)
LUCRO BRUTO		**46.112**	**57.165**	**227.255**	**343.333**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas	27	(16.927)	(8.393)	(109.647)	(108.514)
Despesas comerciais	27	(14.989)	(12.922)	(34.590)	(59.295)
Valor justo dos ativos biológicos	13	47.728	15.660	47.728	72.652
Resultado da equivalência patrimonial	12	445.186	123.590	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	28	241.571	4.812	584.006	47.401
		702.569	122.747	487.497	(47.756)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		**748.681**	**179.912**	**714.752**	**295.577**
Resultado financeiro	29	(4.671)	(6.108)	74.794	(63.173)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**744.010**	**173.804**	**789.546**	**232.404**
Imposto de renda e contribuição social	22	(27.782)	(8.259)	(78.849)	(56.979)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(16.202)	(5.163)	(10.671)	(15.043)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**700.026**	**160.382**	**700.026**	**160.382**
Resultado líquido por ação básico em R$		2,402	0,550		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2.022	**2.021**	**2.022**	**2.021**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**700.026**	**160.382**	**700.026**	**160.382**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	**700.026**	**160.382**	**700.026**	**160.382**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2.022	**2.021**	**2.022**	**2.021**
Das operações	**238.263**	**33.749**	**679.423**	**187.778**
Resultado do exercício	700.026	160.382	700.026	160.382
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.202	5.163	16.359	15.043
Depreciações, amortizações e exaustões	9.607	1.318	16.571	51.948
Provisões para litígios	(4.454)	(461)	50.560	(11.426)
Encargos financeiros	9.336	6.856	(56.155)	51.049
Equivalência patrimonial	(445.186)	(123.590)	–	–
Valor justo de ativos biológicos	(47.728)	(15.660)	(47.728)	(72.652)
Ajuste a valor presente	–	57	(878)	108
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	460	(316)	668	(6.674)
Variação nos saldos de ativos e passivos	**(196.811)**	**(3.916)**	**(238.064)**	**(40.613)**
Redução / (aumento)das contas a receber	1.388	(3.195)	35.427	(51.500)
Redução / (aumento) dos estoques	(5.951)	(6.913)	(67.915)	(36.051)
Redução / (aumento) de outros ativos	(173.063)	4.775	(132.689)	(40.375)
Aumento / (redução) de fornecedores	424	(1.954)	36.060	41.383
Aumento / (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	(503)	947	11.944	24.906
Aumento / (redução) de obrigações tributárias	(8.024)	(3.671)	(55.925)	(8.698)
Aumento / (redução) de outros passivos	(11.082)	6.095	(64.966)	29.722
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**41.452**	**29.833**	**441.359**	**147.165**
Atividades de investimentos				
Aumento de capital na investida	(1.280)	–	–	–
Adições ao imobilizado/intangível	(4.062)	(1.096)	(4.640)	(33.517)
Aplicações financeiras	(29.336)	(4)	(22.769)	(73.390)
Aquisição de Investimentos	–	(221.867)	–	–
Adição por incorporação	442.192	–	–	–
Alienaçao de Investimentos	230.675	–	–	–
Baixas do imobilizado / intangível - Custo Atribuído e Reavaliações	1.223	986	1.283	6.616
Gastos com ativos biológicos	(22.740)	(9.186)	(23.002)	(10.180)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	**616.672**	**(231.167)**	**(49.128)**	**(110.471)**
Atividades de financiamento				
Aumento / (redução) dos empréstimos	–	(121)	90.144	(8.377)
Dividendos pagos	(436.494)	3.577	(482.373)	(26.423)
Mútuos e saldos com partes relacionadas	(221.955)	202.248	(2.000)	2.000
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	**(658.449)**	**205.704**	**(394.229)**	**(32.800)**
Variação de caixa:	(325)	4.371	(1.998)	3.894
Caixa no início do exercício	**4.506**	**135**	**6.271**	**2.377**
Caixa no final do exercício	**4.181**	**4.506**	**4.273**	**6.271**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(a) **Controladora:** A Imaribo S.A indústria e Comércio ("Companhia"), é uma Companhia do segmento de madeiras, com sede na Rua Alfred Nobel, 635, Curitiba - PR, fundada em 02 de agosto de 1966, tendo como objetivo (a) industrialização, comércio, importação e exportação de madeiras e correlatos em geral; (b) exploração e comércio agrícola, pecuária, extrativa de madeiras, florestamento e reflorestamento nas diversas modalidades, com recursos próprios, incentivos ou de terceiros; (c) plantio, conservação e exploração de reservas florestais; (d) produção e comercialização de sementes e mudas florestais; (e) administração de bens próprios e de terceiros; (f) prestação de serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; (g) atividades de apoio e produção florestal; e (h) participação como acionista ou quotista em outras sociedades. **(b) Controladas: Iguaçu Celulose, Papel S.A.:** A IGUAÇU Celulose, Papel S.A. foi constituída em 04 de novembro de 1965, no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, sob a denominação de Industrial Papeleira Santa Mônica Limitada. A partir de 17 de agosto de 1970, passou a atuar como sociedade por ações de capital fechado. A Iguaçu Celulose, Papel S.A., surgiu de uma reestruturação societária da então Industrial Papeleira Santa Mônica S.A., sendo que em 30 de novembro 1984 ocorreu a incorporação de ativos da CELUPEL- Celulose e Papel Rio Correntes Limitada. A IGUAÇU em 01 de março de 2022 conforme AGE 77ª fez cisão parcial, com a transferência da parcela cindida para Iguaçu Embalagens Industriais Ltda.

Os saldos cindidos estão demonstrados abaixo:

ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Estoque	43.013	Empréstimos e Financiamentos	122.609
Tributos a Recuperar	2.548	Fornecedores e contas a pagar	43.350
Total do Ativo Circulante	**45.561**	Obrigações trabalhistas e socias	32.888
ATIVO NÃO CIRCULANTE		Obrigações tributárias	48.372
Tributos a recuperar	7.295	**Total do passivo Circulante**	**247.219**
	7.295	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	
Ativos biológico	270.287	Empréstimos e Financiamentos	12.052
Imobilizado	354.883	Obrigações tributárias	231.632
Intangível	726	Tributos diferidos	180.486
	625.896	**Total do passivo não Circulante**	**424.170**
Total do Ativo não Circulante	**633.191**	**TOTAL DO PASSIVO**	**671.389**
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	4.646
		Ajuste de avaliação patrimonial	49.397
		Reserva de lucros a realizar	(46.680)
		Total do patrimônio não Circulante	**7.363**
		TOTAL DO PASSIVO E	
TOTAL DO ATIVO	**678.752**	**DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**678.752**

Em 12 de abril de 2022 o controle acionário da Companhia Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. foi transferido para Guaíba Adm. Florestal Ltda, empresa do grupo CMPC do Chile. Em 30 de junho 2022 conforme AGE 78ª a Companhia foi incorporada pela Imaribo S.A Industria e Comercio. Os saldos incorporados estão demonstrados abaixo:

ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Caixa e equivalente de caixa	1.607	Empréstimos e Financiamentos	4.673
Aplicações financeiras	376.330	Fornecedores e contas a pagar	6.488
clientes	5.425	Obrigações trabalhistas e socias	206
Estoques	810	Obrigações tributárias	716
Adiantamentos a fornecedores	3.328	Adiantamento de clientes	4.999
Tributos a recuperar	22.273	Dividendos e JCP a pagar	17.008
Escrow venda de ativos	26.979	outras obrigações	175
Total do Ativo Circulante	**436.752**		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**Total do passivo Circulante**	**34.265**
Depósitos judiciais	285	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	
despesas antecipadas	345	Obrigações tributárias	450
precatórios a receber	29.667	tributos diferidos	24.232
Escrow venda de ativos	55.226	Provisão para litígios	76.378
Tributos diferidos	42.449	**Total do passivo não Circulante**	**101.060**
outros créditos	20.160	**TOTAL DO PASSIVO**	**135.325**
	148.132	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	
Ativo biológicos	1.477	Capital social	58.200
Imobilizado	75.116	Reserva de capital	321
	76.593	Reserva de reavaliação	2.956
Total do Ativo Circulante	**224.725**	Reserva de incentivos fiscais	1
		Reserva de ativo biólogicos	163.441
		Reserva de lucros a realizar	257.892
		ajuste de avaliação líquido	43.341
		Total patrimônio líquido	**526.152**
		TOTAL DO PASSIVO E	
TOTAL DO ATIVO	**661.477**	**DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**661.477**

Nórdica Veículos S.A.: A Nórdica Veículos S.A. ("Companhia") têm como atividade operacional o comércio e locação de veículos automotores em geral, venda de peças e acessórios, exploração de oficina de reparo e consertos de veículos automotores e serviços de recauchutagem de pneus a frio. A Companhia firmou em 27 de dezembro de 1990 o Contrato de Concessão Comercial junto a Volvo do Brasil Motores e Veículos S.A., por tempo indeterminado, objetivando a concessão de direitos e privilégios de promover a comercialização de chassis de caminhões, ônibus, peças, unidades de troca e acessórios, fabricados ou fornecidos pela Volvo, prestar assistência a esses produtos inclusive mediante atendimento em garantia, bem como utilizar, para diferenciar as suas instalações, as diversas marcas comerciais, emblemas, logotipos e sinais da Volvo. O contrato entre as partes determina a área de concessão demarcada para atuação da Nórdica Veículos. A Companhia ao longo do Contrato de Concessão Comercial vem atendendo satisfatoriamente às exigências e obrigações impostas pela Concedente relativas às vendas, recursos financeiros, dependências, contabilidade, padrões éticos, instalações, oficinas, ferramentas, pessoal, departamentos, estoques e administração geral. **Imaribo Florestal Ltda.:** Foi adquirida em 30 de dezembro de 2015 por valor irrisório, sem ativos e passivos sujeitos a adoção do CPC 15 - Combinação de negócios e não realiza atividade operacional, sendo realizado somente o aumento de capital com a integralização de bens imóveis rurais de empresas do grupo localizadas no Estado do Paraná. Em 12 de abril de 2022 a Imaribo S.A Industria e Comercio alienou a participação que detinha da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Ainda, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas e, quando aplicável, as controladas em conjunto, diretas e indiretas. A data-base das demonstrações financeiras das controladas, incluídas na consolidação, é coincidente com as da controladora. As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), são divulgadas em conjunto com as demonstrações consolidadas. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela administração em 03 de abril de 2023. **2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** Na consolidação das demonstrações financeiras relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas e resultados não realizados decorrentes de transações efetuadas entre estas. A participação dos acionistas não controladores é destacada nas demonstrações financeiras. a. Controladas: são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Controladora e nas quais há preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle deixa de existir. b. Sociedades integrantes das demonstrações financeiras consolidadas: as demonstrações financeiras consolidadas incluem além das informações relativas à Companhia, as informações contábeis das suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participações (%)	
	2022	**2021**
Controladas:	**Diretas**	
Iguaçu Celulose, Papel S.A.	**0,00%**	**100,0000%**
Nórdica Veículos S.A.	**99,9999%**	**99,9999%**
Imaribo Florestal Ltda.	**0,00%**	**100,0000%**

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais estão definidas abaixo: **3.1. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, qual seja, o Real (R$). **3.2. Transações e saldos:** Operações com moedas estrangeiras são inicialmente registradas na moeda funcional (R$) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Em existindo ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. **3.3. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados

mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. *Valor justo de ativos biológicos:* Para a mensuração dos valores justos dos ativos biológicos são adotadas premissas para estimar valores, preços, bem como em informações de mercado e outras informações disponíveis, conforme mencionado na nota 3.9. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Caixa e fundos fixos	1	2	35	45
Bancos conta movimento	4.180	4.504	4.238	6.226
	4.181	4.506	4.273	6.271

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora	
		2.022	2.021
Instituição	Remuneração	circulante	não circulante
Banco Safra S.A.	Poupança	1	3
Banco do Brasil	Diário - 10% CDI	9	–
Banco Safra S.A.	FUNDO - 104% CDI	1.403	–
Banco Itaú	Diário - 70% CDI	27.926	–
		29.339	3

		Consolidado	
		2.022	2.021
Instituição	Remuneração	circulante	não circulante
Banco Itaú	Automatica 2% CDI ao dia	3.099	1.038
Banco Itaú	Compromissada - 80% CDI - cada 30 dias	51.097	84.647
Banco Itaú	CDB - 102% CDI	46.297	20.380
Banco Bradesco	InvestPlus - até 99,25% CDI ao mês	2	151
		100.495	106.216

7. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Clientes mercado interno	10.774	12.342	92.536	100.569
Clientes coligadas	–	212	–	–
Clientes mercado externo	2.774	3.302	2.774	33.267
	13.548	15.856	95.310	133.836
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(460)	(582)	(3.013)
	–	(460)	(582)	(3.013)
	13.548	15.396	94.728	130.823

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Reais	10.774	12.554	92.536	100.569
Dólar	2.774	3.302	2.774	25.977
Euros	–	–	–	7.290
Total	**13.548**	**15.856**	**95.310**	**133.836**

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

(a) Controladora			(b) Consolidado		
	2.022	2.021		2.022	2.021
Saldo no início do exercício	**(460)**	**(776)**	**Saldo no início do exercício**	**(3.013)**	**(9.687)**
			Recuperações/ realizações		
Incorporação	854	–	antes da Incorporação	3.039	
Adições	(4.108)	(5.499)	Adições	(4.322)	(78.719)
Recuperações/ realizações	3.714	5.815	Recuperações/ realizações	3.714	85.393
Saldo no final do exercício	**–**	**(460)**	**Saldo no final do exercício**	**(582)**	**(3.013)**

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

(a) Controladora			(b) Consolidado		
	2.022	2.021		2.022	2.021
A vencer	10.997	10.469	A vencer	72.550	104.928
Vencidos a:			Vencidos a:		
De 1 a 30 dias	674	2.448	De 1 a 30 dias	19.987	21.426
De 31 a 60 dias	1.328	1.122	De 31 a 60 dias	1.587	2.437
De 61 a 90 dias	–	507	De 61 a 90 dias	27	539
Acima de 91 dias	549	1.310	Acima de 91 dias	1.159	4.506
Total	**13.548**	**15.856**	**Total**	**95.310**	**133.836**

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Produtos acabados	11.407	4.944	11.407	15.531
Veículos automotores	–	–	128.461	18.723
Peças e acessórios	–	–	25.104	24.379
Produtos diversos	101	31	101	31
Materiais diretos	3.789	5.000	3.789	17.344
Materiais indiretos	2.035	1.406	2.035	13.960
	17.332	11.381	170.897	89.968

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
ICMS a recuperar	11.112	3.850	36.791	14.640
IRPJ a recuperar	2.152	9.035	2.961	9.490
CSLL a recuperar	9	489	9	489
PIS a recuperar	4.829	923	4.829	2.355
COFINS a recuperar	21.009	4.542	21.022	10.994
IPI a recuperar	1.527	70	1.527	483
Antecipação Parcelamento	2.440	–	2.440	2.442
Outros	31	104	31	134
	43.109	19.013	69.610	41.027
Parcela não circulante	**893**	**305**	**893**	**6.558**
Parcela circulante	**42.216**	**18.708**	**68.717**	**34.469**

Os valores relativos à rubrica "ICMS a recuperar" na controladora e na controlada Nórdica Veículos S.A. na maioria são compostos pelo saldo credor na apuração do ICMS de dezembro de 2022. Os valores relativos à rubrica "Pis a recuperar" e "Cofins a recuperar", foram registrados a partir de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2018, quando o Superior Tribunal de Justiça conclui o julgamento do REsp nº 1.221.170/PR tal conceito de insumos foi ampliado e pacificado, porquanto recepcionado tanto pela Receita Federal do Brasil (RFB) quanto pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN). A controladora em 2022 procedeu com levantamento de créditos tributários relativos às estas contribuições dos últimos 5 anos. O valor relativo à rubrica "Antecipação Parcelamento", refere-se ao pagamento de parcelas de parcelamentos especiais federais (REFIS I, Lei nº 9.964/00). Após homologação da Receita Federal do Brasil (RFB), o saldo será utilizado no abatimento do saldo devedor migrado para o parcelamento especial federal constante da Lei nº 11.941/09) ou na compensação de outros tributos federais.

10. PRECATÓRIOS A RECEBER

	Controladora			Consolidado	
Descrição	31/12/22	31/12/21	Descrição	31/12/22	31/12/21
Valor Original	29.687	–	Valor Original	29.687	30.046
Correção Monetária	12.695	–	Correção Monetária	12.695	12.695
Impairment			Impairment		
(Provisão para Perdas)	(12.715)	–	(Provisão para Perdas)	(12.715)	(12.715)
Total	**29.667**	**–**	**Total**	**29.667**	**30.026**

Após a incorporação a Imaribo S.A passou a ser a detentora mediante aquisição na qualidade de cessionária, de precatórios requisitórios no valor de R$ 29.667 perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Os valores foram corrigidos pelos índices TR nos períodos de 12/2009 a 03/2015 e IPCA-E nos períodos de 03/2015 a 06/2021, conforme Resolução do CNJ nº 303 de 18/12/2019. Para o reconhecimento do *Impairment*, a Companhia avaliou deságio de 30%. A controlada Nórdica Veículos S.A. possuía precatórios no valor de R$ 359 em 2021.

11. ESCROW VENDA DE ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Rio Negro Propriedades Rurais	85.136	–	85.136	–
Guaíba Administração Florestal Ltda.	58.607	–	58.607	–
	143.743	–	143.743	–
Parcela não circulante	**88.517**	**–**	**88.517**	**–**
Parcela circulante	**55.226**	**–**	**55.226**	**–**

Valores a receber da empresa Guaíba Administração Florestal Ltda., empresa do Grupo CMPC do Chile, pela alienação do controle acionário da Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. O valor do Deposito em Garantia permanecerá em conta de aplicação em instituição financeira de primeira linha, conforme previsto contratualmente, e será mantido pelo prazo de 6 anos a partir do fechamento da transação em 12 de abril de 2022, com liberações parciais a cada semestre, como garantia para o pagamento integral e pontual de indenizações que se tornem devidas. Valores a Receber da Rio Negro Propriedades Rurais trata-se de valores referente a venda de terras pela Imaribo Florestal Ltda., que serão liberados por ocasião da regularização fundiária e respectiva transferência de titularidade.

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

Os investimentos da controladora estão compostos, por participações em controladas, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, como segue:

Investimento em 31.12.2022	Patrimônio investida	Resultado investida		Participação	Saldo investimentos	Equivalência patrimonial
Iguaçu Embalgens Industriais Ltda	–	(2.605)	(a)	99,9900%	–	(2.605)
Iguaçu Celulose, Papel S.A.	–	342.036	(a)	100,0000%	–	342.036
Nórdica Veiculos S.A.	262.850	105.755		99,9999%	262.850	105.755
					262.850	**445.186**
Resultado de equivalência patrimonial						**445.186**

(a) Cálculo da equivalência patrimonial considerando o período de 01/01 a 31/03/2022 para a controlada Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. e de 01/01 a 30/06/2022 para a controlada Iguaçu Celulose, Papel S.A.

Investimento em 31.12.2021	Patrimônio investida	Resultado investida		Participação	Saldo investimentos	Equivalência patrimonial
Iguaçu Celulose, Papel S.A.	83.547	(16.485)	(c)	84,4280%	–	(13.918)
Iguaçu Celulose, Papel S.A.	117.660	31.545	(c)	100,0000%	117.660	31.545
Imaribo Florestal Ltda	221.867	-		100,0000%	221.867	–
Nórdica Veiculos S.A.	229.411	105.963		99,9999%	229.411	105.963
					568.938	**123.590**
Resultado de equivalência patrimonial						**123.590**

(b) Cálculo de equivalência patrimonial líquido do resultado positivo de R$ 71.032 oriundo do ganho não realizado pela alienação de ativos da controlada Iguaçu Celulose, Papel S.A. para a Companhia. (c) Cálculo da equivalência patrimonial considerando o período de 01/01 a 30/04/2021 a participação de 84,4280% e de 01/05 a 31/12/2021 a participação de 100%.

Mutação investimento	Iguaçu Celulose, Papel S.A.	Nórdica Veículos S.A	Imaribo Florestal Ltda	Iguaçu Embalagens Ind. Ltda	Total
Saldo em 31.12.2021	**117.660**	**229.411**	**221.867**	**–**	**568.938**
Aporte de Capital	–	–	1.280	–	1.280
Aumento / Redução de Capital	(10.134)	–	–	10.134	–
Alienação/Incorporação de investimentos (d)	–	–	(223.146)	(7.529)	(230.675)
Dividendos	–	(68.116)	–	–	(68.116)
Juros sobre capital próprio	–	(4.200)	–	–	(4.200)
Equivalencia patrimonial 31.03.2022	–	–	–	(2.605)	(2.605)
Equivalencia patrimonial 30.06.2022	342.036	–	–	–	342.036
Equivalencia patrimonial 31.12.2022	–	105.755	–	–	105.755
Incorporação 30.06.2022	(449.562)	–	–	–	(449.562)
Saldo em 31.12.2022	**–**	**262.850**	**–**	**–**	**262.850**

(d) Durante o ano de 2022 a companhia constituiu e alienou a controlada Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. e incorporou a controlada Iguaçu Celulose, Papel S.A.

Mutação investimento	Iguaçu Celulose, Papel S.A.	Nórdica Veículos S.A	Imaribo Florestal Ltda	Iguaçu Embalagens Ind. Ltda	Total
Saldo em 31.12.2021	**84.455**	**179.940**	**–**	**–**	**264.395**
Por mudança de participação	15.578	–	–	–	15.578
Aquisição de investimentos (e)	–	–	221.867	–	221.867
Dividendos	–	(30.000)	–	–	(30.000)
Juros sobre capital próprio	–	(26.492)	–	–	(26.492)
Equivalencia patrimonial 30.04.2021	(13.918)	–	–	–	(13.918)
Equivalencia aumento de participação	–	–	–	–	–
Equivalencia patrimonial 31.12.2022	31.545	105.963	–	–	137.508
Saldo em 31.12.2021	**117.660**	**229.411**	**221.867**	**–**	**568.938**

(e) As controladas Iguaçu Celulose Papel S.A e Nórdica Veículos S.A alienaram 100% das quotas que possuíam na Imaribo Florestal Ltda. para a Imaribo S.A. Indústria e Comércio em assembleia realizada em 31 de maio de 2021.

13. ATIVO BIOLÓGICO

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Saldo inicial	**45.256**	**20.452**	**321.278**	**269.759**
Adições	22.740	9.186	23.002	10.180
Cortes efetuados no exercício antes da incorporação	–	–	(4.520)	–
Incorporação adição	1.477	–	–	–
Variação do valor justo (CPC 29)	47.728	15.660	47.728	72.652
Cisão parcial Iguaçu Embalagens Industriais Ltda	–	–	(270.287)	–
Cortes efetuados no exercício	(8.228)	(42)	(8.228)	(31.313)
Saldo Final	**108.973**	**45.256**	**108.973**	**321.278**

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas estão representados pelas florestas de pinus e eucalyptus em formação, destinadas ao fornecimento de madeira. A avaliação das florestas foi realizada através do método do "*income approach*", baseado no fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, as projeções estão baseadas em cenários projetivos os quais se baseiam na produtividade e área de plantio para um ciclo de corte entre 7 a 18 anos. O período dos fluxos de caixa é projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação, produtividade média por m³ de madeira de cada plantação por hectare na idade de corte. O preço líquido médio de venda foi projetado com base no preço estimado para pinus no mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé" por região. O custo médio de manutenção das florestas estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate às formigas e outras pragas, adubamento, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, considerando uma taxa média de desconto de 8,5% a.a. Quaisquer alterações nas premissas utilizadas poderão impactar em alteração do resultado do fluxo de caixa descontado, logo, na valorização ou desvalorização dos ativos biológicos.

14. IMOBILIZADO

	Controladora							
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Terrenos e fazendas	Imobilizado em andamento	Outros	Total do ativo imobilizado
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.547	5.929	302	1.107	17.961	32	–	35.878
Transferências	–	–	46	–	–	(46)	–	–
Depreciação	(538)	(532)	(39)	(167)	–	–	–	(1.276)
Adições	–	563	83	123	–	327	–	1.096
Baixas (-)	(26)	(96)	(14)	–	(850)	–	–	(986)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.983	5.864	378	1.063	17.111	313	–	34.712
Adições via Incorporação da controlada Iguaçu	2.250	944	15	–	71.981	–	–	75.190
Adições	–	742	169	–	–	3.151	–	4.062
Depreciação	(702)	(445)	(37)	(194)	–	–	–	(1.378)
Baixas (-)	–	–	(2)	–	(1.221)	–	–	(1.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.531	7.105	523	869	87.871	3.464	–	111.363

	Consolidado							
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Terrenos e fazendas	Imobilizado em andamento	Outros	Total do ativo imobilizado
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**98.842**	**287.169**	**2.445**	**6.243**	**297.230**	**12.267**	**1**	**704.197**
Transferências	5.363	2.829	525	–	–	(8.717)	–	–
Lucros não realizados - mudança participação	–	–	–	–	(11.061)	–	–	(11.061)
Adições	178	11.893	512	123	4.614	16.197	–	33.517
Depreciação	(5.728)	(13.730)	(687)	(277)	–	–	–	(20.422)
Baixas (-)	(405)	(789)	(19)	(4.430)	(974)	–	–	(6.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**98.250**	**287.372**	**2.776**	**1.659**	**289.809**	**19.747**	**1**	**699.614**
Adições	132	927	430	–	–	3.151	–	4.640
Cisão parcial (-) IGUAÇU Celulose	(48.991)	(279.590)	(1.248)	(398)	(7.788)	(19.434)	(1)	(357.450)
Baixa (-) Imaribo Florestal	–	–	–	–	(150.893)	–	–	(150.893)
Depreciação	(2.598)	(642)	(378)	(194)	–	–	–	(3.812)
Baixas (-)	–	–	(2)	(60)	(1.221)	–	–	(1.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**46.793**	**8.067**	**1.578**	**1.007**	**129.907**	**3.464**	**–**	**190.816**

Custo atribuído "deemed cost" e vida útil econômica - Imobilizado: A Companhia e suas controladas procederam a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, atendendo em especial o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Interpretação Técnica ICPC 10. Em 2010, na adoção inicial deste pronunciamento a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por consultoria especializada. **Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação:** O valor da depreciação é determinado de forma linear considerando as vidas úteis remanescentes e os valores residuais de cada item do ativo imobilizado. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu a vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo: • Políticas de renovação e manutenção dos ativos; • Experiência da Companhia com ativos semelhantes; • Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes; • Inventários físicos de todas as unidades avaliadas; • Informações contábeis e controle patrimonial; • Especificações técnicas e evolução tecnológica; e • Estado de conservação dos bens. Durante o exercício de 2022, a Companhia utilizou vidas úteis médias de 40 anos para edificações e benfeitorias, 25 anos para máquinas e equipamentos, 10 anos para móveis e utensílios e 9 anos para veículos. O ativo imobilizado da Companhia está integralmente estabelecido no Brasil e é empregado, exclusivamente nas operações relacionadas à sua atividade comercial e industrial, estando livre de ônus e/ou garantias. O valor contábil dos ativos imobilizados não supera seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos ao teste de "*impairment*", conforme determinado pelo CPC nº 01 (Valor Recuperável dos Ativos).

15. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

15.1. Direito de Uso

Direito de Uso	Contrato de Aluguel	Total
Taxa média anual de depreciação (%)	20%	20%
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**1.601**	**1.601**
Adições	617	617
Baixas	–	–
Depreciações	(1.203)	(1.203)
Baixa de depreciações	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.015**	**1.015**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.015**	**1.015**
Adições	2.591	2.591
Baixas	(4.317)	(4.317)
Depreciações	(1.565)	(1.565)
Baixa de depreciações	4.380	4.380
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.104**	**2.104**

15.2. Passivo de Arrendamento

Passivo de Arrendamento	Arrendamento Mercantil	AVP - Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**(1.898)**	**109**	**(1.789)**
Adições	(426)	16	(410)
Baixas	1.191	(93)	1.098
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(1.133)**	**32**	**(1.101)**
Parcela classificada no circulante	(1.133)	32	(1.101)
Parcela classificada no não circulante	–	–	–
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**(1.133)**	**32**	**(1.101)**
Adições	(3.494)	391	(3.103)
Baixas	2.263	(203)	2.060
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(2.364)**	**220**	**(2.144)**
Parcela classificada no circulante	(1.361)	171	(1.190)
Parcela classificada no não circulante	(1.003)	49	(954)

16. ATIVO INTANGÍVEL

O ativo intangível está composto, substancialmente, por softwares, líquidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas com base em uma vida útil estimada de 05 anos para os aplicativos e 15 anos para o ERP. O valor contábil dos ativos intangíveis não supera seus prováveis valores de recuperação.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora			Consolidado
		2.022			2.022
Modalidade	Encargos Médios Anuais	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Estrangeira					
ACC	6,71	–	42.842	–	42.842
Financiamento Equip.	1,15	–	22.943	10.071	33.014
		–	65.785	10.071	75.856
Moeda Nacional					
Finame PSI - Equip.	4,69	–	8.636	3.414	12.051
Capital de Giro	16,40	–	20.738	–	20.738
Capital de Giro - floor plan	3,50	–	7.988	–	7.988
NCE	7,02	–	–	20.660	20.660
Cédula de Crédito Bancário	10,77	–	7.201	8.905	16.105
		–	44.563	32.979	77.542
Total		**–**	**110.348**	**43.050**	**153.398**

18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	2.022		2.021		2.022		2.021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedores mercado interno	9.881	–	7.754	–	119.953	–	107.615	8.807
Fornecedores mercado externo	–	–	–	–	–	–	3.375	–
Fornecedores coligadas	–	–	–	1.760	–	–	–	–
Prestadores de serviços de transporte	–	–	–	–	–	–	10.022	–
	9.881	–	7.754	1.760	119.953	–	121.012	8.807
(-) Ajuste a valor presente	–	–	(57)	–	–	–	(690)	(1.196)
	9.881	–	7.697	1.760	119.953	–	120.322	7.611

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	Controladora				Consolidado			
	2.022		2.021		2.022		2.021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Salários a pagar	9	–	2	–	23	–	2.223	–
INSS a pagar	480	–	294	–	1.491	–	17.414	–
Funrural a pagar	1	–	6	–	1	–	11	–
FGTS a pagar	114	–	88	–	426	–	16.322	–
Parcelamento INSS	–	–	172	603	–	–	33.676	19.377
Parcelamento CPRB	–	–	–	–	–	–	1.237	–
Parcelamento FGTS	–	–	–	–	–	–	1.075	–
Parcelamento Sesi	–	–	–	–	–	–	276	437
Parcelamento Senai	–	–	–	–	–	–	70	132
Contribuição sindical a pagar	6	–	3	–	7	–	23	–
Provisão para férias	1.131	–	1.146	–	4.786	–	16.443	–
Encargos sobre provisão para férias	416	–	421	–	1.719	–	5.929	–
INSS a recolher suspenso	–	–	–	–	–	–	–	655
Indenizações a pagar	73	–	5	–	73	–	256	–
Outros	25	–	18	–	25	–	63	–
	2.255	–	2.155	603	8.551	–	95.018	20.601

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora				Consolidado			
	2.022		2.021		2.022		2.021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IPI a pagar	–	–	–	–	–	–	37.064	–
ICMS a pagar	–	–	–	–	3.242	–	9.862	–
ISS a pagar	31	–	46	–	143	–	196	–
IRF s/ salários	118	–	51	–	931	–	2.495	–
IRF s/ serviços PF/PJ	37	–	1	–	37	–	33	–
CSRF a pagar	5	–	2	–	5	–	36	–
PIS a pagar	–	–	–	–	69	–	286	–
COFINS a pagar	–	–	–	–	327	–	1.329	–
IRPJ a pagar	745	–	1.154	–	9.846	–	11.233	–
CSLL a pagar	1.508	–	577	–	5.094	–	4.420	–
Parc. Especial Lei nº 11.941/2009 (a)	–	–	–	–	–	–	38.598	42.518
Parcelamento IRPJ	–	–	927	1.101	–	–	1.253	1.604
Parcelamento CSLL	–	–	478	550	–	–	601	739
Parcelamento PIS	–	–	276	310	–	–	432	604
Parcelamento COFINS	–	–	1.224	599	–	–	2.114	1.987
Parcelamento IPI	–	–	–	–	–	–	38.155	29.124
Parcelamento IRRF e CSRF	–	–	–	–	–	–	534	–
Parcelamento IRRF e COFINS	–	–	–	–	–	–	491	504
PERT Lei nº 13.496/2017	–	–	–	–	–	–	11.901	25.566
Parcelamento ICMS - SC	–	–	–	–	–	–	764	417
Parcelamento ICMS - PR	–	–	–	–	–	–	3.020	1.243
Parcelamento IRRF -CSRF e CPRB	–	–	–	–	–	–	5.957	2.190
	2.444	–	4.736	2.560	19.694	–	170.774	106.496

a) Programa de Parcelamento de débitos tributários e previdenciários - "REFIS IV": A controlada Iguaçu aderiu e consolidou seus débitos tributários no Parcelamento Especial, "REFIS IV", junto a Receita Federal do Brasil, PGFN e INSS, migrando assim os valores anteriormente declarados no "REFIS I" e inclusão de todos os débitos em litígio (esfera administrativa ou judicial), cujo êxito das demandas seja remoto. Esta operação foi realizada com base na Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009. De acordo com esta Lei, está previsto a redução de multas, juros, encargos legais e ainda a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL para abatimento de multas e juros. Em abril de 2022 a controlada IGUAÇU liquidou antecipadamente o saldo da dívida consolidada mencionada acima.

21. PARTES RELACIONADAS

Controladora

Saldos e transações em 31/12/2022:								Controladora Resultado	Consolidado Saldos patrimoniais	Consolidado Resultado
	Encargos	Mutuo Passivos	Saldo Dividendos e JCP a Receber	Saldo Contas a Receber	Saldo Contas a Pagar	Vendas	Compras	Encargos	Passivos	Encargos
Iguaçu Celulose, Papel S.A	80% SELIC	–	–	–	–	–	–	(3.001)	–	–
Nórdica Veículos S.A	80% SELIC	–	25.809	–	–	–	–	(3.162)	–	–
Paulo Roberto Pizani		–	–	–	–	–	–	–	–	(66)
Total		**–**	**25.809**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.163)**	**–**	**(66)**

Saldos e transações em 31/12/2021:								Resultado	Saldos patrimoniais
	Encargos	Mutuo Passivos	Saldo Dividendos a Receber	Saldo Contas a Receber	Saldo Contas a Pagar	Vendas	Compras	Encargos	Passivos
Iguaçu Celulose, Papel S.A	80% SELIC	154.513	–	212	1.761	2.243	1.728	(4.555)	–
Nórdica Veículos S.A	80% SELIC	61.278	22.063	–	–	–	–	(1.635)	–
Paulo Roberto Pizani		–	–	–	–	–	–	–	2.000
Total		**215.791**	**22.063**	**212**	**1.761**	**2.243**	**1.728**	**(6.190)**	**2.000**

Essas rubricas registram, substancialmente, os mútuos concedidos e/ou captados junto às empresas do grupo econômico, relativos a aporte de capital de giro para manutenção das atividades normais das empresas. As referidas operações estão suportadas por contratos de mútuo, firmados por tempo e valores determinados, ficando pré-estabelecido que as devoluções dos recursos transferidos, a título de mútuo, deverão ocorrer num prazo máximo de 10 anos, levando em consideração a situação financeira e a necessidade de cada Sociedade empresária. Os saldos são atualizados mensalmente pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 80% do valor da SELIC na operação de compra e venda de participações. Em assembleia realizada em 31 de maio de 2021 pelas controladas Iguaçu Celulose, Papel S.A e Nórdica Veículos S.A foram alienados 100% das quotas que as controladas possuíam na Imaribo Florestal Ltda. para a Imaribo S.A. Indústria e Comércio. Os valores seriam pagos em 36 (trinta e seis) meses a contar da assinatura do instrumento particular, considerando uma carência para início do pagamento das parcelas mensais e sucessivas de 18 (dezoito) meses, ficando o primeiro pagamento com vencimento em 01 de dezembro de 2022, porém em 07 de abril de 2022 foi quitado integralmente. **Remuneração dos administradores: a) Controladora:** Sua 62ª assembleia geral ordinária, do dia 09 de agosto de 2022, fixou a remuneração anual e global do conselho de administração e da diretoria para um ano 2022/2023, em R$ 2.178, direcionados aos 05 (cinco) conselheiros e 02 (dois) diretores estatutários.

A Companhia não oferece benefícios variáveis ou benefícios de longo prazo aos administradores. **b) Controlada:** A Nórdica Veículos S.A. Aos acionistas é assegurada, anualmente, conforme estabelecido no Estatuto da Companhia, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25%, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No ano de 2022 o montante distribuído de dividendos foi R$ 26.438 (R$ 26.491 em 2021). Também no ano de 2022 foi aprovada através da 39ª Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 09 de agosto, a distribuição aos acionistas dos dividendos decorrentes de lucros acumulados de exercícios anteriores no valor total de R$ 45.878, sendo utilizado do saldo da Reserva de Retenção de Lucros.

22. IRPJ E CSLL SOBRE O LUCRO

(a) Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação dos tributos apurados conforme as alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados nos exercícios de 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2.022	2.021
Resultado do exercício antes dos tributos	**744.010**	**173.804**
Impostos às alíquotas nominais (34%)	**(252.963)**	**(59.094)**
Adiçoes permanentes:		
Adições/exclusões permanentes, líquidas	(156)	107
Juros sobre capital próprio	21.996	–
Equivalência patrimônial	151.363	42.021
Doações, brindes e multas não dedutíveis	4	12
Outros itens, líquidos	35.772	3.531
Impostos registrados no resultado	**(43.984)**	**(13.422)**
Correntes	(27.782)	(8.259)
Diferidos	(16.202)	(5.163)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	**5,91%**	**7,72%**

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
Natureza	2.022	2.021	2.022	2.021
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para litígios e outros	(22.721)	(1.015)	(23.008)	(5.833)
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL	–	–	–	(16.481)
	(22.721)	**(1.015)**	**(23.008)**	**(22.314)**
Tributos diferidos passivos:				
Reavaliação espontânea imobilizado	1.591	55	1.591	1.675
Correção monetária especial (Lei nº 8.200/91)	163	10	163	312
Correção IPC/BTNF/90 (Lei nº 8.200/91)	65	37	65	94

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Despesas comerciais				
Pessoal	685	550	1.329	2.917
Depreciações	55	40	61	83
Fretes (mercado interno)	3.930	2.607	10.942	27.322
Comissões (mercado interno)	27	–	284	951
Serviços contratados (mercado interno)	185	163	212	175
Fretes (mercado externo)	9.623	8.787	14.122	15.018
Comissões (mercado externo)	317	676	2.336	7.265
Impostos	–	–	84	705
Outros	167	99	5.220	4.859
Total	**14.989**	**12.922**	**34.590**	**59.295**

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Recuperação de despesas	–	–	193	1.525
Bonificação por meta atingida	–	–	25.467	18.698
Receitas de aluguéis	–	–	–	1
Venda de sucata e óleo	–	–	1.964	1.715
Indenização de sinistro	–	–	–	1.526
Provisão PCLD	(460)	316	(668)	6.674
Pis e Cofins	15.533	(192)	12.947	4.968
Perda ICMS sobre ativo imobilizado	(2)	(17)	(465)	(265)
Perdas incobráveis	(27)	–	(27)	(3.953)
Aluguel	125	–	130	–
Resultado na alienação dos investimentos	146.839	–	523.164	–
Lucros não realizados referente alienação investimentos 2015	71.032	–	71.032	–
Resultado na alienção do imobilizado	557	4.316	(1.351)	6.941
Provisão para litígios e outros	4.453	461	(50.559)	11.426
Indenizações	–	(87)	–	(627)
Outras Receitas	3.566	25	4.164	172
Outras despesas	(45)	(10)	(1.985)	(1.400)
Total	**241.571**	**4.812**	**584.006**	**47.401**

Os valores relativos à rubrica "Pis e Cofins", na controladora, refere-se ao levantamento extemporâneo de créditos dos últimos 5 anos (Nota 9).

29. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Despesas Financeiras				
Despesas de tarifas bancárias	(65)	(59)	(1.947)	(1.835)
Variações cambias e monetárias	(2.275)	(867)	(5.174)	(19.995)
Juros passivos coligadas	(6.163)	(6.190)	–	–
Juros sobre tributos	(3.173)	(624)	(52.228)	(27.465)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.503)	(40)	(8.569)	(17.210)
Tributos sobre Operações Financeiras	(2.428)	–	(2.878)	(2.372)
Descontos concedidos	(769)	(680)	(7.420)	(13.117)
Outras despesas financeiras	(386)	(210)	(3.672)	(2.514)
	(16.762)	(8.670)	(81.888)	(84.508)
Receitas Financeiras				
Receitas e rendimentos aplicação financeiras	9.269	182	28.552	2.701
Variações cambias e monetárias	1.419	1.402	10.953	13.648
Juros sobre duplicatas	726	892	2.172	1.517
Descontos auferidos	104	16	3.201	936
Descontos transação tributaria e FDE	–	–	111.170	–
Outras Receitas financeiras	573	70	634	2.533
	12.091	2.562	156.682	21.335
Resultado Financeiro Líquido	**(4.671)**	**(6.108)**	**74.794**	**(63.173)**

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi necessário considerável interpretação e julgamento, por parte da Companhia, para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros segue a política financeira da Companhia e suas controladas, sendo efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, minimização de exposição cambial, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. **a) Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: • Risco de crédito: Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. • Risco cambial: A Companhia possui os seguintes ativos e passivos em moeda estrangeira (dólar norte americano e euro), os quais podem afetar o resultado da mesma pela variação da taxa de câmbio - os saldos em moeda estrangeira são apresentados abaixo convertido para reais:

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2.021	2.022	2.021
Clientes exterior	2.774	3.302	2.774	33.267
Importação em andamento	240	–	240	1.638
Fornecedores exterior	–	–	–	(3.375)
Empréstimos	–	–	–	(75.856)
Valor exposição líquida	**3.014**	**3.302**	**3.014**	**(44.326)**

b) Composição de saldos: Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, estão identificados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2.022		2.022	
	Saldo Contábil	Valor de mercado	Saldo Contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	4.181	4.181	4.273	4.273
Aplicações financeiras	29.339	29.339	129.834	129.834
Clientes	13.548	13.548	94.728	94.728
Fornecedores e contas a pagar	(9.881)	(9.881)	(119.953)	(119.953)
Dividendos e JCP	25.809	25.809	–	–
	62.995	**62.995**	**108.882**	**108.882**

c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: • Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente são mantidos em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. • Contas a receber: O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo e, quando cabível, observado o quesito da materialidade, são ajustados a valor presente. • Derivativos: A Companhia e suas controladas tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos derivativos vigentes no período findo em 31 de dezembro de 2022.

31. SEGUROS

a) Controladas: Na Nórdica Veículos S.A, os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, cujos montantes segurados apresentam-se da seguinte forma:

			Vigência	
Descrição	**Cobertura**	**Valor**	**Início**	**Término**
Patrimonial	Prédio, raio e explosão	15.000	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Elétricos	100	31/mai./22	31/mai./23
	Vendaval, Granizo, Impacto de Veículos	4.000	31/mai./22	31/mai./23
	Equipamentos Eletrônicos	50	31/mai./22	31/mai./23
	Equip. em Exposição ou Demonstração	320	31/mai./22	31/mai./23
	Roubo e/ou Furto Qualificado	2.000	31/mai./22	31/mai./23
	Respons. Civil Concessionária	500	31/mai./22	31/mai./23
	Bens de Terceiros	320	31/mai./22	31/mai./23
	Riscos diversos concessionária	500	31/mai./22	31/mai./23
	Alagamento/Inundação	100	31/mai./22	31/mai./23
	Anúncios luminosos	80	31/mai./22	31/mai./23
	Quebra de vidros	25	31/mai./22	31/mai./23
Veículos	Casco	100% FIPE	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Materiais	250	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Corporais	250	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Morais/Estéticos	50	31/mai./22	31/mai./23
	Carroceria	10	31/mai./22	31/mai./23

DIRETORIA

Paulo Roberto Pizani - Diretor Superintendente
Raimar Sternadt - Diretor Administrativo/Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Julio Cesar Pisani - Presidente
Vera Maria Luhm Pisani - Conselheira
Luiz Felipe Nardi - Conselheiro
Heloisa Maria Pisani de Oliveira Franco - Conselheira
Luiz Fernando Pizzani - Conselheiro

CONTADOR

Marcelo Ryba
CRC - PR nº 050835/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Curitiba - PR

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras **IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IMARIBO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 15 de março de 2022. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 03 de abril de 2023.

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9
FABIO EDUARDO LORENZON
Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6

Martinelli AUDITORES

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 52F6-D00A-B4AA-9802.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 52F6-D00A-B4AA-9802.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 52F6-D00A-B4AA-9802.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/52F6-D00A-B4AA-9802 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 52F6-D00A-B4AA-9802

Hash do Documento

2376709B85C69E63F12E175909126C692BF2C9746F1CAC071E76F4A398B49CF4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Nórdica Veículos S.A.

CNPJ nº 77.997.187/0001-74

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado pela retomada do crescimento, apesar do impacto do aumento dos juros e da instabilidade da economia nacional e internacional. A flexibilização das restrições da pandemia, o otimismo do agronegócio e da indústria, foram fundamentais para que a Nórdica tivesse atingido bons resultados, mesmo com um cenário não muito favorável. A nossa organização entregou resultados positivos que refletem a dedicação e o trabalho árduo dos nossos colaboradores, focados na criação de valor para os nossos clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades. As decisões estratégicas, aliadas a uma gestão de transparência, agilidade e qualidade, têm sido fundamentais para superar as adversidades dos anos anteriores e manter o crescimento e a satisfação dos nossos clientes. A continuidade da disponibilidade de caminhões, foi um dos pontos fundamentais para que pudéssemos atender grande parte da demanda do mercado, principalmente na linha de caminhões semipesados. No ano de 2022, a crise na cadeia de abastecimento global foi contornada, e a indústria automotiva de pesados conseguiu recuperar o fornecimento de componentes essenciais e a frequente falta de materiais, contribuindo para a melhor performance de entregas, principalmente os que interferem diretamente na produtividade das fábricas. Nossos clientes continuaram crescendo, com o agronegócio se consolidando como um dos maiores impulsionadores de crescimento, e a indústria reagindo fortemente. O aumento da produção e exportações de carnes e grãos, foi a chave propulsora do transporte de cargas em nossa região. O Paraná, nossa área de atuação, tem mostrado grande eficiência no agronegócio, apesar de ter enfrentado dificuldades de acesso às estradas próximas ao Porto de Paranaguá no último trimestre do ano. Quando falamos em números, no contexto regional, nosso volume total de vendas de caminhões pesados e semipesados, teve um crescimento total de 3%. Nas vendas de ônibus em nossa região, tivemos um aumento expressivo, de 221% em relação ao ano de 2021, o que denota uma forte recuperação de mercado pós-pandemia neste segmento. Nas vendas de serviços e peças, o crescimento foi de 19% para peças, e 16% para serviços, resultado este, fruto do aumento da frota circulante ocorrida nos últimos anos, somado ao vigoroso desempenho do agronegócio e de alguns setores da indústria de alimentos, somado à adoção de novas formas de relacionamento com os clientes, fortalecimento de canais digitais, resultando em agilidade e melhorias no agendamento de serviços e atendimento. O faturamento líquido teve um crescimento de 20,7% em 2022, quando comparado a 2021. O lucro líquido de 2021 que foi de 9,5%, teve uma pequena redução em 2022, ficando em 7,8%. A leve queda do lucro líquido reflete o aperto das margens de vendas de veículos neste ano, prejudicada pela concorrência acirrada em nosso segmento. Reduzimos os custos e despesas, e como resultado, as despesas gerais e administrativas que em 2021 perfaziam 6,8% da receita operacional líquida, passaram em 2022 a representar 5,08%, fruto de uma administração rigorosa no controle orçamentário.

Agradecimentos - A Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como a equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação.

Declaração da Diretoria - Em atendimento as disposições legais pertinentes, a Diretoria declara que revisou e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o qual foi aprovado em Reunião de Diretoria de 30/03/2023.

Curitiba, 30 de março de 2023.

A ADMINISTRAÇÃO

NÓRDICA VEÍCULOS S/A - CNPJ 77.997.187/0001-74

Curitiba-PR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL (*Em milhares de reais*)

Ativo	NOTA	2022	2021
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	92	467
Aplicações Financeiras	6	100.495	106.216
Contas a Receber de Clientes	7	81.180	52.331
Estoques	8	153.565	43.102
Impostos a Recuperar	9	26.502	1.935
Adiantamentos Concedidos	10	430	433
Despesas Antecipadas		10	115
Outros Direitos Realizáveis		37	11
		362.311	204.610
Não Circulante			
Direitos Realizáveis			
Valores a Receber de Partes Relacionadas	11	0	61.279
Depósitos Judiciais		11	702
Outros Direitos Realizáveis		359	359
		370	62.340
Investimentos	12	10	10
Imobilizado	13	79.453	81.369
Direito de Uso	14	2.104	1.015
Intangível		31	38
		81.598	82.432
Total do Ativo		**444.279**	**349.382**

Passivo	NOTA	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	15	110.072	43.629
Empréstimos e Financiamentos	16	0	7.988
Obrigações Trabalhistas, Sociais e Dividendos	17	6.296	6.528
Obrigações Tributárias	18	4.563	4.418
IRPJ / CSLL Correntes		12.687	13.924
Adiantamentos de Clientes		3.869	2.881
Dividendos e JCP		25.809	19.747
Passivo de Arrendamento	14	1.190	1.101
Demais Contas a Pagar		1.036	5.488
		165.522	105.704
Não Circulante			
Tributos Diferidos	19b	13.112	12.955
Passivos Litigiosos	20	805	1.312
Passivo de Arrendamento	14	954	0
Demais Contas a Pagar		1.036	0
		15.907	14.267
Patrimônio Líquido			
Capital Social	21a	94.502	94.502
Reservas de Capital	21b	5.981	5.981
Reservas de Lucros	21b	141.058	107.325
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21b	21.309	21.603
		262.850	229.411
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**444.279**	**349.382**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	NOTA	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	1.345.997	1.115.208
CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	23	(1.152.966)	(904.907)
LUCRO BRUTO		193.031	210.301
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	24	(68.354)	(75.582)
Remuneração dos Administradores	25	(2.653)	(2.628)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	23.770	24.359
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		145.794	156.450
Despesas Financeiras	27	(3.180)	(5.655)
Receitas Financeiras	27	14.365	4.880
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		156.979	155.675
IR e CS Corrente	19a	(51.067)	(48.720)
IR e CS Diferido	19a	(157)	(992)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		105.755	105.963
LUCRO POR AÇÃO		23,70	23,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	105.755	105.963
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	105.755	105.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fuxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucros Antes do IR e CS	156.979	155.675
Ajustes por:		
IR e CS Diferidos	-	26
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	214	42
Provisão p/ Contingências	(507)	(3.027)
Depreciação e Amortização	2.443	2.682
Direito de Uso - Baixa e Depreciação	(1.089)	586
Lucro Ajustado	158.040	155.984
IR e CS Correntes Pagos	(52.304)	(42.482)
(Aumento)/Diminuição dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	(29.063)	(28.557)
Estoques	(110.463)	(20.115)
Impostos a Recuperar	(24.567)	(1.057)
Despesas do Exercício Seguinte	105	(31)
Outros Ativos	61.947	(61.433)
Aumento/(Diminuição) dos Passivos:		
Fornecedores	66.443	34.782
Obrigações Trabalhistas e Provisões	5.830	19.135
Obrigações Tributárias	145	1.505
Outros Passivos	(1.385)	4.107
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	74.728	61.838
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizado, Intangível	(580)	(5.247)
Aplicações Financeiras	5.721	(72.541)
Alienação do Imobilizado	60	5.402
Alienação de Investimentos	-	59.644
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	5.201	(12.742)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento/(Diminuição) de Empréstimos	(7.988)	7.134
Distribuição de Dividendos	(72.316)	(56.491)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(80.304)	(49.357)
(DIMINUIÇÃO)/AUMENTO LÍQ. CAIXA E EQUIVAL. DE CAIXA	(375)	(261)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	467	728
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	92	467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital: Especial de Ágio	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Reservas de Lucros: Incentivos Fiscais	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**94.502**	**5.981**	**16.210**	**4.545**	**27.343**	**9.445**	**21.913**	**-**	**179.939**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	105.963	105.963
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(470)	470	-
Tributos Diferidos s/ Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	160	(160)	-
Realização Depreciação s/ Vida Útil ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exclusão ICMS da Base de Cálculo IR/CS - LC 160	-	-	-	-	-	285	-	(285)	-
Destinações Propostas do Exercício:									
- Reserva Legal	-	-	2.690	-	-	-	-	(2.690)	-
- Reserva para Investimento e Capital de Giro	-	-	-	10.596	-	-	-	(10.596)	-
- Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(19.747)	(19.747)
- Antecipação de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(6.744)	(6.744)
- Reserva de Lucros a Disposição dos Acionistas	-	-	-	-	66.211	-	-	(66.211)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**94.502**	**5.981**	**18.900**	**15.141**	**63.554**	**9.730**	**21.603**	**-**	**229.411**
Lucro Líquido do Exercício -	-	-	-	-	-	-	-	105.755	105.755
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(45.878)	-	-	-	(45.878)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(445)	445	-
Tributos Diferidos s/ Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	151	(151)	-
Exclusão ICMS da Base de Cálculo IR/CS - LC 160	-	-	-	-	-	1.262	-	(1.262)	-
Destinações Propostas do Exercício:									
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva para Investimento e Capital de Giro	-	-	-	10.576	-	-	-	(10.576)	-
- Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(22.238)	(22.238)
- Antecipação de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(4.200)	(4.200)
- Reserva de Lucros a Disposição dos Acionistas	-	-	-	-	67.773	-	-	(67.773)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**94.502**	**5.981**	**18.900**	**25.717**	**85.449**	**10.992**	**21.309**	**-**	**262.850**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Nórdica Veículos S.A. ("Companhia") têm como atividade operacional o comércio e locação de veículos automotores em geral, venda de peças e acessórios, exploração de oficina de reparo e consertos de veículos automotores e serviços de recauchutagem de pneus a frio.

A Companhia firmou em 27 de dezembro de 1990 o Contrato de Concessão Comercial junto a Volvo do Brasil Motores e Veículos S.A., por tempo indeterminado, objetivando a concessão de direitos e privilégios de promover a comercialização de chassis de caminhões, ônibus, peças, unidades de troca e acessórios, fabricados ou fornecidos pela Volvo, prestar assistência a esses produtos inclusive mediante atendimento em garantia, bem como utilizar, para diferenciar as suas instalações, as diversas marcas comerciais, emblemas, logotipos e sinais da Volvo. O contrato entre as partes determina a área de concessão demarcada para atuação da Nórdica Veículos.

A Companhia ao longo do Contrato de Concessão Comercial vem atendendo satisfatoriamente às exigências e obrigações impostas pela Concedente relativas às vendas, recursos financeiros, dependências, contabilidade, padrões éticos, instalações, oficinas, ferramentas, pessoal, departamentos, estoques e administração geral.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela administração em 28 de março de 2023.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais estão definidas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, qual seja, o Real (R$).

3.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de serviços

A receita de serviços de reparos e consertos (oficina) e serviços de corretagem, é reconhecida à medida que o serviço é prestado.

Receita de comissões

A receita de comissões é auferida mediante vendas diretas pela montadora na área de atuação da Companhia e é reconhecida à medida que as vendas são realizadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4 Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de veículos, peças ou prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 7.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos de aquisição e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 8.

3.6 Partes relacionadas

Consiste na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições contratuais de cada transação.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada no passivo, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.7 Investimentos

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, e os investimentos em empresas controladas são avaliadas através do método de Equivalência Patrimonial.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento incorridos durante a construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem compras financiadas, reconhecendo um ativo imobilizado e um passivo de financiamento no início de cada operação, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, em taxas descritas na nota explicativa nº 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos / (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O valor contábil do Ativo Imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e é submetido ao teste de recuperação ao menos anualmente, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico - CPC nº 01 - Valor Recuperável dos Ativos.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia utiliza a variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

Não foram identificadas transações cujo efeito do ajuste a valor presente fosse relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contraídos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12 Contas a Pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 37B5-A6CB-B243-64A2.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 37B5-A6CB-B243-64A2.

...Continuação.

NOTAS EXPLICATIVAS - *CONTINUAÇÃO.*

evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.14 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

• quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e,

• quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas, e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquota
Imposto sobre a circulação de mercadorias - ICMS	12,00%
Programa de integração social - PIS	1,65%
Contribuição para a seguridade social - COFINS	7,60%
Imposto sobre serviços - ISS	5,00%

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante e no passivo ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.15 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há ações preferenciais na composição do capital da Companhia.

3.16 Juros sobre o capital próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.16 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

I) Ativos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

II) Redução do valor recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

III) Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

3.19 - Arrendamento mercantil

a. Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

b. Passivo de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais na jurisdição em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos - tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	34	30
Bancos	58	437
	92	467

6. Aplicação financeira

Em 31 de dezembro, o saldo de aplicações apresenta a seguinte composição:

Instituição	Remuneração	2022	2021
Banco Bradesco	InvestPlus-até 99,25% CDI ao mês	2	151
Banco Itaú	Automática 2% CDI ao dia	3.099	1.038
Banco Itaú	Compromissada - 80% CDI ao mês	51.097	84.647
Banco Itaú	CDB - 102% CDI	46.297	20.380
		100.495	106.216

7. Contas a receber de clientes

		2022	2021
Contas a Receber - Clientes		81.762	52.699
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(582)	(368)	
		81.180	**52.331**

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes e créditos por idade de vencimento, posição em 31 de dezembro:

Período	2022	%	2021	%
A Vencer	61.553	75,28%	48.522	92,07%
Vencidos				
De 1 a 30 dias	19.313	23,62%	3.537	6,71%
De 31 a 60 dias	259	0,32%	200	0,38%
De 61 a 90 dias	27	0,03%	18	0,03%
Acima de 90 dias	610	0,75%	422	0,80%
Totais	**81.762**	**100,00%**	**52.699**	**100,00%**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está assim representada:

Movimentação 2022			Movimentação 2021			
2022	Adições	Reversões	2021	Adições	Reversões	2020
582	214	-	368	42	-	326

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

8. Estoques

	2022	2021
Veículos Automotores	128.461	18.723
Peças e Acessórios	25.104	24.379
	153.565	43.102

A seguir estão demonstrados os saldos da conta de Veículos Automotores, mantidos em estoque, posição em 31 de dezembro:

	2022	2021
Caminhões Novos - "Linha F"	98.628	18.005
Caminhões Novos - "Linha VM"	29.328	320
Caminhões Usados	505	198
Ônibus Novos	-	200
	128.461	18.723

Os estoques de Caminhões novos em 2022 - linha "VM", refere-se substancialmente a veículos da categoria de semipesados, enquanto os Caminhões novos - linhas "F" referem-se veículos classificados como pesados. A companhia aumentou seus estoques de veículos em virtude de condições vantajosas promovidas pela fábrica da Volvo para aquisições no final de 2022.

9. Impostos a recuperar

	2022	2021
ICMS a Recuperar	25.679	1.486
IRPJ / CSLL a Recuperar	810	441
PIS / COFINS a Recuperar	13	8
ICMS s/ Mercadoria em Transito	-	-
INSS a Compensar	-	-
ISS a Compensar	-	-
	26.502	1.935

O valor de ICMS a recuperar no montante de R$ 25.679 (R$ 1.486 em 31 de dezembro de 2021) está composto em sua totalidade ao saldo credor na apuração do ICMS de Dezembro de 2022.

10. Adiantamentos concedidos

	2022	2021
Adiantamentos a Fornecedores Diversos	45	38
Adiantamentos a Empregados	385	395
	430	433

Os adiantamentos a empregados no valor de R$ 385 (R$ 395 em 31 de dezembro de 2021), referem-se, predominantemente, a adiantamentos de férias, os quais foram realizados no mês subsequente.

11. Valores a Receber de Partes Relacionadas

	2022	2021
Imaribo S.A. Indústria e Comércio	-	61.279
	-	61.279

Os valores da venda para a Imaribo S/A Ind. e Comércio da participação societária que a Companhia possuía na Imaribo Florestal foram recebidos em sua totalidade em 05/08/2022 no valor de R$ 64.440 (principal + correções).

12. Investimentos

	2022	2021
Outros Investimentos	10	10
	10	10

Os investimentos referem-se a participação a Companhia na empresa Revol Comercial, avaliada pelo método.

13. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

	Taxa	2022		
IMOBILIZADO	Anual de Depreciação (%)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Terrenos		37.545	-	37.545
Edificações, Instalações e Benfeitorias	4% e 10%	53.255	(8.103)	45.152
Máquinas e Equipamentos	10%	6.361	(3.753)	2.608
Móveis, Utensílios e Ferramentas	10% e 20%	3.736	(1.732)	2.004
Veículos	20%	7.640	(1.780)	5.860
		108.537	(15.368)	93.169

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da companhia:

MOVIMENTAÇÃO DE 2022	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	2022
Terrenos	42.036	-	-	-	42.036
Edificações, Instalações e Benfeitorias	37.024	132	-	(1.896)	35.260
Máquinas e Equipamentos	974	185	-	(197)	962
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.137	261	-	(341)	1.057
Veículos	198	-	(60)	-	138
	81.369	578	(60)	(2.434)	79.453

MOVIMENTAÇÃO DE 2021	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	2021
Terrenos	37.545	4.491	-	-	42.036
Edificações, Instalações e Benfeitorias	39.179	178	(379)	(1.954)	37.024
Máquinas e Equipamentos	1.643	192	(603)	(258)	974
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.124	375	(4)	(358)	1.137
Veículos	4.672	-	(4.416)	(58)	198
	84.163	5.236	(5.402)	(2.628)	81.369

Estudo sobre a vida útil econômica dos bens patrimoniais

Na adoção inicial dos CPCs foi desenvolvido um estudo técnico onde o ativo imobilizado foi segmentado em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade, sendo considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos, bem como a análise das particularidades do setor comercial e a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2022, com base nas suas análises.

14. Arrendamentos

Direito de Uso	Contrato de Aluguel	Total
Taxa média anual de depreciação (%)	20%	20%
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**1.601**	**1.601**
Adições	617	617
Baixas	-	-
Depreciações	(1.203)	(1.203)
Baixa de depreciações	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.015**	**1.015**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.015**	**1.015**
Adições	2.591	2.591
Baixas	(4.317)	(4.317)
Depreciações	(1.565)	(1.565)
Baixa de depreciações	4.380	4.380
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.104**	**2.104**

Passivo de Arrendamento	Arrendamento Mercantil	AVP - Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**(1.898)**	**109**	**(1.789)**
Adições	(426)	16	(410)
Baixas	1.191	(93)	1.098
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(1.133)**	**32**	**(1.101)**
Parcela classificada no circulante	(1.133)	32	(1.101)
Parcela classificada no não circulante	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**(1.133)**	**32**	**(1.101)**
Adições	(3.494)	391	(3.103)
Baixas	2.263	(203)	2.060
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(2.364)**	**220**	**(2.144)**
Parcela classificada no circulante	(1.361)	171	(1.190)
Parcela classificada no não circulante	(1.003)	49	(954)

15. Fornecedores

	2022	2021
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	108.222	42.110
Outros Fornecedores	1.850	1.519
	110.072	43.629

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a pagar de fornecedores e créditos por idade de vencimento, posição em 31 de dezembro:

Período	2022	%	2021	%
A Vencer	109.915	99,86%	43.629	100,00%
Vencidos				
De 1 a 30 dias	157	0,14%	-	0,00%
Totais	**110.072**	**100,00%**	**43.629**	**100,00%**

Contas a Pagar por Tipo de Moeda

	2022	2021
Reais - R$	110.072	43.629
Totais	**110.072**	**43.629**

16. Empréstimos e financiamentos

	2022 Circulante	2021 Circulante
Banco Volvo S/A - Floor Plan	-	7.986
Banco Itaú S/A Cheques a comp.	-	2
	-	7.988

Empréstimos e Financiamentos por Tipo de Moeda

	2022	2021
Reais - R$	0	7.988
Totais	**0**	**7.988**

17.Obrigações trabalhistas, sociais e dividendos

	2022	2021
Obrigações com Pessoal	14	30
Obrigações Sociais	1.324	1.550
Provisões de Férias e Encargos	4.958	4.948
	6.296	6.528

18. Obrigações tributárias

	2022 Circulante	2021 Circulante
COFINS a Recolher	327	444
PIS a Recolher	69	94
IRRF a Recolher	813	1.419
ICMS a Recolher	3.242	2.365
ISS a Recolher	112	96
	4.563	4.418

19. Impostos sobre o lucro

(a) Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação dos tributos apurados conforme as alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados nos exercícios de 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro do Exercício Antes dos Tributos	**156.979**	**155.675**
Impostos às alíquotas nominais (34%)	**(53.373)**	**(52.930)**
Adições permanentes:		
Juros de Capital Próprio	1.428	2.293
Incentivos Fiscais	1.472	1.136
Parcela Isenta IRPJ 10%	24	24
Recup. Imp. exclusão ICMS da base de IR/CS	429	97
Reversão de Provisão	33	1.170
Diferença arrendamento mercantil de imóveis	(48)	-
Contingências Processuais	(80)	(141)
Diferença depreciação fiscal/societária	(31)	(43)
Outras adições/exclusões permanentes	(922)	(326)
Imposto Diferido constituído/(não constituído)	(157)	(992)
Impostos Registrados no Resultado	**(51.224)**	**(49.712)**
Correntes	(51.067)	(48.720)
Diferidos	(157)	(992)
Alíquota Efetiva de IRPJ e CSLL	**32,63%**	**31,93%**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Natureza	2022	2021
Tributos Diferidos Ativos:		
Provisão para Litígios e Arrend. Imóveis	(287)	(475)
Tributos Diferidos Passivos:		
Imobilizado - "Deemed Cost" e Rev. Vida Útil	13.399	13.430
	13.112	12.955

Os saldos relativos ao imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R$ 13.112 (R$ 12.955 em 31 de dezembro de 2021) compreendem basicamente do saldo remanescente que foi constituído sobre o custo atribuído ("deemed cost") e da revisão da vida útil do ativo imobilizado na adoção inicial dos CPC´s em 1º de janeiro de 2009, bem como determinadas diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos foram constituídos com as mesmas taxas dos impostos correntes e são realizados na medida em que os bens são depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, ou as diferenças temporárias utilizadas fiscalmente.

20. Passivos litigiosos

No curso normal dos negócios, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela expectativa de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

	Movimentação 2022			Movimentação 2021			
Provisão para Litígios:	2022	Adições	Reversões	2021	Adições	Reversões	2020
Trabalhistas	721	221	(98)	598	310	(76)	364
Cíveis, Fiscais e Tributárias	84	14	(644)	714	104	(3.365)	3.975
	805	235	(742)	1.312	414	(3.441)	4.339

Provisões para litígios trabalhistas

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, demandas estas que, em 31 de dezembro de 2022, incluía 10 ações trabalhistas contra a Companhia, movida por ex-colaboradores.

Provisão para litígios cíveis, fiscais e tributários.

Referem-se demandas judiciais relativas às cobranças de créditos, indenizações e notificações fiscais e tributárias ocorridas no curso normal das atividades da Companhia.

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, bem como seguindo o entendimento do conservadorismo, realiza provisões das ações trabalhistas com probabilidade de perda provável.

A Companhia está envolvida em outros processos trabalhistas, cíveis e tributários surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos, têm expectativa de perda classificada como possível no valor de R$ 1.943, para os quais nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao eventual desfecho desfavorável. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é composto de 4.462.422 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e duas mil e quatrocentos e vinte e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (4.462.422 ações em 2021) compreendendo o montante de R$ 94.502 (R$ 94.502 em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado por sócios nacionais.

b) Reservas

Reservas de Capital

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 37B5-A6CB-B243-64A2.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 37B5-A6CB-B243-64A2.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.** A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

...Continuação.

NOTAS EXPLICATIVAS - *CONTINUAÇÃO.*

Está composta pela Reserva Especial de Ágio no montante de R$ 5.981 (R$ 5.981 em 31 de dezembro de 2021), oriunda da incorporação da Empresa Rio Bonito Transporte e Logística Integrada Ltda.

Reservas de Lucros

	2022	2021
Reserva Legal	18.900	18.900
Reserva Estatutária	25.717	15.141
Retenção de Lucros	85.449	63.554
Incentivo Fiscal	10.992	9.730
	141.058	**107.325**

A reserva legal, no montante de R$ 18.900 (R$ 18.900 em 31 de dezembro de 2021), foi constituída sobre lucros auferidos nos exercícios até o limite de 20% do capital social, conforme requerido pela legislação societária Art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária, no montante de R$ 25.717 (R$ 15.141 em 31 de dezembro de 2021), está composta de acordo com as destinações mencionadas no Estatuto Social da Companhia, dentro dos limites permitidos pela Lei nº. 6.404/76.

A reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 85.449 (R$ 63.554 em 2021), está representada pelo valor da destinação do lucro de 2022 a disposição dos acionistas. O quadro abaixo demonstra a movimentação da Reserva de Retenção de Lucros.

Saldo em 31 de Dezembro de 2021	63.554
Destinação do Lucro do Exercício 2022	67.773
Distribuição de Dividendos	(45.878)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	85.449

Parte da reserva de lucros é composta também pelo montante de R$ 10.992 em 2022 (R$ 9.730 em 31 de dezembro de 2021) relativo às reservas de Incentivos Fiscais, e referem-se basicamente aos incentivos da Lei Complementar 160/17. A subvenção recebida refere-se a incentivos fiscais de ICMS sobre redução da base de cálculo de veículos seminovos. Tais valores transitaram pelo resultado do exercício e foi segregado no patrimônio líquido, em razão da vedação de sua distribuição.

c) Distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurada, anualmente, conforme estabelecido no Estatuto da Companhia, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25%, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No ano de 2022 o montante distribuído de dividendos foi R$ 26.438 (R$ 26.491 em 2021).

Também no ano de 2022 foi aprovada através da 39ª Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 09 de agosto, a distribuição aos acionistas dos dividendos decorrentes de lucros acumulados de exercícios anteriores no valor total de R$ 45.878, sendo utilizado do saldo da Reserva de Retenção de Lucros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos CPCs a Companhia fez a opção de ajustar os saldos contábeis líquidos do imobilizado a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10.

A contrapartida foi registrada na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Mutação	
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**21.913**
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	(470)
Realização dos Tributos Diferidos	160
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**21.603**
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	(445)
Realização dos Tributos Diferidos	151
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**21.309**

e) Destinação do lucro líquido

As destinações propostas para o Lucro Líquido do Exercício de 2022 são as seguintes:

	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício	105.755	105.963
(-) Realização depreciação s/ vida útil do imobilizado	294	310
(-) Incentivo Fiscal na exclusão de ICMS da BC IR/CL - LC 160	(1.262)	(285)
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	0	(2.690)
(-) Constituição de reserva estatutária (10% do lucro líquido)	(10.576)	(10.596)
(-) Distribuição de dividendos e JSCP	(26.438)	(26.491)
(=) Reserva de Lucros a disposição dos acionistas	67.773	66.211

22. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita Operacional Bruta		
Vendas de Mercadorias	1.477.853	1.223.358
Serviços Prestados	26.485	24.880
Comissões e Corretagens	15.606	13.161
(-) Deduções		
Descontos Concedidos	(5.428)	(5.079)
Devolução de Vendas	(2.358)	(4.359)
PIS	(2.172)	(1.886)
COFINS	(10.002)	(8.689)
ICMS	(152.470)	(124.773)
ISS	(1.517)	(1.405)
	1.345.997	1.115.208

23. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	2022	2021
Mercadorias Vendidas	(1.139.671)	(892.001)
Gastos com Veículos	(913)	(665)
Gastos com Estocagens	-	(3)
Custos com Pessoal	(10.658)	(9.724)
Serviços de Terceiros	(1.317)	(1.085)
Insumos na prestação de serviços	-	(1.108)
Outros Custos	(407)	(321)
	(1.152.966)	(904.907)

24. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Pessoal	(39.690)	(44.016)
Gastos com Vendas	(5.580)	(4.632)
Manutenção	(2.968)	(2.747)
Depreciação e Amortização	(3.732)	(3.488)
Despesas Gerais	(16.384)	(20.699)
	(68.354)	(75.582)

25. Remuneração dos Administradores

Na 39ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de agosto de 2022 foi aprovado o valor global de R$ 2.566 (R$ 2.566 em 2021) a título de remuneração da administração da Companhia, para rateio entre o Conselho de Administração e Diretoria.

Os membros da diretoria foram eleitos pela 182ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de agosto de 2022, com mandato até 08 de agosto de 2023. A diretoria da Companhia é composta por pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Sociedade

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	2022	2021
Outras Receitas Operacionais		
Bonificação por Atingimento de Metas	25.467	18.698
Venda de Sucata e Óleo	1.964	1.715
Reversão de Provisão	98	3.441
Reversão de Perdas de Duplic Incobráveis	21	17
Venda de Bens do Imobilizado	0	2.606
Recuperação de Despesas	193	1.525
Outras Receitas Diversas	341	81
(-) Outras Despesas Operacionais		
Contingências Processuais	(235)	(414)
PIS e COFINS s/ Outras Receitas	(2.507)	(1.928)
Despesas Plano Manutenção e Garantia	(1.018)	(1.077)
Outras Despesas Diversas	(554)	(305)
	23.770	24.359

As bonificações são pagas pelo fabricante dos veículos vendidos pela Companhia de acordo com a superação de metas de venda.

27. Encargos financeiros líquidos

	2022	2021
Receitas Financeiras	14.365	4.880
Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.690	2.502
Juros Recebidos de Clientes	1.299	574
Remuneração s/ Tributos	52	18
Descontos Obtidos	154	83
Receita de Financiamento de Vendas	3.162	1.635
Outras Receitas Financeiras	8	68
(-) Despesas Financeiras	(3.180)	(5.655)
Juros Pagos a Fornecedor e Tributos	(686)	(1.261)
Tarifas e Despesas Bancárias	(192)	(350)
PIS / COFINS s/ Receitas Financeiras	(767)	(200)
Tributos Sobre Operações Financeiras	(195)	(2.372)
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(14)	(529)
Tarifas de Cartões	(1.163)	(803)
Desconto Concedido	(15)	(75)
Outras Despesas Financeiras	(148)	(65)
	11.185	(775)

28. Gestão de risco financeiro

28.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

28.2 Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

28.3 Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A Companhia estima a previsão de fluxo de caixa e monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

29. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, cujos montantes segurados apresentam-se da seguinte forma:

			Vigência	
Descrição	**Cobertura**	**Valor**	**Início**	**Término**
Patrimonial	Prédio, raio e explosão	15.000	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Elétricos	100	31/mai./22	31/mai./23
	Vendaval, Granizo, Impacto de Veículos	4.000	31/mai./22	31/mai./23
	Equipamentos Eletrônicos	50	31/mai./22	31/mai./23
	Equip. em Exposição ou Demonstração	320	31/mai./22	31/mai./23
	Roubo e/ou Furto Qualificado	2.000	31/mai./22	31/mai./23
	Respons. Civil Concessionária	500	31/mai./22	31/mai./23
	Bens de Terceiros	320	31/mai./22	31/mai./23
	Riscos diversos concessionária	500	31/mai./22	31/mai./23
	Alagamento/Inundação	100	31/mai./22	31/mai./23
	Anúncios luminosos	80	31/mai./22	31/mai./23
	Quebra de vidros	25	31/mai./22	31/mai./23
Veículos	Casco	100% FIPE	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Materiais	250	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Corporais	250	31/mai./22	31/mai./23
	Danos Morais/Estéticos	50	31/mai./22	31/mai./23
	Carroceria	10	31/mai./22	31/mai./23

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

NÓRDICA VEÍCULOS S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras **NÓRDICA VEÍCULOS S.A.** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NÓRDICA VEÍCULOS S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 14 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 28 de março de 2023.

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

FABIO EDUARDO LORENZON
Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JULIO CESAR PISANI

HELOÍSA MARIA PISANI DE O. FRANCO

VERA MARIA LUHN PISANI

OSWALDO RUFINO JOSÉ SCHIMITT

LUIZ FERNANDO PIZZANI

DIRETORIA

MARIA LUIZA VALENTINI
Diretora Administrativa Financeira

PAULO ROBERTO PIZANI
Diretor Superintendente

NELSON PIZANI NETO
Diretor Comercial

MAURO LUÍS GROSSMANN
Contador
CRC - PR Nº 43.774/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 37B5-A6CB-B243-64A2.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 20/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 37B5-A6CB-B243-64A2.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/37B5-A6CB-B243-64A2 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 37B5-A6CB-B243-64A2

Hash do Documento

9FD6F7DB91E58385C4399EDE791D877071286CEC883703CA71DFE523B9F83B90

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2023 00:03 UTC-03:00

  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00